



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARLOS VINÍCIUS GAMA DE MATOS

**MODERNIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE LABUTA NA AMAZÔNIA
SETENTRIONAL:
FORÇA DE TRABALHO, ACIDENTES E DOENÇAS TROPICAIS NA GÊNESE DE
UM PROJETO DE EXTRAÇÃO MINERAL NO AMAPÁ (1948-1956)**

Macapá/AP

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARLOS VINÍCIUS GAMA DE MATOS

**MODERNIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE LABUTA NA AMAZÔNIA
SETENTRIONAL:
FORÇA DE TRABALHO, ACIDENTES E DOENÇAS TROPICAIS NA GÊNESE
DE UM PROJETO DE EXTRAÇÃO MINERAL NO AMAPÁ (1948-1956)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH – Unifap), como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em História.
Linha de Pesquisa: História social do trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Lara Vanessa de Castro Ferreira.

Macapá/AP

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Jamile da Conceição da Silva – CRB-2/1010

Matos, Marlos Vinícius Gama de.
M433m Modernização e condições de labuta na Amazônia Setentrional: força de trabalho, acidentes e doenças tropicais na gênese de um projeto de extração mineral no Amapá (1948-1956) / Marlos Vinicíus Gama de Matos. - 2022.
1 recurso eletrônico. 139 folhas : ilustradas.

Dissertação (Mestrado em História) – Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Macapá, 2022.
Orientadora: Professora Doutora Lara Vanessa de Castro Ferreira

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

Inclui referências.

1. Trabalho – Aspectos sociais. 2. Indústria – Segurança – Trabalho.
3. Trabalhadores - Saúde. 4. Construção civil. 5. Acidente de trabalho. I. Ferreira, Lara Vanessa de Castro, orientadora. II Título.

Classificação Decimal de Dewey, 22 edição, 363.11

MATOS, Marlos Vinícius Gama de. **Modernização e condições de labuta na Amazônia Setentrional.**, acidentes e doenças tropicais na gênese de um projeto de extração mineral no força de trabalho Amapá (1948-1956). Orientadora: Lara Vanessa de Castro Ferreira. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Macapá, 2022.

MARLOS VINÍCIUS GAMA DE MATOS

**MODERNIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE LABUTA NA AMAZÔNIA
SETENTRIONAL:
FORÇA DE TRABALHO, ACIDENTES E DOENÇAS TROPICAIS NA GÊNESE DE
UM PROJETO DE EXTRAÇÃO MINERAL NO AMAPÁ (1948-1956)**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
HISTÓRIA

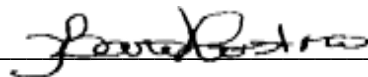
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIFAP

Aprovada em 11 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

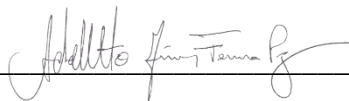
Presidente e orientadora:

Lara Vanessa de Castro Ferreira (Profa. Dra., Unifap)



2º Examinador:

Adalberto Júnior Ferreira Paz (Prof. Dr., Unifap)



3ª Examinadora:

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (Profa. Dra., UFPB)



AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar os agradecimentos sem estabelecer uma hierarquia de importância, porém, quero indicar pessoas e instituições que, a meu ver, foram decisivas para a escrita deste trabalho no lugar de algo meramente emotivo ou apaixonado.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá, que acreditou no meu potencial e apostou em meu projeto de pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me proporcionou uma bolsa, possibilitando assim meus estudos, a participação em eventos e a realização da pesquisa com todo o material e apoio necessário.

À minha orientadora Lara de Castro pela competência em me acompanhar pelo árduo caminho da pesquisa e da vida acadêmica e transformar o meu trabalho em uma pesquisa de verdade.

Aos professores Adalberto Paz, Sidney Lobato e Elke Nunes pelas importantes contribuições e sugestões ao longo de nossas conversas.

Aos meus amigos Higor Pereira, Amanda Souza, Lucas Maximim, Karla Menezes, Danilo Pacheco, Elen Medeiros, Anderson Rocha, Alícia Miranda, Lyandra Monteiro, Poliane Conrado, Andreza Santos, Rogério Castelo, Dário Junior e tantos outros pelas conversas, pelo apoio e pelos momentos de alegria.

A Tayanne Machado pelas excelentes correções gramaticais e contribuições acerca da redação desse trabalho.

Ao meu avô Bernardino Matos, à minha avó Letícia Matos, ao meu pai Marlos Matos e a minha mãe Catarina Gama e aos demais membros das famílias Matos e Gama. Quero que saibam que este trabalho não seria possível sem o apoio e o incentivo de vocês.

O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-la amanhã; sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial desfavorável podem lança-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se à tona. Sabe que hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã.

Friedrich Engels

RESUMO

MATOS, Marlos Vinícius Gama de. *Modernização e condições de labuta na Amazônia Setentrional: força de trabalho, acidentes e doenças tropicais na gênese de um projeto de extração mineral no Amapá (1948-1956)*. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amapá, Macapá. 2022.

A relevância desse trabalho em origem a partir da análise sistemática do perfil da mão de obra da Indústria e Comércio de Minérios S. A. entre 1948 e 1956, bem como de uma investigação acerca dos acidentes e das doenças do (e no) trabalho, revelando-nos assim as condições de vida e trabalho a que esses operários foram historicamente submetidos. Por meio dos registros e das fichas de empregados, dos artigos da revista *Icomi-Notícias* e do jornal *Amapá*, das fotografias relacionadas à Icomi e por meio das demais fontes administrativas da companhia e do governo do Território Federal do Amapá, foi possível estabelecer uma relação entre o projeto de exploração mineral capitaneado pela Icomi com as diretrizes políticas e econômicas do Território Federal do Amapá e do governo federal. Da mesma forma, os milhares de registros de empregados (e algumas dezenas de fichas), aqui analisados de forma quantitativa, nos indicaram que a força de trabalho icomiana correspondia ao perfil de uma mão de obra da construção civil, ou seja, masculina, volátil, jovem, solteira e migrante. Por meio das fotografias, observamos que os operários da companhia realizavam seus trabalhos com roupas e equipamentos inadequados ao serviço. Além disso, percebemos, por meio das fotografias, dos registros e das fichas de empregados, que os operários da companhia exerciam seus trabalhos em longas jornadas, o que poderia gerar fadiga, causar acidentes e aumentar a chance de contraírem doenças como a malária e a tuberculose. Dessa forma, concluímos que o projeto Icomi, entre 1948 e 1956, ficou marcado pelas péssimas condições de labuta durante a primeira experiência de trabalho industrial do capitalismo assalariado-livre no Amapá.

Palavras-chave: Modernização. Acidentes. Doenças. Construção Civil. Icomi. Amapá.

ABSTRACT

MATOS, Marlos Vinícius Gama de. *Modernization and working condition in the Northern Amazon: workforce, accidents and tropical diseases in the genesis of a mineral extraction project in Amapá (1948-1956)*. 2022. 139 f. Thesis (Master's in History) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amapá, Macapá. 2022.

The relevance of this work originates from the systematic analysis of the profile of the labor force of Indústria e Comércio de Minérios S.A. between 1948 and 1956, as well as an investigation about accidents and diseases of work, thus revealing to us the living and working conditions to which these labors were historically submitted. Through the employee's records and files, the articles of the magazine *Icomi-Notícias* and the newspaper *Amapá*, the photographs related to Icomi and through the other administrative sources of the company and the government of the Território Federal do Amapá, it was possible to establish a relationship between the mineral exploration project headed by Icomi with the political and economic guidelines of the Território Federal do Amapá and the federal government. Similarly, the thousands of employee's records (and a few dozen files) analyzed here quantitatively indicated that the icomian workforce corresponded to the profile of a construction workforce: male, volatile, young, single and migrant. Through the photographs, we observed that the company's workers performed their labor with clothes and equipment inadequate to the service. In addition, we noticed, through photographs, records and employee records, that the company's workers performed their work on long journeys, which could generate fatigue, cause accidents and increase the chance of contracting diseases such as malaria and TB. Thus, we conclude that the Icomi project, between 1948 and 1956, was marked by the poor working conditions during the first experience of industrial work of free labor capitalism in Amapá.

Keywords: Modernization. Accidents. Diseases. Construction. Icomi. Amapá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão político-administrativa do Território Federal do Amapá durante a década de 1950	11
Figura 2 - Frentes de trabalhos da Icomi no Amapá durante a década de 1950.....	43
Figura 3 - Força de trabalho da Icomi (1948-1956)	47
Figura 4 - Força de trabalho da Icomi, por sexo (1948-1956).....	48
Figura 5 - Origem da mão de obra icomiana, por região (1948-1956).....	53
Figura 6 - Idade dos trabalhadores da Icomi (1948-1956)	56
Figura 7 - Evolução histórica do salário médio de braçais e lavadeiras da Icomi (1948-1956)	61
Figura 8 - Comparação salarial entre braçais e lavadeiras da Icomi com o salário-mínimo nominal e real (1948-1956)	62
Figura 9 - Tempo de serviço dos trabalhadores da Icomi admitidos entre 1948 e 1956.....	76
Figura 10 - Principais causas de demissão na Icomi (1948-1956)	77
Figura 11 - Acidentes de trabalho durante o projeto Icomi (1948-1956).....	95
Figura 12 - Doenças do trabalho durante o projeto Icomi (1949-1956).....	97

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Registro do funcionário Lafaiete de Moura Palha, chapa 15 (1950).....	47
Imagem 2 – Capa da primeira edição da <i>Icomi Notícias</i> (1964)	64
Imagem 3 – Seção <i>Em destaque</i> da primeira edição da revista <i>Icomi Notícias</i> (1964).....	65
Imagem 4 – Porto de Santana (1953)	85
Imagem 5 – Porto Platon (1953).....	87
Imagem 6 – Serra do Navio (1953)	88
Imagem 7 – Trabalhadores da Icomi fixando trilhos na Estrada de Ferro do Amapá (1954) .	91
Imagem 8 – Trabalhadores da Icomi na Estrada de Ferro do Amapá (1954).....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Densidade demográfica do Território Federal do Amapá (1950).....	27
Tabela 2 – População presente estimada no Território Federal do Amapá (1948-1956)	27
Tabela 3 – Trabalhadores (homens) da Icomi, por função (1948-1956)	49
Tabela 4 – Trabalhadoras da Icomi, por função (1948-1956)	51
Tabela 5 - Trabalhadores da Icomi, por estado civil (1948-1956)	56
Tabela 6 - Beneficiários dos trabalhadores da Icomi (1948-1956)	57

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE IMAGENS	8
LISTA DE TABELAS	9
INTRODUÇÃO	11
I. LINHAGENS DO PROJETO DE EXPLORAÇÃO MINERAL DO AMAPÁ	18
1.1 O nacional-desenvolvimentismo e a Amazônia	19
1.2 O Amapá sob a luz do desenvolvimento e da modernidade	24
1.3 Descoberta das jazidas de manganês e contrato de exploração mineral	30
1.4 Espacialidade e frentes de trabalho do Projeto Icomi	37
II. OS TRABALHADORES ICOMIANOS: UM PERFIL	44
2.1 Perfil dos trabalhadores icomianos	46
2.2 Da arregimentação ao ingresso na Icomi	62
2.3 Da permanência à demissão	72
III. CORPOS PARA A EXPLORAÇÃO MINERAL: ACIDENTES, DOENÇAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO	82
3.1 Habitações e frentes de trabalho	83
3.2 Acidentes e doenças do (e no) trabalho: um perfil	94
3.3 Acidente, adoecimento e fadiga	99
3.4 Saúde e doença	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
FONTES	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

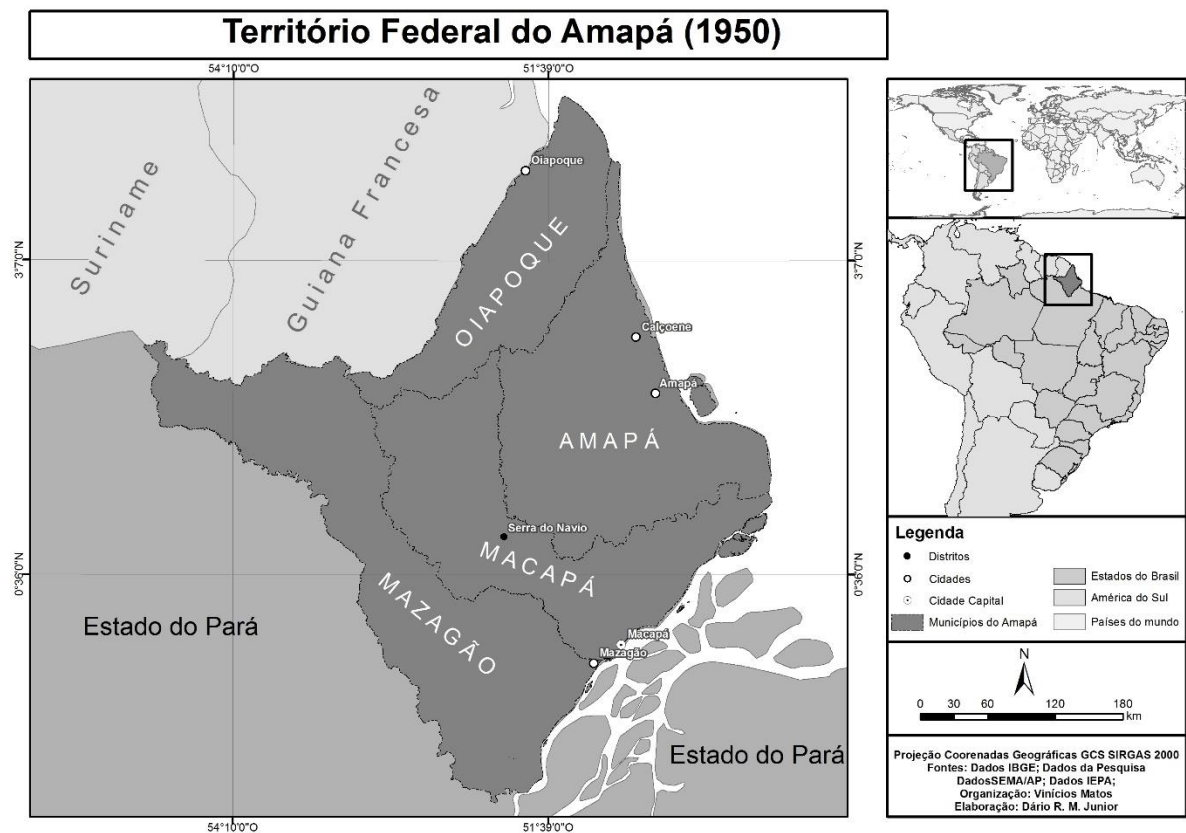
Esta pesquisa versa sobre os trabalhadores de um projeto de mineração no Amapá, analisando de forma mais densa seus perfis, assim como os acidentes e as doenças do (e no) trabalho,¹ preocupando-se, dessa forma, em estudar e compreender de que maneira os sinistros laborais revelam as condições de vida e trabalho a que essas pessoas foram historicamente submetidas. Além disso, estabelecer um estudo mais aprofundado sobre as trabalhadoras e os trabalhadores é de fundamental importância para se compreender de que forma, ao longo do tempo, os acidentes laborais foram compreendidos pelos trabalhadores e pelos patrões.² Por isso, propomos investigar essa temática no primeiro e mais duradouro projeto de exploração mineral na Amazônia entre 1948 e 1956, isso é, o projeto Icomi, empreendimento este realizado pela Indústria e Comércio de Minérios S/A – mineradora brasileira - com sede em Minas Gerais. Interessada em explorar as jazidas de manganês do Território Federal do Amapá,³ a Icomi atuou na região em um período de 50 anos (1948-1997). Nesse período, a exploração de manganês se tornou a principal atividade produtiva e industrial do Amapá, além de marcar profundamente as relações de labuta na região.

¹ A adição do “no” se dá pela concepção de que as doenças e os acidentes não são inerentes à atividade laboral, mas sim devido as péssimas condições de trabalho as quais os trabalhadores estão submetidos. Entretanto, isso não impede que as pesquisas também abordem as doenças e acidentes “do” trabalho, pois, a partir disso, podemos entender quais doenças e acidentes, ao longo do tempo, foram (re)interpretadas pelos patrões e pelos trabalhadores.

² Aqui estão alguns trabalhos dessa temática: RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores [Dei morbis artificum diatriba]*. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016 [1700]. ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010 [1845]. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História. In: OLIVEIRA, T. B. (org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: UEPB, 2015, p. 215-240. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital: Acidentes de trabalho, prevençãoismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Jundiaí: Paco, 2019. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: Controle social, exploração e prevençãoismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 151-173, 2015. CAROLA, Carlos Renato; FELIPE, Giovani. A “banalidade do mal” socioambiental na história da indústria carbonífera catarinense: acidentes, sofrimentos e mortes na segunda metade do século XX. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 99-123, 2015. SILVA, Maria Elisa Lemos. *Entre trilhos, andaimes e cilindros: Acidentes de trabalho em Salvador, 1934-1944*. 1998. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. GALLO, Óscar. Acidentes de trabalho na Colômbia. Doutrina, lei e jurisprudência (1915-1950). *Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 13, p. 129-149, 2015. ARMUS, Diego. Excesos, fadiga laboral y enfermedad. Buenos Aires, 1880-1950. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 11-26, 2015. ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 65-84, 2015. ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. *As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador: uma contribuição da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950)*. 2004. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

³ Atual estado do Amapá.

Figura 1 - Divisão político-administrativa do Território Federal do Amapá durante a década de 1950



O interesse em estudar os acidentes e as doenças do (e no) trabalho no projeto Icomi surgiu durante uma pesquisa no acervo inédito da empresa que se encontra na cidade de Santana (Amapá), entre 2016 e 2018, com o intuito de escrever um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o programa de saúde da mineradora. Nesse período, foram observadas algumas ocorrências de acidentes nos registros e nas fichas dos trabalhadores. Nesse caso, a documentação foi deixada em um segundo plano para ser utilizada em um trabalho futuro, ou seja, no mestrado.

No entanto, a curiosidade e a descoberta de um acervo inédito não são condições suficientes para se realizar uma investigação da qual uma dissertação exige. É preciso entender a pertinência e a originalidade do tema. Por isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a historiografia da Icomi, observando que o empenho em estudar os trabalhadores e suas condições materiais de existências é uma preocupação recente entre os historiadores locais. Além do mais, o aprofundamento sobre o perfil operário dessa classe e as condições de saúde, acidentes e doenças são pontos pouquíssimo explorados.

Inicialmente, a historiografia da Icomi se interessava em debater o contrato de manganês do Amapá, documento que concedeu uma vasta quantidade de terras no Amapá para a mineradora, bem como o aval para a exploração mineral na região. Nesse embate, temos o livro *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá* de Álvaro da Cunha e o livro *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território* do então governador Janary Gentil Nunes. Neste último, temos uma série de relatos de diversas pessoas que escreveram sobre o Território Federal do Amapá com o objetivo de rebater as críticas que o governador Janary Gentil Nunes recebia, por exemplo, de um dos grandes críticos de seu governo, Álvaro da Cunha. O escritor e poeta amapaense criticou do início ao fim, ponto a ponto, o contrato de exploração de manganês estabelecido entre o governo do território e a Indústria e Comércio de Minérios S/A.⁴

A partir da década de 1990, quando a mineradora encerrou suas atividades no Amapá, surgiram trabalhos que objetivavam fazer um levantamento sobre o impacto que o projeto de exploração mineral teve no Amapá durante o período de atividade. Dentre os principais escritos, podemos destacar a dissertação de mestrado de Daniel Chaves Brito, trabalho pioneiro que se interessou em estudar a *experiência* dos trabalhadores na exploração de manganês no Amapá; o livro de Benjamin Adiron Ribeiro sobre a arquitetura da Serra do Navio; a dissertação de mestrado de Carlos Ernani Alexandre da Silva, que aborda o processo de exploração e degradação social dos trabalhadores da companhia; e, por fim, o livro de José Drummond e Mariângela Pereira, que tem como objetivo fazer um levantamento do desenvolvimento do Amapá entre 1943 a 2000.⁵

Porém, foi a partir do novo milênio que começaram a surgir trabalhos dedicados em estudar a experiência de trabalhadores e trabalhadoras da Icomi. Temos aqui a dissertação de mestrado de Adalberto Paz, historiador que procurou entender a força de trabalho da Icomi entre 1940 até meados de 1960; a dissertação de mestrado de Anderson Silva, autor que se debruçou nos processos trabalhistas contra a mineradora; Elke Nunes que realizou um estudo

⁴ NUNES, Janary Gentil. *Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012. CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Amapá: Rumo, 1962.

⁵ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração Mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. 1994. 142 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994. RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: Comunidade urbana na selva amazônica*. São Paulo: Pini, 1992. SILVA, Carlos Ernani Alexandre da. *Exploração e Degradação Social dos Trabalhadores da Amazônia: O fim do Projeto ICOMI*. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos Tempos do Manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

sobre o *controle social* da Icomi entre 1960 a 1973; Pollianna Pimentel Ferreira, interessada no programa educacional da Icomi na Escola de Vila Amazonas (Esvam) entre 1960 e 1984; e Rômulo Moraes de Sousa que investigou as experiências de trabalhadoras com a mineradora entre 1960 e 1985.⁶

Por conta desse levantamento, descobriu-se que existem muitos trabalhos interessados em estudar o projeto de exploração mineral, que começa em 1957 e termina em 1998 com o fim das atividades da companhia. O único trabalho que se interessa em investigar o período de instalação da Icomi no Amapá é a dissertação de mestrado de Adalberto Paz. Além disso, não existem pesquisas sobre a temática acidentes e doenças do (e no) trabalho no projeto Icomi, demonstrando ainda que há uma miríade a ser explorada. É nesse contexto que esta pesquisa se encaixa, em resumo, de renovação historiográfica para além do debate político e econômico do projeto de exploração mineral do Amapá. Então, a partir dessas escolhas, fizemos os seguintes questionamentos: quais foram as condições que permitiram a instalação da companhia no território? Qual era o perfil dos trabalhadores? Quais eram as condições de trabalho no projeto Icomi entre 1948 e 1956 e de que forma a empresa e os trabalhadores lidavam com os acidentes e as doenças?

Para responder essas questões, é importante ressaltar que existiu o interesse em digitalizar as fichas dos funcionários e os prontuários médicos deles. Porém, durante a pesquisa, percebeu-se que digitalizar milhares de fichas e prontuários médicos que continham dezenas de páginas seria contraproducente, o que nos obrigou a selecionar uma pequena quantidade. Nesse meio tempo, descobriu-se uma outra fonte riquíssima, isso é, os registros de empregados, que são documentos de duas páginas (frente e verso) com informações básicas como nome, data de nascimento, naturalidade, residência, data de admissão (e demissão), profissão, salário, data de acidentes ou de adoecimento e demais observações. Por ser uma fonte homogênea e comparável do ponto de vista da análise histórica, adotou-se a abordagem chamada história

⁶ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014. SILVA, Anderson. *A Civilização do Manganês: o cotidiano dos trabalhadores da Vila Serra do Navio, Amapá*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2009. NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá: controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973*. 2018. 327 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. FERREIRA, Pollianna Pimentel. *A educação na Amazônia do "Ouro negro": o programa educacional da Icomi no Distrito de Santana (1960-1984)*. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019. SOUSA, Rômulo. *Experiências femininas nos mundos do trabalho de Serra do Navio e Vila Amazonas (1960-1985)*. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

serial/quantitativa.⁷ A partir disso, transformamos uma fonte não estruturalmente numérica (registros de empregados) em um banco de dados, o que nos permitiu trabalhar de maneira quantitativa.⁸

Porém, essa documentação não se limita somente à serialização e à quantificação, até porque a adoção desse tipo de história, em muitos casos, apenas indica caminhos ou acaba gerando mais dúvidas do que respondendo. Devido a essa limitação, seguimos uma proposta que visa combinar métodos quantitativos e qualitativos, aplicando-os aos registros de empregados juntamente com outras fontes qualitativas, como os artigos do jornal *Amapá*, os números da revista *Icomi Notícias*, as fichas de funcionários, as fotografias e os demais documentos oficiais e institucionais. Nessa combinação, não existe um método principal ou secundário e sim métodos que visam responder as mesmas perguntas norteadoras, cada um com seus limites e possibilidades.⁹

Nesse sentido, compreendemos que as fontes documentais, para Carlos Bacellar, devem passar por uma série de processos, tais como: levantamento, interpretação, contextualização e análise. Além disso, historiadores devem entender que a fonte escrita requer uma análise crítica no sentido de compreender não só a sua finalidade, mas também toda a carga subjetiva e ideológica que a cerca. Esse é o caminho essencial para se estudar documentos institucionais de uma empresa que tinha o objetivo de inventar uma espécie de história oficial do projeto de exploração mineral no Amapá.¹⁰ E para não cair nas armadilhas entranhadas nessa documentação altamente ideológica, “vista de cima”, utilizou-se o método de análise de Carlo Ginzburg intitulado de *paradigma indiciário*, que se interessa em “captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”.¹¹

⁷ A história serial, segundo José D’Assunção Barros, é uma abordagem que visa a constituição de “séries” de fontes e eventos, objetivando analisá-las de forma comparada. Nesse sentido, busca-se uma certa forma de homogeneidade, o que permite organizar informações que só serão perceptíveis caso os documentos se submetam a esse processo. Por outro lado, apesar da história serial e da história quantitativa andarem juntas em determinados casos, o que as difere é o fato de a história serial não quantificar tais informações em determinadas situações. Agora, no caso da história quantitativa, a própria noção de número e quantidade é parte essencial do seu fazer, em outras palavras, sem números, não existe história quantitativa. De qualquer forma, adotamos tanto a serialização quanto a quantificação dos registros de empregados. Para mais informações, ver: BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 149.

⁸ FURRET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 57.

⁹ MORGAN, David L. *Integrating qualitative and quantitative methods: a pragmatic approach*. Los Angeles: Sage, 2014. p. 67.

¹⁰ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

¹¹ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

Sobre as questões teórico-metodológicas de periódicos, Cruz e Peixoto afirmam que os artigos de jornais devem ser abordados da seguinte maneira: o primeiro passo consiste em identificar as informações básicas do jornal como o seu título, subtítulo, periodicidade, data limite de publicação e classificação da instituição; o segundo passo propõe a análise da organização e distribuição dos conteúdos inseridos no jornal, bem como o reconhecimento das redes de comunicação e interação.¹² Por outro lado, o periódico oficial da Icomi é uma revista, então, isso significa dizer que, por meio de seus artigos, anúncios e outros textos, podemos refletir sobre os usos que a *Icomi Notícias* fez tanto do espaço público quanto do espaço privado, além de identificar e compreender o ambiente dos textos da revista e os fatos sociais contidos nas mensagens que a mesma queria divulgar e oficializar perante a sociedade amapaense.¹³

No caso da fotografia enquanto fonte histórica, utilizamos o método de análise semiótica de signos e símbolos incluídos no material imagético. Segundo Ana Maria Mauad, devemos expor toda uma complexa rede de significados que se transformam em símbolos, e esses símbolos, por sua vez, são interpretados a nível cultural, dependendo da fonte emissora.¹⁴ No caso do material fotográfico do acervo do IBGE, analisamos os seguintes itens: enquadramento, circulação, autoria, contexto de criação, personagens, vestimentas, poses, enfim, aspectos que tiveram relação com o mundo do trabalho icomiano.

Contudo, uma pesquisa não opera em um vazio teórico. Por conta disso, foi preciso não só conceituar os acidentes e as doenças do (e no) trabalho como escolher uma abordagem de análise. Nesse sentido, escolhemos a teoria do sociólogo Tom Dwyer que compreende os acidentes e as doenças do (e no) trabalho como um problema social produzido de acordo com as relações sociais no local de trabalho.¹⁵ Ao seguir esse caminho teórico, compreendemos que os acidentes e as doenças que afligiram o projeto Icomi não podem ser explicados apenas pelo erro individual ou pela predisposição pessoal dos trabalhadores, pois, como esses problemas são produzidos de acordo com as relações sociais, se torna imperativo investigar como a empresa gerenciava a sua força de trabalho, seus principais mecanismos de controle, suas

¹² CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 35, p. 259-260, ago./set. 2007.

¹³ PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Cinema: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 401-417.

¹⁵ DWYER, Tom. *Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e a produção social do erro*. Tradução de Wanda Brant e Jo Amado. Campinas: Unicamp, 2006.

formas de recompensas e incentivos adotados e, de certa maneira, a autonomia (ou ausência) dos trabalhadores diante dessas questões.

A partir de tudo o que foi exposto, a estrutura desta pesquisa está organizada da seguinte forma: na primeira seção, busca-se compreender o contexto econômico, social e político que promoveu a instalação do projeto Icomi no Amapá, bem como estabelecer um panorama geral sobre a região e ainda investigar os primeiros anos da companhia no Amapá; na segunda seção, realizamos um estudo demográfico da mão de obra icomiana entre 1948 e 1956. Além disso, delineamos a trajetória dos trabalhadores por meio de um estudo que se interessa em acompanhá-los da admissão à demissão; por fim, na terceira e última seção, investigamos as condições de labuta, os acidentes de trabalho e as doenças que afligiam os operários na primeira fase do projeto de exploração mineral no Amapá.

I. LINHAGENS DO PROJETO DE EXPLORAÇÃO MINERAL DO AMAPÁ

Às 19:30 horas do dia 4 de janeiro de 1957, um avião pousa no aeroporto de Macapá, capital do Território Federal do Amapá. Sob os olhares da comitiva de recepção do governo territorial, algumas dezenas de pessoas saíam, pouco a pouco, do veículo aéreo. Dentre esses indivíduos, encontrava-se o chefe do poder executivo, Juscelino Kubitschek. Além da comitiva presidencial, jornalistas e repórteres dos periódicos *O Globo*, do *Estado de S. Paulo* e de outros jornais do país também viajaram para o território federal do extremo norte do Brasil.¹⁶ O motivo da presença da imprensa, bem como da visita do presidente da república, explica-se pela inauguração do primeiro e maior projeto de exploração mineral da Amazônia, o Projeto Icomi.

Naquele momento, a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi) terminava de construir boa parte de sua infraestrutura no Amapá, que se iniciou nos primórdios da década de 1950, através de um porto para o escoamento de minério, Porto Santana; dois acampamentos, Porto Platon e Serra do Navio; e, por fim, uma estrada de ferro de 194 quilômetros que ligaria o Porto Santana à área de mineração (Serra do Navio). Após uma década de estudos, prospecção e construção de infraestrutura, a Icomi estava pronta para começar o beneficiamento de minério, em 1957.¹⁷

Mas por que Juscelino Kubitschek e sua comitiva fizeram questão de viajar para o Amapá? Por que jornalistas e repórteres dos principais veículos de comunicação do país resolveram participar da inauguração do projeto de uma empresa de mineração instalada no extremo norte do País? Para responder a essas questões, voltaremos ao contexto das décadas de 1940 e 1950, enfocando na política nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas e demais presidentes que seguiram essa matriz econômica. Concomitante ao nacional-desenvolvimentismo, é imperativo que se compreenda o contexto de criação do Território Federal do Amapá, observando seus projetos de desenvolvimento e modernização. Com isso, podemos entender a importância desse projeto de exploração mineral não só para o Amapá, mas também para a Amazônia e, principalmente, para o Brasil.

¹⁶ CHEGARÁ hoje a esta capital o Presidente Juscelino Kubitschek. *Amapá*, Macapá, n. 800, p. 1, jan. 1957. FOME, chuva e reclamações na viagem presidencial ao Amapá. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, jan. 1957. MANGANÊS será a segunda maior fonte de dólares do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 25.055, p. 8.

¹⁷ CHEGARÁ hoje a esta capital...*Op. cit.*, p. 1;6.

1.1 O nacional-desenvolvimentismo e a Amazônia

Durante o início do século XX, o Brasil passou por diversas mudanças e reformas no campo jurídico, econômico social e político. Segundo as oligarquias dissidentes, a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, simbolizou a mudança de um Brasil “velho”, “arcaico” e atrasado da República “Velha” para inaugurar um período “novo”, “moderno” e “desenvolvido” do país, O Estado “Novo”. Nesse sentido, para os defensores do Estado Novo, seria preciso combater tudo o que representasse a “velha” oligarquia.¹⁸

De qualquer forma, o projeto reformista do governo estadonovista começou a entrar em prática durante a década de 1930. Nesse contexto, o Brasil era um país voltado fundamentalmente para a exportação, sendo mais específico, para a exportação de café. O *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e as duas Grandes Guerras, além de terem desencadeado uma crise econômica a nível global nos países capitalistas, também trouxeram complicações para a economia cafeeira nacional.^{19,20}

Para lidar com a crise econômica e com o subdesenvolvimento histórico do Brasil, o governo estadonovista se ancorou na matriz econômica do nacional-desenvolvimentismo. Segundo esse projeto econômico, o país, ao focar no desenvolvimento da economia interna, criou a possibilidade de depender menos da economia externa, evitando assim uma série de crises do sistema econômico internacional. Por outro lado, essa medida possibilitou a integração de regiões periféricas, como a Amazônia e o Nordeste, que não participavam ativamente do processo de industrialização como as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país.²¹

Em um parecer apresentado ao Conselho Federal do Comércio, em 1937, o economista, engenheiro e empresário brasileiro Roberto Simonsen afirma que essa integração econômica só seria possível a partir do seguinte modo de operação:

Se quisermos perder algumas das características da atrasada economia em que nos debatemos, praticamente ainda em fase colonial, devemos nos orientar por um programa de fortalecimento intensivo de nossos mercados internos, e, portanto, do intercâmbio dentro de nossas próprias fronteiras. E essa orientação se justificava, no Brasil como em outros países, pelo ceticismo em relação às possibilidades de desenvolvimento à base do comércio

¹⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 39-40.

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 112.

²⁰ FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 10, p. 269.

²¹ *Ibidem*, p. 269.

internacional. A criação dos 600 milhões de libras de poder aquisitivo de que ainda carecemos deve derivar da troca de coisas e serviços entre os próprios brasileiros, eis que seria uma utopia pensarmos em exaurí-los no comércio internacional, mundo fechado e circunscrito a autarquias e impérios coloniais.²²

Como Simonsen afirma, a proposta do desenvolvimento nacional por meio da integração econômica de regiões distantes tornaria o Brasil autossuficiente e menos dependente do mercado externo. Para que esse projeto se concretizasse, seria preciso: a) Estabelecer a integração física do território nacional mediante a construção de estradas ou ferrovias²³; e b) Estabelecer uma indústria de base. Sem esses itens, segundo os defensores do nacional-desenvolvimentismo, seria impossível manter a independência do mercado externo.^{24,25,26}

A construção de uma indústria de base era o sonho de muitos políticos, engenheiros e intelectuais estadonovistas. Até as primeiras décadas do século XX, a produção de ferro no Brasil se fazia em pequenas oficinas e fundições, com ênfase em ferro-gusa e em importação de aço. Com a Segunda Guerra Mundial, veio a necessidade de se produzir minério de ferro de boa qualidade. Em consequência disso: “a ideia de construir um grande complexo para explorar e exportar minérios foi retomada e resultou na criação da Companhia Vale do Rio Doce em 1942”.²⁷

Porém, após a ditadura do Estado Novo, a economia preconizada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (eleito em 1946) buscava o retorno do liberalismo clássico, o que ia de encontro ao período anterior. Segundo Thomas Skidmore, as políticas econômicas do governo Dutra podem ser divididas em dois momentos: o primeiro momento diz respeito à tentativa de retorno do liberalismo econômico (1946-1947); enquanto o segundo, que vai de 1947 a 1950, ficou marcado por uma virada de gastos voltados para o planejamento estatal, como o plano Salte.²⁸

²² FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização...*, *Op. cit.*, p. 271.

²³ Apesar do projeto de integração nacional fazer parte dos planos de Getúlio Vargas por meio do “Avanço para o Oeste”, tal intenção ganhou folego no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek em meados da década de 1950. *Ibidem*, p. 279.

²⁴ *Ibidem*, p. 279.

²⁵ LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: Segunda República (1930-1945)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 242.

²⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo...* *Op. cit.*, p. 76.

²⁷ LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política... *Op. cit.*, p. 243.

²⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo...* *Op. cit.*, p. 103-104.

O retorno do liberalismo econômico surgiu como uma resposta ortodoxa à inflação provocada pelas políticas de Vargas que coincidiram com a Segunda Guerra Mundial. Porém, segundo o economista Ricardo Bielschowsky, o nacional desenvolvimentismo conseguiu sobreviver à guinada liberalizante do governo Dutra por meio de algumas agências criadas justamente por Getúlio Vargas.²⁹ Em consequência disso, houve uma continuidade dos projetos econômicos estadonovistas, mesmo que, entre 1946-1951, o Executivo Federal adotasse a ortodoxia liberal do *mainstream* econômico.

De qualquer forma, Dutra não chegou a ser um liberal “radical”, pois ele coordenou gastos públicos e propôs, como citamos anteriormente, o plano Salte (iniciais de: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Sobre o plano Salte, Thomas Skidmore argumenta que esse programa tinha o objetivo de criar planos e investimentos governamentais a nível nacional e regional. Com relação ao planejamento de nível regional, a Constituição Federal de 1946 delineou ações para o desenvolvimento dos vales de Amazonas e São Francisco para combater a seca da região nordestina.³⁰

O projeto econômico da corrente nacional-desenvolvimentista buscava integrar todas as regiões do país, bem como estabelecer as bases para uma indústria nacional. Nesse contexto, é preciso salientar a tentativa de integração de uma região que até então era conhecida como um “grande vazio demográfico”, a Amazônia. Foi devido a isso que, no período pós 1930, a região amazônica começou a receber diretrizes e políticas de valorização econômica e integração de seu espaço.

Vista como economicamente atrasada e esparsa, essa região, na visão de Getúlio Vargas, possuía tais problemas devido a, conforme Sidney Lobato, uma noção de tempo e trabalho que não atendia às demandas da lógica da acumulação capitalista. Para Vargas, os amazônidas estavam desperdiçando seu tempo com preocupações “supérfluas” e “banais”, o que, segundo ele, precisaria mudar para que a Amazônia conseguisse extrair o seu máximo de

²⁹ “Foi o caso, por exemplo, da Cexim, no Banco do Brasil, onde permaneceram Aldo Franco e Anápio Gomes, e o caso da Fundação Getúlio Vargas, onde até 1952 Américo Barbosa de Oliveira, Accioly Borges e Richard Lewinsohn editaram a revista Conjuntura Econômica. E foi, sobretudo, o caso do Departamento Econômico da CNI, criado por Roberto Simonsen em 1946 e confiado a Rômulo de Almeida”. Para mais informações, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 185-186.

³⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo... Op. cit.*, 105-106.

riqueza e produção. Nesse ponto de vista, os trabalhadores deveriam seguir a ética do trabalho e utilizar as mais modernas técnicas de produção agrícola e industrial.³¹

Foi em virtude desse pensamento que Getúlio Vargas resolveu propor mudanças para a Amazônia. Com isso, no dia 10 de outubro de 1940, o presidente visitou o Ideal Clube de Manaus, capital do Amazonas. O clube, bem como o entorno, estava lotado pelo empresariado local, pelas autoridades estaduais e ainda pelos cidadãos amazonenses. Com a atenção de todos que estavam ali presentes, Vargas fez o famoso *Discurso do rio Amazonas*:

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também, estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.³²

Para o presidente, o “antes” e o “depois” estavam bem claros, isto é, a Amazônia de antes era a Amazônia do atraso, do extrativismo e do vazio demográfico; enquanto a Amazônia do futuro seria a Amazônia do desenvolvimento, da modernização e da implementação de técnicas de trabalho racional do capitalismo industrial. Nesse sentido, existia uma clara oposição entre trabalho assalariado e trabalho extrativo, entre produzir para o mercado e produzir para a própria subsistência.

Uma das primeiras medidas que o governo federal idealizou para transformar a região amazônica em um espaço produtor de riquezas naturais (inclusive de cunho bélico) foi incentivar a migração de nordestinos para os seringais durante o 2º ciclo da borracha (ou batalha da borracha). Segundo Lobato, o governo federal iniciou uma campanha migratória de nordestinos para a Amazônia com o objetivo de criar uma grande civilização agrícola.³³ Contudo, o Governo Federal teve que reorganizar os seus planos, pois, no auge da Segunda Guerra Mundial, a demanda pela borracha se intensificou, o que fez com que Vargas criasse uma ampla frente de produção. Por conta disso, cerca de 60 mil pessoas foram enviadas para

³¹LOBATO, Sidney. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009. p. 48-49.

³²VARGAS, Getúlio. Discurso sobre o rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 1942. p. 260-261.

³³LOBATO, Sidney. *Educação na fronteira... Op. cit.*, p. 49-50.

os seringais nordestinos, transformando a produção de borracha no carro chefe da economia regional durante a década de 1940.³⁴

Porém, para que o projeto de integração da Amazônia se realizasse, seria preciso criar um plano de ação em larga escala que buscasse promover uma transformação completa da região. Pensando nisso que, por meio da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão do governo federal que tinha como principais objetivos: assegurar a ocupação territorial da Amazônia; construir uma sociedade economicamente estável e progressista e que fosse capaz de - com seus próprios recursos - prover a execução de suas tarefas sociais, além de desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar a economia brasileira. Apesar do investimento, a SPVEA gerou prejuízos aos cofres públicos por conta da péssima administração, ou seja, foi uma grande decepção.³⁵ De qualquer forma, a SPVEA ficou conhecida como o primeiro grande “ensaio” de projetos desenvolvimentistas em larga escala voltados para a Amazônia.³⁶

Em síntese, o famoso discurso do Rio Amazonas que Getúlio Vargas fez na cidade de Manaus se configura como a gênese de projetos voltados para a Amazônia (tais como o plano Salte e a SPVEA). Após isso, essa região deixaria de se ser interpretada (apenas) como um espaço exótico e desconhecido através de escritos e pinturas de viajantes, cedendo lugar às investidas de dominação e controle da selva, só que, dessa vez, pela implantação de rodovias, colônias agrícolas, estradas de ferro, obras públicas, criação de agências de fomentos e banco regional e incentivo à abertura de créditos. O Amapá se tornaria uma questão nacional, entrando no circuito das propostas de industrialização, fornecendo precioso minério para a indústria siderúrgica, recebendo proposital atenção dos poderes federais, naquele tempo, centralizado ainda no Sudeste. Tudo isso representava, por excelência da ideologia do progresso, a ideia de

³⁴ Para mais informações sobre a batalha da borracha e seus trabalhadores, ver: SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

³⁵ A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia não conseguiu aplicar seus projetos de larga escala na região. Segundo Maria D’Araújo, o fracasso da SPVEA aconteceu em praticamente todas as suas metas, desde a colonização planejada até em pesquisas e estudos sobre o solo. Ainda segundo a historiadora, esse fracasso aconteceu por conta da condição de planejamento e execução do órgão. Além disso, as votações anuais do orçamento no Congresso atrasavam constantemente o repasse da verba. Para mais informações sobre a SPVEA, ver: D’ARAÚJO, Maria Celina. *Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50*. *Anpocs*, v. 7, n. 19, p. 1-13, 1992.

³⁶ A sucessora “espiritual” da SPVEA foi a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada em 1966, durante a Ditadura militar, para continuar o avanço do capital sobre a Amazônia.

um Brasil novo, mas com referências claras da influência positivista do século XIX na administração pública.

1.2 O Amapá sob a luz do desenvolvimento e da modernidade

A criação do Território Federal do Amapá (TFA) fez parte do projeto de integração nacional do Estado Novo. Como foi dito anteriormente, o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas visava estabelecer um processo de industrialização nacional com o objetivo de estimular a economia interna e conseqüentemente modificar a condição do Brasil como país voltado para a exportação. Para os nacionais-desenvolvimentistas e outros adeptos dessa corrente econômica, seria impossível realizar esse sonho sem que o Brasil, antes de tudo, estivesse integrado economicamente. É nessa perspectiva que a Amazônia e, principalmente, o Amapá, entram no projeto de integração, desenvolvimento e modernização capitaneado pelo Estado Novo.³⁷

Inicialmente, com o objetivo de melhor organizar o espaço nacional, foi criada a Comissão Nacional de Redivisão Territorial, no início da década de 1930. O principal argumento da comissão envolvia a instalação de dez novas unidades administrativas nacionais: “um dos Estados do Paraná e Santa Catarina (Iguaçu); três no Mato Grosso (Maracajú. Guaporé e Jarú); quatro no Amazonas (Rio Branco, Rio Negro, Acre e Solimões); e dois no Pará (Óbidos e Amapá)”.³⁸

Porém, foi só por meio da Constituição Federal de 1937 que as instalações dos Territórios Federais receberam diretrizes mais específicas. Segundo a Constituição Federal, os territórios federais deveriam ser criados levando em conta o interesse da defesa nacional a partir do desmembramento de outros estados, além disso, as novas unidades federativas seriam administradas pelo próprio governo federal.³⁹ Com isso, em 13 de setembro de 1943, por meio do Decreto-lei n. 5.812⁴⁰, foram criadas as seguintes unidades federativas: Território Federal

³⁷ SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre. et al. *Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá*. Belém: Açáí, 2011. p. 109.

³⁸ PORTO, Jadson. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. *Revista Presença*, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2000. p. 4.

³⁹ *Ibidem*, p. 3-4.

⁴⁰ BRASIL. Decreto-lei n 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Rio de Janeiro, DF, 13 set. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-republicacao-66333-pe.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

do Guaporé⁴¹; Território Federal do Iguassú⁴², Território Federal de Ponta Porã⁴³; Território Federal de Rio Branco;⁴⁴ e, por fim, o Território Federal do Amapá.⁴⁵

A criação de tais territórios federais se deu, primeiramente, pela localização geográfica, pois todas as unidades federativas acima citadas estavam em áreas de fronteira. Em virtude disso, tais regiões eram, para o poder central, a porta de entrada para invasões e ataques de nações inimigas em um contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial. Um outro problema era o fato de que as novas unidades federativas estavam fragmentadas e afastadas do poder central (que se encontrava no Rio de Janeiro), ou seja, era preciso reduzir a distância não só geográfica, mas também política, econômica e sociocultural.⁴⁶

Além da separação do Pará, o novo Território Federal do Amapá passou por uma divisão interna. Do município de Amapá, originaram-se Oiapoque, Calçoene e Tartarugalzinho; de Macapá, criaram-se Ferreira Gomes, Itaubal, Cutias, Pracuúba, Porto Grande, Pedra Branca do Amaparí, Serra do Navio e Santana; de Mazagão, tivemos Laranjal do Jari e, deste último, originou-se Vitória do Jarí. As razões para essa redivisão interna se explicam pelos seguintes motivos: Oiapoque foi criado por questões de fronteira, já Calçoene surgiu por conta da exploração aurífera; Ferreira Gomes foi criado com o objetivo de dar suporte à construção de uma futura usina hidrelétrica (Coaracy Nunes); enquanto Serra do Navio, Santana e Porto Grande estavam atrelados ao projeto de exploração mineral. O restante - Tartarugalzinho, Itaubal, Cutias e Pracuúba - surgiram por conta de movimentos políticos locais.⁴⁷

Por outro lado, ainda era preciso decidir qual seria a capital do novo território federal. Inicialmente, a escolha residia em Amapá, por conta de seu alto valor simbólico no que tange à defesa do território nacional. Porém, segundo diversos telegramas que Vargas recebeu de Janary, no final do ano de 1943, a capital deveria ser a cidade de Macapá. Segundo o governador do TFA, a) Macapá era a principal cidade do território; b) estava mais bem localizada geograficamente do que o Amapá; c) seus portos eram acessíveis; d) possuía terreno próprio para a agricultura e a pecuária; e) poderia se desenvolver sem investimentos expansivos em

⁴¹ Atual estado de Rondônia.

⁴² Foi desmembrado em 1946 e partes do território foram incorporados aos estados de Santa Catarina e Paraná.

⁴³ Território incorporado ao estado do Mato Grosso do Sul.

⁴⁴ Extinto em 1988 por conta da nova Constituição Federal, virando o atual estado de Roraima.

⁴⁵ Se tornou um estado federação da mesma forma que Roraima em 1988.

⁴⁶ SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento... *Op. cit.*, p. 96-99.

⁴⁷ PORTO, Jadson. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. 2002. 206 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002. p. 4.

drenagem e aterros; f) o saneamento era melhor que do Amapá; g) a Fortaleza de São José de Macapá poderia servir de ponto turístico; h) tinha facilidade de navegação com Belém, capital do Pará; i) serviria como ponto de ignição para a rodovia Macapá-Clevelândia; j) e, por fim, era a cidade mais “tradicional” da região por conta de diversos conflitos entre holandeses, franceses e ingleses.⁴⁸

Após um ano de estudos e construção de uma infraestrutura administrativa, em 1944, o interventor⁴⁹ e a sua equipe governamental estavam prontos para se instalar de maneira definitiva no Amapá. O interventor escolhido por Getúlio Vargas se chamava Janary Gentil Nunes⁵⁰, capitão do exército que inclusive serviu no pelotão de Clevelândia do Norte (atual município de Oiapoque) entre 1936 e 1937. Com isso, o projeto modernizador estava pronto para ser posto em prática.

Nesse sentido, uma das primeiras ações do governo foi justamente evidenciar no calendário de datas comemorativas tanto o dia de criação do TFA (13 de setembro de 1943), quanto o dia da instalação do governo (25 de janeiro de 1944). Para Sidney Lobato, essas datas eram apresentadas como parte de um movimento fundador do “novo Amapá”, simbolizando assim uma ruptura com o passado visto com pessimismo e abandono. Da mesma forma que os intelectuais iluministas do período moderno se opuseram ao medievo, Janary Gentil Nunes queria ser a antítese de um Amapá que outrora estava abandonada e desassistida pelo poder central. Vejamos, a seguir, a configuração socioeconômica amapaense entre as décadas de 1940 e 1950, enfatizando a relação contrastante entre um Amapá atrasado, esquecido e

⁴⁸LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019. p. 57-58.

⁴⁹ “Tanto antes como depois de 1937, Vargas fez uso frequente de interventores. Esse era o título, como já observamos, dado ao governador indicado pelo governo federal e investido de poderes legislativos. Onde havia estados rebeldes, Vargas recorria ao uso de oficiais militares como interventores. Apesar de seus poderes serem limitados por sua própria capacidade de conseguir a cooperação de centros de poder locais, alguns interventores se mostraram representantes extremamente bem-sucedidos da autoridade federal.” SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo...* *Op. cit.*, 69-71. Apesar de concordarmos com Skidmore nessa questão, é preciso salientar que Getúlio Vargas tinha prerrogativa de escolher o governador do Amapá, pois a localidade consistia em um território subordinado diretamente ao governo federal. Por isso, o caso dos “interventores” dos territórios federais obedecia a uma lógica diferente dos interventores dos demais estados, a qual havia de fato uma “troca” de governadores. Em resumo, não fazia sentido, legislativamente, o governo federal intervir em um território de sua própria competência.

⁵⁰ Janary Gentil Nunes nasceu em Alenquer - estado do Pará - e, aos 18 anos, ingressou na escola militar de Realengo (Distrito Federal). Além de ter servido no pelotão de Clevelândia do Norte, Nunes também assumiu o comando do pelotão do Oiapoque em 1940. Dois anos depois, o capitão do exército ficara responsável pela 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas da Base aérea de Belém, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1943, Janary Gentil Nunes foi escolhido como o novo governador do Território Federal do Amapá, pois Getúlio Vargas queria como interventor da nova unidade da federação um militar que conhecesse a localidade. LOBATO, Sidney. *Educação na fronteira...* *Op. cit.*, p. 58-59.

geograficamente esparso com um projeto de desenvolvimento com base na assistência governamental nas áreas da saúde, educação, trabalho e cultura.⁵¹

Com relação à demografia, o Amapá era descrito como a região mais despovoada do país. Segundo Maura Leal da Silva, alguns estudos realizados em 1941 por Moacir F. Silva (consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia) chegaram à conclusão de que as cidades em áreas de fronteiras do Amapá possuíam índices baixíssimos de densidade demográfica, ficando na frente apenas do estado do Amazonas.⁵² Por conta disso, em 1959, a antiga Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes) realizou um estudo no Amapá com o objetivo de levantar questões e hipóteses para o desenvolvimento da região por meio de diversos dados estatísticos. Nesse sentido, os primeiros índices dizem respeito à densidade demográfica do TFA, como podemos ver na *tabela 1*:

Tabela 1 – Densidade demográfica do Território Federal do Amapá (1950)

Municípios	Habitantes	Habitantes por km²
Amapá	8.794	0,22
Macapá	20.594	0,76
Mazagão	5.105	0,12
Oiapoque	2.984	0,12
Total	37.477	0,27

Fonte: CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional (Territórios Federais)*. Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Rio de Janeiro, 1959. p. 76.

Para a Capes, a baixa densidade demográfica se explicava pela floresta densa que impossibilitava agrupamentos humanos para além das margens dos rios, pois existiam riquezas vegetais que poderiam ser obtidas a curta distância. O caso excepcional se insere no contexto de exploração mineral, pois quando se descobria a existência de ferro e pedras preciosas, garimpeiros e demais interessados formavam mutirões para explorar as jazidas até que elas se esgotassem.⁵³ Apesar da Capes trazer índices baixos de densidade demográfica, o Serviço de Geografia e Estatística do Amapá (no anuário estatístico de 1957) nos mostra que a população amapaense estava crescendo de forma exponencial desde a década de 1940:

Tabela 2 – População presente estimada no Território Federal do Amapá (1948-1956)

Anos	População estimada
-------------	---------------------------

⁵¹ LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores...* Op. cit., p. 25-26.

⁵² SILVA, Maura Leal da. *Integração, nacionalização e povoamento...* Op. cit., p. 102.

⁵³ CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional (Territórios Federais)*. Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Rio de Janeiro, 1959. p. 75.

1948	32.562
1949	34.445
1950	36.438
1951	38.546
1952	40.775
1953	42.134
1954	45.629
1955	48.269
1956	52.500

Fonte: AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá*. IBGE. Macapá, 1957. p. 89.

O crescimento contínuo da população amapaense coincide com alguns fatos importantes. O primeiro fato corresponde ao *boom* e a decadência da economia da borracha. Desde o final do século XIX, a borracha era amplamente utilizada na produção, aplicação e revestimento de isolantes em sapatos e capas. Além disso, a nascente indústria automobilística fez com que a borracha - produto essencial para a produção de pneus - se tornasse um dos itens mais cobiçados pelas grandes montadoras de veículos e demais indústrias com foco na produção bélica. Esse “*boom da borracha*” resultou numa intensa migração de trabalhadores para os seringais do interior da floresta Amazônica durante a passagem do século XIX para o século XX.⁵⁴

Porém, a produção da borracha amazônica passou por uma grande crise em 1912. Isso aconteceu por conta do alto índice de produtividade de látex das colônias inglesas do sudeste asiático, que, por meio de um grande acúmulo de capital, aliado a utilização de recursos tecnológicos modernos, ganharam a hegemonia da economia gomífera mundial. Depois de 1912, houve algumas tentativas de recuperação da economia da borracha. A primeira tentativa foi a criação da Superintendência de Defesa da Borracha por parte do Governo Federal,⁵⁵ enquanto a segunda tentativa surgiu por meio da iniciativa privada, mais especificamente de Henry Ford.⁵⁶ A terceira e última (grande) tentativa ficou conhecida como “Batalha da

⁵⁴ Para mais informações sobre a economia da borracha, ver: WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

⁵⁵ A Superintendência de Defesa da Borracha foi criada em 1912 e tinha como objetivo oferecer subsídios para a exploração de látex na Amazônia. PORTO, Jadson. *Amapá: Principais transformações... Op. cit.*, p. 56.

⁵⁶ Henry Ford queria explorar o látex brasileiro através de técnicas modernas do capitalismo industrial e, para isso, ergueu uma fábrica de borracha - bem como uma *company town* - no meio da floresta amazônica (Pará). Até aquele momento, a borracha era extraída da seringueira por meio de vários cortes na casca da árvore. Era um serviço lento e manual, ainda mais se levarmos em conta que as seringueiras espalhavam por toda a floresta. No final das contas, o projeto de Ford falhou por diversos motivos, mas o principal fator desse fracasso se deu por conta da extração “enfileirada” de seringueiras, um prato cheio para o seu predador milenar: o Ácaro (Acari). GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. Passim.

Borracha”, projeto estadonovista de exploração de látex que intensificou a migração de trabalhadores nordestinos para a região Amazônica na década de 1940.⁵⁷

O segundo fato que caracterizou o crescimento populacional da região foi a criação do Território Federal do Amapá em conjunto com projetos de modernização de Janary Gentil Nunes. Como resultado, o TFA virou um grande canteiro de obras, atraindo trabalhadores de todos os cantos do país. Sobre esse assunto, Amiraldo Bezerra, escritor paraense que viveu no Amapá durante a década de 1950, nos traz uma descrição da arregimentação de trabalhadores para o TFA por parte do governo territorial:

Para ir suprindo a carência de pessoal especializado nos diversos ramos de atividades profissional, o governador cuidava pessoalmente desse assunto. Ele costumeiramente, viajava à Belém, onde contava com uma estrutura mesmo que precária, da representação do governo do Amapá. Primeiro sob o comando do Sr. Carvão [Nunes], comerciante e seu sogro de à época, e depois do Pauxy Nunes, seu irmão. Aí mandava publicar na Província do Pará ou Folha do Norte, jornais de maior circulação na Amazônia e até com alguns exemplares enviados ao Rio de Janeiro, capital da República, matérias de chamados para cargos diversos no recém-criado Território Federal. Não havia concurso público. Ou vinham transferidos da capital Federal ou eram nomeados pelo governador e pronto; prestou fica, não prestou manda embora.⁵⁸

De acordo com o relato acima, Janary Nunes contou com a arregimentação de mão de obra especializada e não-especializada ao redor do país, utilizando-se de várias estratégias, como chamadas de trabalho em jornais ao redor do Brasil e, até mesmo, através de convites feitos por ele próprio. Entretanto, antes da Constituição Federal de 1967, os funcionários públicos da maioria das instituições não passavam por um processo seletivo ou concurso, pois a seleção do quadro de funcionários dependia exclusivamente da escolha de diretores, governadores e prefeitos. Nesse sentido, existia uma clara confusão entre o público e o privado, pois um determinado trabalhador poderia não ser aceito (demitido ou ainda perseguido) caso fizesse algo que desagradasse a autoridade. De qualquer forma, sobre os trabalhadores que eram “aprovados” no quadro de funcionários públicos do Amapá, ainda seria preciso criar maneiras de fixá-los em uma região no extremo norte do país. Foi por conta disso que o Governo do Território Federal do Amapá (GTFA) resolveu criar algumas benesses para quem quisesse se tornar seu funcionário:

Sempre era destacado o salário excelente, quase o dobro do habitual mais moradia, transporte e outras vantagens tentadoras, tendo, porém, um aviso, só fornece passagem de vinda, se por um acaso o contratado desistisse em

⁵⁷LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores... Op. cit.*, p. 24.

⁵⁸BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Fortaleza: Premium, 2008. p. 30.

permanecer, teria de adquirir suas passagens de volta. Um detalhe interessante, o acesso aéreo só era possível em pequenos aviões monomotores ou no CAN da FAB, cujas vagas eram controladas pelo gabinete do governador, então voltar só de canoa. Com muito chão, ou melhor, rios pela frente!⁵⁹

A partir do que foi exposto acima, podemos notar também que havia uma outra maneira do governo fixar essas pessoas no Amapá. Os trabalhadores, é verdade, possuíam a escolha de desistir de trabalhar para o Janary, entretanto, caso quisessem voltar para as suas terras, eles teriam duas opções: 1) viajar em pequenos aviões monomotores da Força Aérea Brasileira que estavam sob controle do governo territorial; e 2) voltar por conta própria em pequenas embarcações, o que demandaria tempo e dinheiro. No final das contas, seja por meio de benesses, seja por meio da restrição de locomoção desses trabalhadores, o GTFA buscava de todas as maneiras manter essa mão de obra no Amapá.

Em resumo, a criação dos territórios federais (sob o argumento da defesa nacional e da integração da região amazônica) criou uma cisão na história do Amapá. Nas fontes que analisamos neste tópico, o Amapá sempre era descrito como um local em que muito precisava ser feito. Se por um lado o campo de experiência do governo janarista estava marcado pela constante visão de um Amapá esquecido pelo governo central, demograficamente esparso e caracterizado pela economia extrativa, por outro, o horizonte de expectativas de Janary e seus correligionários se apoiava fundamentalmente em dois pilares principais, isto é, nas políticas de governo e no projeto de exploração mineral da Icomi no Amapá.

1.3 Descoberta das jazidas de manganês e contrato de exploração mineral

Além das migrações ocorridas no século XIX para a Amazônia, motivadas por diversos fatores, incluindo a oferta de trabalho nos seringais e as secas ocorridas no atual Nordeste, assim como a arregimentação da mão de obra qualificada por parte do GTFA, teve-se um terceiro fator que possibilitou o crescimento demográfico do Amapá entre as décadas de 1940 e 1950, sendo ele a instalação do projeto de exploração mineral na região por meio da Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi), o que atraiu muitos trabalhadores de todo o Amapá e de regiões circunvizinhas.

O projeto Icomi se divide em pelo menos três grandes fases: a) a fase da descoberta do minério por meio de prospecções geológicas, bem como pela regularização do contrato de exploração do manganês e as discussões sobre tais documentos (1934-1952); b) a fase da

⁵⁹ BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas... Op. Cit.*, p. 30.

construção da maior parte da infraestrutura da empresa no Amapá, estrada de ferro, Porto de Santana, área industrial e todo o perímetro de mineração (1953-1957),⁶⁰ e c) a fase de exploração do manganês até o encerramento das atividades da mineradora (1957-1998)⁶¹. Neste tópico, realizaremos uma incursão na primeira fase do projeto Icomi, enquanto a segunda fase receberá especial atenção a partir do próximo tópico.⁶²

Como abordamos anteriormente, o governo federal, sob orientação nacional-desenvolvimentista, almejava criar uma indústria de base que fosse competitiva internacionalmente. Para que essa indústria se concretizasse, seria preciso encontrar e explorar riquezas minerais que tivessem um papel fundamental na produção de aço, liga metálica utilizada na fabricação de diversas aplicações como máquinas, ferramentas, prédios etc. Um dos minerais mais visados para a produção de ligas metálicas é o minério de manganês.⁶³

Esse minério começou a ser utilizado na siderurgia desde o início do século XX. Até a Segunda Guerra Mundial, sua disponibilidade era abundante, ou seja, a oferta era maior do que a demanda. Porém, o cenário mudou de figura com o fim do conflito mundial e com o início de relações hostis entre os EUA e a União Soviética (Guerra Fria). Até aquele momento, os maiores depósitos de manganês (65% das reservas mundiais) estavam nas mãos da URSS, que resolveu cessar a exportação desse mineral para os EUA. Isso resultou na escassez de manganês no mercado mundial, o que obrigou os estadunidenses a buscarem alternativas para suprir a

⁶⁰ Serra do Navio ficou pronta em 1958, enquanto a Vila Amazonas entraria em pleno funcionamento somente em 1960. Escolhemos como recorte final o ano de 1956 porque foi o último ano da fase obreira antes da empresa começar a realizar o beneficiamento do minério de manganês em 1957.

⁶¹ Alguns historiadores destacam que a crise do petróleo (e consequentemente a crise do modelo fordista) durante a década de 1970 alterou profundamente as relações econômicas e sociais da Icomi. Nesse período, a mineradora realizou demissões em massa e cortou alguns benefícios sociais de seus trabalhadores com o objetivo de se adequar ao regime de acumulação flexível (*just in time*). Para mais informações, ver: NUNES, Elke. *O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 à 1975*. Macapá: Unifap, 2014. NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá: Controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973*. 2018. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2018. SILVA, Carlos Ernani. *Exploração e degradação social dos trabalhadores na Amazônia: O fim do projeto ICOMI*. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

⁶² A terceira fase não será abordada neste trabalho, já que ela procede o recorte cronológico escolhido. Mesmo assim, é importante que façamos algumas menções a esse período.

⁶³ O manganês (mg) é o 16º elemento mineral mais abundante na crosta terrestre e suas jazidas ao redor do mundo variam entre 25% e 50% de teor. Sua utilização na indústria siderúrgica é de 95%, enquanto os outros 5% são empregados na indústria eletrolítica, na indústria química e na indústria de cerâmica e de fertilizantes. A aplicação de manganês na siderurgia é importante devido ao fato de que esse mineral diminui impurezas durante a fabricação de ferro e elimina produtos corrosivos dissolvidos no aço, além de criar diversas possibilidades de personalização durante a produção de ligas metálicas, tornando-as especiais. BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. 1994. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 1994. p. 28.

demanda de sua indústria. Foi nesse contexto que o Amapá, com suas jazidas recém descobertas, entrou em cena.^{64,65,66}

Na literatura sobre o projeto mineral do Amapá, temos dois informes sobre a descoberta de manganês. A primeira informação sobre o minério se deu em 1934, quando o engenheiro do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Josalfredo Borges, percorreu o vale do Rio Amaparí. Segundo os registros (e mesmo sem especificar o local das jazidas) Borges indicou que existiam indícios de jazidas de manganês no interior do Amapá.^{67,68} Esse relatório de Josalfredo Borges, inicialmente, não provocou nenhuma resposta imediata e ficou em segundo plano frente ao segundo relato da descoberta de manganês atribuída ao regatão Mário Cruz.

No ano de 1941, nove pessoas se encontravam em uma pequena embarcação que ameaçava afundar por conta de uma tempestade que agitava o rio Araguari. Era de noite e, impedidos de continuar com a viagem, tiveram que tomar alguma medida antes que a embarcação afundasse. O regatão Mário Cruz (capitão da embarcação) resolveu montar um acampamento provisório em frente a região que posteriormente ficaria conhecida como Serra do Navio. Para se certificar de que a viagem ocorreria sem problemas, Mário Cruz, na manhã seguinte, apanhou algumas “pedras negras” que estavam perto do acampamento e as usou como lastro de seu navio. Essas “pedras negras” eram minério de manganês, que, anos mais tarde, seriam extraídas aos montes daquela localidade e transportadas para os Estados Unidos e outros países durante boa parte do século XX.^{69,70}

Mário Cruz não imaginava que aquelas pedras negras que ele utilizara para lastrear a sua pequena embarcação simbolizasse o ponto de partida do maior empreendimento da Amazônia Setentrional. Isso pelo menos até o ano de 1945, quando soube que o governador do Amapá, Janary Gentil Nunes, estava oferecendo prêmios para quem descobrisse novas jazidas

⁶⁴ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1983. p. 28.

⁶⁵ NUNES, Janary Gentil. *A verdade sobre o manganês do Amapá*. Macapá: Do Autor, 1959. p. 11.

⁶⁶ SILVA, Roberto Gama e. *A quinta-coluna no setor mineral: O entreguismo dos minérios*. Porto Alegre: Tchê!, 1988. p. 21-22.

⁶⁷ ICOMI. *História do aproveitamento... Op. cit.*, p. 7.

⁶⁸ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 122.

⁶⁹ ICOMI. *História do aproveitamento... Op. cit.*, p. 8.

⁷⁰ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014. p. 27-28.

minerais no território federal. Segundo o historiador Adalberto Paz, o governador do Amapá resolveu incentivar recompensas porque:

[O Amapá] precisava dispor de mecanismos que possibilitassem um impulso de crescimento econômico que fosse considerado satisfatório. [...] Para isso, o investimento em pesquisa visando ao aproveitamento em larga escala das riquezas minerais parecia ser um dos caminhos mais rápidos, e seguros, para que fossem obtidos os recursos necessários à realização de uma ampla proposta de desenvolvimento. Isto ficou bastante claro, já em 1945, em função dos seus esforços para que fossem exploradas as jazidas de ferro do rio Vila Nova.⁷¹ [...] Confiando na possibilidade de que existissem mais depósitos de ferro, Janary Nunes ofereceu um prêmio a quem lhe trouxesse provas desse minério em outras regiões do Amapá.⁷²

Ao saber que Janary estava oferecendo prêmios para quem descobrisse riquezas minerais na região, Mário Cruz - que se lembrou daquelas pedras usadas como lastro em sua embarcação em 1941 - levou algumas amostras ao governador, as quais foram analisadas em Macapá pelo geólogo Fritz Ackermann, que estava a serviço do governador. O regatão levou aquelas pedras pensando se tratar de minério de ferro, porém, após alguns estudos, Ackermann acabou constatando que tais pedras eram, na verdade, minério de manganês.^{73,74}

Ainda naquele mesmo ano, Janary enviou algumas amostras dessas “pedras escuras” para serem estudadas no Rio de Janeiro. O responsável pela análise foi o geólogo Glycon de Paiva, que afirmou que aquelas pedras escuras eram minério de manganês. E mais: manganês de alto teor. Com isso, o geólogo chegou à conclusão de que existia uma enorme potencialidade econômica caso existissem jazidas desse minério para serem exploradas no Território Federal do Amapá.⁷⁵

Janary não só aceitou as conclusões de Fritz Ackerman e posteriormente de Glycon de Paiva sobre as reservas de manganês, como também convenceu o presidente Eurico Gaspar Dutra a assinar o Decreto lei n. 9.858 de 13 de dezembro de 1946,⁷⁶ que “Dispõe sôbre as

⁷¹ “Segundo notícias do jornal *Amapá*, as jazidas de ferro do rio Vila Nova foram descobertas em 1939 pelo geólogo Fritz Ackerman, no lugar conhecido como "Santa Maria", entre os municípios de Macapá e Mazagão.” PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 29.

⁷² *Ibidem*, p. 29.

⁷³ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia... Op. cit.*, p. 32.

⁷⁴ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês... Op. Cit.*, p. 122.

⁷⁵ NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá... Op. cit.*, p. 60.

⁷⁶ BRASIL. Decreto-lei n. 9.858, de 13 de setembro de 1946. *Dispõe sôbre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá.*, Rio de Janeiro, DF, 13 set. 1946. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1950-11-14:1235>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá”.⁷⁷ Segundo José Drummond e Mariângela Pereira: “este decreto criou uma ‘reserva nacional’ que englobava todo o depósito de manganês de Serra do Navio, ainda a ser pesquisado, e deu ao território a concessão para a sua prospecção e exploração”.⁷⁸

Nesse sentido, a criação de uma reserva nacional que englobasse todo o depósito de manganês, bem como o direito de sua prospecção e futura exploração para o TFA foi somente o primeiro passo do governo territorial. O segundo passo consistia em passar os direitos de exploração das jazidas de manganês para o setor privado, mesmo que o GTFA pudesse, por meio do Decreto-Lei 9.896 de 1946, criar uma empresa estatal para explorar tais jazidas. Janary não contemplou esta segunda possibilidade, pois, alguns meses depois, no dia 8 de agosto de 1947, o governador do Amapá:

Enviou uma carta circular para várias companhias interessadas, nacionais e estrangeiras, acompanhadas de um documento sobre as características conhecidas do depósito e de um questionário preparado pelo CNMM [Conselho Nacional de Minas e Metalurgia]. O órgão pretendia usar as respostas ao questionário como base para selecionar a empresa que oferecesse ‘as melhores condições’ para operar em Serra do Navio. Foi uma espécie de concorrência pelo direito de explorar a jazida.⁷⁹

Apenas três empresas visitaram o depósito de manganês do Amapá e responderam à carta circular de Janary Nunes: A *United States of Steel* - por meio de sua subsidiária brasileira - sob o nome de Companhia Meridional de Mineração; a *Hanna Coal & Ore Corporation* (associada à empresa que fez a prospecção de ferro nas jazidas de Vila Nova); e a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês, cuja sigla era Icomi. Como resultado, a Icomi foi escolhida pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e pelo Governo do Território Federal do Amapá como a empresa responsável pela exploração das jazidas de manganês da Serra do Navio.^{80,81}

⁷⁷ “Esse decreto foi redigido com a ajuda de Edmundo Macedo Soares e Silva, oficial do Exército, a maior autoridade brasileira em metalurgia da época. Ele foi um dos idealizadores e construtores da Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda, RJ), ainda em construção naquele momento, e era presidente do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM), o principal órgão regulador das atividades mineradoras e metalúrgicas no país.” DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês... Op. cit.*, p. 124.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 124.

⁷⁹ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês... Op. cit.*, p. 126.

⁸⁰ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia... Op. cit.*, p. 33.

⁸¹ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês... Op. cit.*, p. 125.

Após a escolha da empresa para a prospecção e exploração das jazidas de manganês do Amapá, seria preciso oficializar a parceria que veio com o Decreto n. 24.156, de 4 de dezembro de 1947. A partir desse decreto, o Amapá obteve autorização do governo federal para contratar a Icomi (uma empresa de mineração modesta com origem em Belo Horizonte, Minas Gerais) para apresentar estudos sobre a quantidade de minério disponível e sua viabilidade econômica até o ano de 1951. Um segundo ponto do decreto estabeleceu o teto mínimo de 10.000.000 toneladas de manganês de alto teor que deveriam ser descobertas para a construção de uma estrada de ferro de 193 km que ligaria as jazidas de manganês com o porto de embarque. O terceiro e último ponto do decreto afirmava que, caso fossem encontradas somente 5.000.000 toneladas de minério, a Icomi se comprometeria em exportar 50.000 toneladas utilizando o transporte a sua escolha.^{82,83,84}

Os anos de 1947 e 1951 foram dedicados exclusivamente para o reconhecimento geológico das jazidas de manganês, bem como para o levantamento das reservas do minério. Segundo Daniel Brito, as pesquisas apontavam a existência de uma reserva de apenas 7.385,000 toneladas, o que fez com que a Icomi solicitasse a revisão do primeiro contrato. Brito afirma que a mineradora usou o argumento de que faltavam recursos financeiros para o avanço da prospecção, requisito obrigatório para encontrar mais toneladas de minério de manganês e viabilizar a construção de toda a infraestrutura da mineradora no Amapá.⁸⁵

Nesse meio tempo, a Icomi resolveu mudar o seu status de sociedade limitada para uma sociedade anônima com o intuito de buscar um sócio estrangeiro. Essa empresa estrangeira poderia atuar como acionista no empreendimento, mas com participação minoritária no projeto. Em fevereiro de 1949, a Indústria e Comércio de Minérios (agora Icomi S. A.) convidou a *US Steel* e a *Hanna Corporation* para participarem do empreendimento, recebendo assim uma resposta negativa de ambas. Posteriormente, a Icomi lançou o convite para outra grande mineradora do ramo, a *Bethlehem Steel*, que aceitou a solicitação. Sendo assim, o presidente da Icomi (Augusto Antunes) e o presidente da *Bethlehem Steel* (Arthur B. Homer) assinaram a parceria no dia 9 de junho daquele mesmo ano.⁸⁶

⁸² BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia... Op. cit.*, p. 35.

⁸³ CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Macapá: Rumo, 1962. p. 13-14.

⁸⁴ NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá... Op. cit.*, p. 61.

⁸⁵ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia... Op. cit.*, p. 34-35.

⁸⁶ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês... Op. cit.*, p. 129-130.

A parceria entre a mineradora belo-horizontina e a *Bethlehem Steel* implicou na revisão do contrato de 1947, assinado entre a Icomi e o TFA, em 1950, por meio do Decreto n. 28.612, de 31 de maio de 1950:

Art. 1º - Fica o Governo do Território Federal do Amapá, autorizado a convencionar com a Indústria e Comércio de Minérios S. A. - ICOMI sociedade anônima, brasileira, anteriormente denominada Indústria e Comércio de Minérios Ltda., com sede em Belo Horizonte, a revisão do contrato para estudos e aproveitamento de jazidas de minério de manganês existentes na região do rio Amaparí, no mesmo Território, contrato êsse celebrado em 6 de dezembro de 1947, na conformidade do previsto no Decreto nº 24.156, de 4 de dezembro de 1947, obedecidas as cláusulas e termos constantes da minuta aprovada pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.”⁸⁷

Esse decreto incluiu, dentre outras coisas, a participação da empresa siderúrgica dos EUA no projeto de exploração mineral do Amapá como empresa minoritária, ou seja, enquanto a Icomi ficaria com 51% das ações, a *Bethlehem Steel* não poderia extrapolar o limite de 49%.⁸⁸ Alguns meses depois, através da Lei nº 1.235, de 14 de novembro de 1950, o poder federal autorizou um empréstimo de 35 milhões de dólares (US\$ 35.000.000,00) por meio do *International Bank for Reconstruction and Development (IBRD)*:

Art. 1º - É o poder executivo autorizado a dar a garantia do tesouro nacional a um empréstimo, até o montante principal de trinta e cinco milhões de dólares americanos (us\$35.000.000,00), ou seu equivalente em outras moedas, a ser contraído pela empresa brasileira de mineração "Indústria e Comércio de Minérios, S.A. - ICOMI", com o International Bank for Reconstruction and Development.”⁸⁹

Tanto a participação da *Bethlehem Steel* no projeto de exploração mineral do Amapá, quanto o empréstimo ao *International Bank for Reconstruction and Development* fizeram parte dos planos da mineradora belo-horizontina para a implantação do projeto, pois os custos operacionais foram calculados em 102,5 milhões de dólares (US\$ 102.500.000,00). Em resumo,

⁸⁷ BRASIL. Decreto n. 28.162, de 31 de maio de 1950. *Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a convencionar a revisão do contrato para estudos e aproveitamento de jazidas de minério de manganês existentes no mesmo Território*, Rio de Janeiro, DF, 31 maio 1950. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28162-31-maio-1950-327332-republicacao-60673-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁸⁸ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês... Op. cit.*, p. 130-132.

⁸⁹ BRASIL. Lei n. 1.235, de 14 de novembro de 1950. *Autoriza o poder executivo a dar garantia do tesouro nacional a empréstimo a ser contraído pela empresa "Indústria e Comércio de Minérios S.A. ICOMI"*, Rio de Janeiro, DF, 14 nov 1950. Disponível em: <<https://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:lei:1950-11-14;1235&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.gov.br%2Flegin%2Ffed%2Flei%2F1950-1959%2Flei-1235-14-novembro-1950-363571-publicacaooriginal-1-pl.html&exec>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

o *IBRD* forneceu 35 milhões de dólares (US\$ 35.000.000,00) por meio de empréstimo. a *Bethlehem Steel* se comprometeu a comprar uma quantidade de minério suficiente para amortizar esse crédito do IBRD, e o *Export-Import Bank (Eximbank)* entrou com os 67,5 milhões de dólares restantes (US\$ 67.500.000,00) por meio de outro empréstimo (a dívida seria paga em um prazo de 10 anos).⁹⁰

Na passagem de 1951 para 1952, quatro anos depois do início da prospecção, a Icomi e a *Bethlehem Steel* apresentaram ao governo do território o relatório final de prospecção das jazidas de manganês. Segundo Augusto Drummond e Mariângela Pereira:

A parte principal do depósito de manganês ocupava uma faixa relativamente estreita de terra, com 8 quilômetros de comprimento e cerca de 3 quilômetros de largura, transversal ao rio Amapari. A maior parte do minério estava na margem esquerda do rio. As coordenadas dos depósitos eram 1° 02' N (latitude) e 52° 02' W (longitude). As altitudes variavam de 88 m snm (acampamento principal) até 320 m (topos dos morros). Foram feitas 166 perfurações para retirada de amostras, totalizando 8.230 m lineares. Foram identificadas 10,6 milhões de toneladas recuperáveis de minério, com um teor médio de 46%. O depósito era, portanto, um pouco maior do que o mínimo calculado como comercialmente viável.⁹¹

Com o investimento necessário e com a conclusão dos estudos geológicos, a Icomi poderia investir em todos os itens indispensáveis para o prosseguimento da fase de construção de toda a infraestrutura de produção.⁹² Contudo, quando analisamos os passos que possibilitaram a instalação da Icomi no Amapá durante a década de 1940 e início da década de 1950, percebemos que esse projeto, apesar de ter sido formulado a partir de uma perspectiva de desenvolvimento nacional, foi implementado de maneira exógena à realidade brasileira e, principalmente, à realidade amapaense. As concessões feitas para a Icomi, os empréstimos solicitados a dois bancos internacionais, a associação de uma empresa estrangeira ao projeto e os royalties de apenas 4% sobre a venda do minério de manganês nos indicam que aquele projeto estava se tornando um enclave na Amazônia setentrional.

1.4 Espacialidade e frentes de trabalho do Projeto Icomi

Entre os anos de 1952 e 1956, a Icomi se viu no desafio de montar toda a sua infraestrutura no meio da selva amazônica. As jazidas de manganês ficavam na região que hoje conhecemos como Serra do Navio, uma região em que a viagem se mostrava cara, longa e

⁹⁰ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia... Op. cit.*, p. 36.

⁹¹ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês... Op. cit.*, p. 127.

⁹² BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia... Op. cit.*, p. 36.

penosa. Além disso, Serra do Navio ficava a mais de 200 quilômetros de Macapá, o que representava mais um empecilho para o projeto. Pensando nisso, a Icomi começou a planejar toda a sua logística no Amapá, pois seria preciso importar a maior parte do material necessário para a fase de construção e arregimentação. Na capital, a mineradora ergueu um escritório administrativo e um depósito para recebimento e compra de materiais, marcando assim o ponto inicial da fixação da empresa no território federal.⁹³

O segundo passo consistiu em criar um ponto intermediário entre a região das jazidas de manganês e a cidade de Macapá, pois seria impossível transferir todo o seu material diretamente da capital para Serra do Navio. Com isso, a própria empresa relata como se realizavam as viagens para as jazidas de manganês:

Para chegar-se ao local das jazidas, partindo-se de Macapá, somente uma forma se oferecia: por via terrestre, em estrada de terra já existente, até um ponto (Porto Grande) [Porto Platon] na margem direita no Rio Araguari e, dali, em canoa, por este até a embocadura do Rio Amaparí, em cujo leito se prosseguia, corrente acima, até o local das minas.⁹⁴

Esse “ponto”, o qual a Icomi se refere como Porto Grande, possuía um outro nome na época, Porto Platon. Funcionando como um armazém, Porto Platon recebia todo o material adquirido pela empresa na cidade de Macapá, porém, essa localidade era mais do que um posto avançado da empresa no meio da selva amazônica. Além ter servido como um ponto intermediário entre a capital do território e os depósitos de minério de ferro, Porto Platon também era um acampamento provisório com habitações de trabalhadores e estabelecimentos que ofereciam serviços ligados à construção civil (carpintaria, serralheria) e à saúde (posto médico).⁹⁵ Com o estabelecimento administrativo da Icomi em Macapá e com a edificação de um posto avançado entre a capital do território e as jazidas de manganês, o terceiro passo da fixação da mineradora no Amapá foi a construção de dois acampamentos na região manganífera durante os trabalhos preliminares, Porto Terezinha e Serra do Navio.

Porto Terezinha - ou Vila Terezinha - se localizava à margem esquerda do rio Amaparí e ao sul do depósito de manganês Terezinha (origem do nome do acampamento). O surgimento desse acampamento pode ser explicado por Dorr II, Park Jr e Glycon de Paiva que, entre os anos de 1947 e 1949, a serviço do departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), visitaram a região das jazidas. Segundo os autores, existiam ao todo 28 depósitos de manganês

⁹³ ICOMI. *História do aproveitamento...* Op. cit., p. 24.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 23.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 24.

em uma área de 7 km de extensão ao longo do Rio Amaparí. Levando em conta toda essa extensão, Dorr II, Park Jr. e Glycon de Paiva ponderam que o distrito foi dividido em três áreas: Clemente, Chumbo e Terezinha.⁹⁶ Nesse sentido, enquanto Porto Terezinha estava atrelado ao depósito de mesmo nome, Clemente e Chumbo tinham o acampamento de Serra do Navio como o principal ponto logístico. No mesmo período em que Dorr II, Park e Paiva visitaram o Amapá, Serra do Navio era o principal acampamento da região manganífera, possuindo serviços complementares de abastecimento, posto médico e habitação integrados à pesquisa/prospecção geológica.⁹⁷

Em resumo, Serra do Navio, Porto Terezinha e Macapá eram os principais pontos de fixação da Icomi no Amapá. Inicialmente para a realização de prospecção mineral e para a construção de toda a infraestrutura necessária e, posteriormente, para a efetiva exploração mineral no território. A década de 1950, para a Icomi (e para o Amapá), foi a década da construção civil e do “canteiro de obras”. Onde quer que os transeuntes estivessem, quase sempre havia alguma coisa sendo construída pela Icomi ou pelo governo territorial.

Com o fim dos trabalhos da prospecção geológica das jazidas de manganês e sua instalação provisória no Amapá, a companhia se incumbiu de montar todo o seu parque industrial. Para isso, a Icomi firmou um contrato com a construtora norte-americana *Foley Brothers Inc* em 18 de janeiro de 1954, que ficou responsável pela instalação de uma estrada de ferro no Amapá. Para incentivar e agilizar a entrega, a mineradora estabeleceu um prêmio de US\$ 4,300,000,00 (quatro milhões e trezentos mil dólares) caso a *Foley Brothers* terminasse a construção da ferrovia, o que acabou se realizando.⁹⁸

Dentre todos os itens desse parque industrial, a estrada de ferro, mais conhecida como Estrada de Ferro do Amapá (EFA), foi a infraestrutura mais importante e cara do projeto icomiano. A ferrovia ligaria o Porto de Santana (que falaremos mais para frente) ao Porto Platon e Serra do Navio. De acordo com a historiadora Elke Nunes, a escolha da construção de uma via férrea diante de outras possibilidades de locomoção se explicam pelas desvantagens do transporte fluvial e do transporte rodoviário. Enquanto o primeiro seria arriscado demais por conta das correntezas e dos obstáculos durante a estação seca, o segundo seria um problema

⁹⁶ DORR II, John van Nostrand; PARK, Charles F.; PAIVA, Glycon de. Manganese deposits of the Serra do Navio district, Territory of Amapá, Brazil. In: WRATHER, W. E. *Geologic Investigations in the American Republics*. Washington: United States Government Printing Office, 1949. p. 10.

⁹⁷ ICOMI. *História do aproveitamento...* Op. cit., p. 24.

⁹⁸ ICOMI. *História do aproveitamento...* Op. cit., p. 71-72.

devido à chuva, dificultando assim a locomoção dos caminhões em estradas. Por conta disso, a escolha da ferrovia seria a mais segura.⁹⁹

Augusto Drummond e Mariângela Pereira também compartilham dessa ideia. Segundo os autores, a ferrovia visava reduzir drasticamente o tempo de viagem entre Macapá, Porto de Santana e Serra do Navio. Percorrer mais de 100 km por uma estrada rodoviária precária e depois ter que lidar com a correnteza do Rio Amaparí em uma pequena embarcação era, sem dúvida, uma escolha muito dispendiosa. Com uma estrada de ferro, essa viagem de várias etapas que durava em torno de quatro dias seria reduzida para quatro horas.¹⁰⁰

Construída entre 1954 e 1956, a EFA foi a primeira e única linha férrea edificada no Amapá e apenas a quarta construída na Amazônia brasileira. Sua extensão era de quase 200 quilômetros e sua faixa tinha uma área total de 12 quilômetros. Os trilhos começavam no Porto de Santana em direção ao norte, atravessando uma região plana e com vegetação serrada. Na metade da viagem, a EFA seguia um interflúvio que dividia as bacias do Rio Matapí e Pedreira e cruzava alguns pequenos rios. O restante da ferrovia virava para o oeste em uma região de terreno acidentado com pequenos morros cobertos por uma floresta densa, seguindo a margem direita do Rio Amaparí. Durante o final da viagem, o trem atravessava uma ponte da margem direita para a margem esquerda do Rio Amaparí, chegando finalmente ao seu destino final, Serra do Navio.¹⁰¹

Com isso, podemos perceber que a Estrada de Ferro do Amapá precisou de muitos trabalhadores para ser construída, pois erguer uma ferrovia de 193 quilômetros (mais todos os galpões, estações, sinalizações etc.) floresta adentro em um período de dois anos simbolizou uma tarefa altamente disciplinada e intensiva, pois “o ritmo de construção [da estrada de ferro do Amapá] foi de seis quilômetros de trilhos assentados por mês, ou cerca de 200 metros por dia, incluindo pontes e viadutos”.¹⁰² De qualquer forma, veremos essa questão na seção três, mas agora vamos discorrer sobre a segunda infraestrutura mais importante desse projeto: o Porto de Santana.

⁹⁹ NUNES, Elke. *O controle social exercido...* *Op. cit.*, p. 122.

¹⁰⁰ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês...* *Op. cit.*, p. 149.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 156.

¹⁰² DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês...* *Op. cit.*, p. 157.

As primeiras discussões acerca da instalação portuária de grande porte para o projeto Icomi se iniciaram no final da década de 1940. Nesse contexto, era preciso decidir onde a empresa instalaria o seu porto, pois precisava ser um lugar onde grandes embarcações pudessem atracar. Sobre isso, Dorr II, Park e Paiva chegaram à seguinte conclusão:

Não existem instalações portuárias para movimentação de carga oceânica no território do Amapá. Cerca de 12 quilômetros acima da Amazônia está o porto projetado de Sant'Ana, onde sondas têm mostrado que as águas profundas se estendem até a margem do rio. Várias empresas de navios a vapor têm investigado este local como uma alternativa a Belém, agora o principal porto do Vale do Amazonas. De acordo com informações disponíveis em Macapá, não há razão natural para que este local não possa ser desenvolvido como um porto para grandes embarcações oceânicas. Sondagens mostraram que o braço norte da Amazônia é navegável para navios marítimos.¹⁰³

No final das contas, comparado com às discussões da escolha do transporte de minérios, o local escolhido para a instalação do porto foi uma decisão consensual, sem grandes debates dentro da diretoria icomiana. A mineradora bateu o martelo rapidamente e, em 19 de abril de 1953, solicitou ao governo federal a concessão de terras localizadas à margem esquerda do canal norte do Rio Amazonas, mais especificamente em confluência ao rio Matapí e de frente para a Ilha de Santana. Essas terras concedidas serviram para a construção do embarcadouro de minério, do píer fixo de carga e descarga de materiais, do terminal ferroviário e de obras acessórias tais como escritórios, depósitos e oficinas.¹⁰⁴

Com o pedido de concessão de terras aceito, a construção do Porto de Santana começou no início de 1954 e terminou no final de 1956. As responsáveis pelas instalações portuárias foram as construtoras estadunidenses *Morgan, Proctor, Freeman & Mueser* - que já vinham sendo sondadas pela Icomi desde o ano de 1950; e a *Foley Brothers Inc*, que também estava empenhada na construção da Estrada de Ferro do Amapá e toda sua infraestrutura externa.¹⁰⁵

Assim como a Estrada de Ferro do Amapá, o Porto de Santana foi uma construção cara e de dimensões faraônicas, inclusive o documento “oficial”¹⁰⁶ da Icomi produzido durante a

¹⁰³ DORR II, John van Nostrand; PARK, Charles F.; PAIVA, Glycon de. Manganese deposits... *Op. cit.*, p. 45

¹⁰⁴ ICOMI. *História do aproveitamento...* *Op. cit.*, p. 119-120.

¹⁰⁵ ICOMI. *História do aproveitamento...* *Op. cit.*, p. 119-120.

¹⁰⁶ Pouco se sabe sobre esse documento composto de dois volumes e impresso em um mimeógrafo, *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio* foi produzido no Rio de Janeiro durante o ano de 1983 a mando da Icomi para ser a história oficial do projeto de exploração mineral no Amapá. De resto, não existem informações sobre quem a mineradora contratou para produzi-lo e muito menos a razão dele não ter sido publicado. Após uma leitura, podemos supor que a companhia desistiu de publicá-lo por conta das considerações

década de 1980, *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*, faz questão de enfatizar que todos os edifícios e equipamentos que foram erguidos demonstram a grandiosidade do projeto. Enquanto as instalações portuárias eram motivo de orgulho para a Icomi, o governo territorial, por meio de Janary Gentil Nunes, as via como uma grande conquista do povo amapaense. No livro *A verdade sobre o contrato de manganês do Amapá*, o governador explicita a importância da área portuária para o desenvolvimento do TFA:

Na área portuária, em terra firme, foram construídos prédios em alvenaria, em concreto armado com estruturas de aço, para depósitos, escritórios, oficinas, casas de residência e de hospedagem, escolas, etc., além de grandes tanques para armazenamento de combustível, usinas de energia elétrica e instalações de água e esgoto, tudo resultando num conjunto industrial de alto padrão e na abertura de condições para o desenvolvimento econômico, social e urbano do povo do Território.¹⁰⁷

Nesse contexto, assim como a Icomi via o Porto de Santana como uma obra grandiosa, o governador a enxergava como a construção que colocaria o Amapá nos eixos do desenvolvimento econômico. A última frente de trabalho que a Icomi inaugurou durante a fase de construção civil foi a montagem de toda a sua infraestrutura responsável pela coleta e beneficiamento de minério nas jazidas de manganês de Serra do Navio. De acordo com a própria mineradora, os primeiros serviços visaram a preparação das minas e das áreas de serviços conexas, que exigiram o desmatamento de quase 90 hectares de área. Além da usina de beneficiamento de minério, foi construída uma oficina mecânica, um almoxarifado geral, um depósito de tintas e lubrificantes, uma carpintaria, um escritório e, por fim, um posto de lubrificação.¹⁰⁸

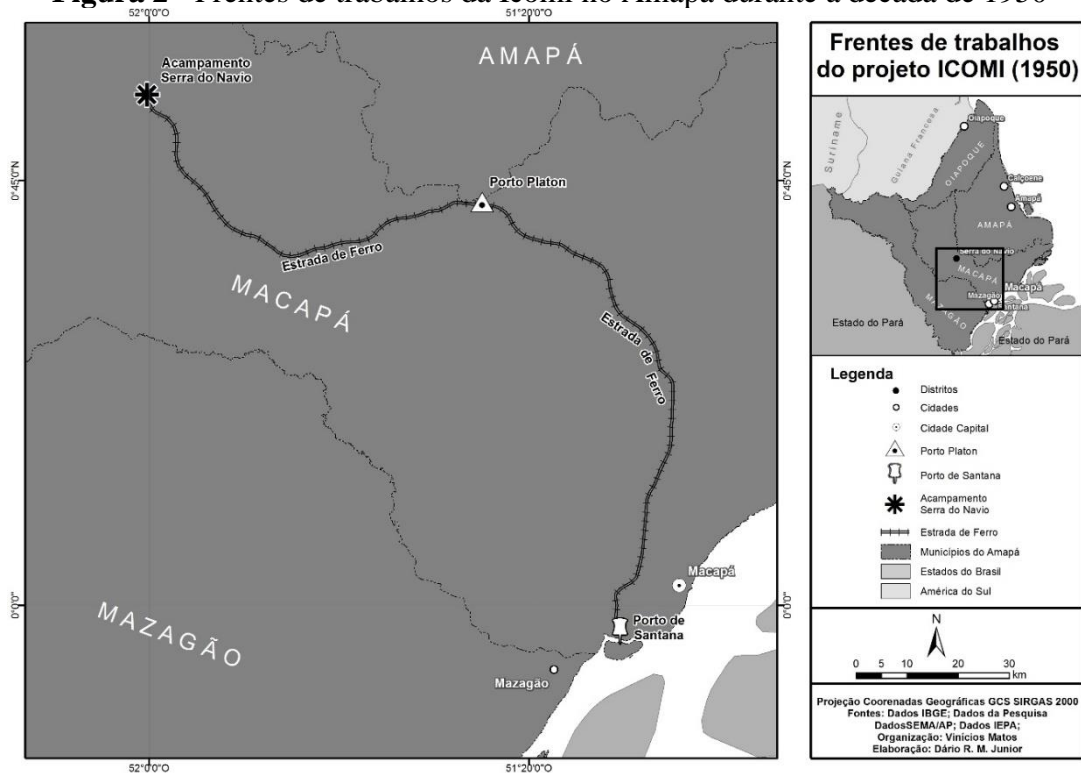
finais. Segue o trecho na íntegra: “No dia 15 de abril de 1964, em Brasília; tomou posse no Cargo de Presidente da República, para o qual fora eleito pelo Congresso Nacional, o General Humberto de Alencar Castelo Branco. Aquele momento histórico, que se desdobraria em muitos outros, reconduziu a Nação aos seus melhores caminhos. Para a ICOMI, significou o alijamento definitivo da grande ameaça que sofrera.

Reafirmada, na Revolução havida, a aspiração maior da Nação, de seguir seu destino sob a égide do regime democrático e configurando-se como uma das características fundamentais da democracia o império da livre iniciativa, sepultava-se de vez o triste alvitre da encampação estatal de uma das mais bem sucedidas e mais conceituadas realizações da iniciativa privada brasileira!”. A partir dessa citação, lançamos a hipótese de que a publicação desse livro em um contexto bastante desfavorável à ditadura militar - ou seja, durante o processo de redemocratização do Brasil – não seria de bom tom, muito pelo contrário, poderia gerar reações muito negativas da sociedade civil. De qualquer maneira, uma pesquisa mais aprofundada sobre esse documento precisa ser feita, inclusive com o intuito de investigar a relação entre a Icomi e a ditadura militar brasileira.

¹⁰⁷ NUNES, Janary Gentil. *A verdade sobre o manganês...* *Op. cit.*, p. 33.

¹⁰⁸ ICOMI. *História do aproveitamento...* *Op. cit.*, p. 81-85.

Figura 2 - Frentes de trabalhos da Icomi no Amapá durante a década de 1950



Com todos esses itens prontos, a Icomi oficialmente inaugurou todas as suas instalações industriais no dia 5 de janeiro de 1957, data em que o presidente da República, Juscelino Kubitschek, compareceu na cerimônia em Porto de Santana e de lá viajou para Serra do Navio através da Estrada de Ferro do Amapá. Esse dia, para a Icomi, foi o resultado de anos de pesquisas e trabalho árduo. E, para celebrar tamanho esforço, a empresa, em seu relatório/documento *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*, enfatizou a importância de seus dirigentes, engenheiros e demais membros da administração para a fase inicial desse empreendimento, pois até seus nomes e sobrenomes foram citados.¹⁰⁹ Entretanto, milhares de trabalhadores, entre eles braçais, carpinteiros, lavadeiras e mecânicos ficaram de fora das páginas desse documento e da memória oficial do maior projeto de exploração mineral da Amazônia.

¹⁰⁹ Um exemplo desse enfoque da empresa somente em funcionários de cargos de gerência ou especializados: “Em Macapá, foram criados um escritório e um depósito, para recebimento e reembarque de materiais, compra de mercadorias no comércio da cidade, etc., tendo para ali sido transferido o Sr. Bento Sales Pascoli, que trabalhava na Empresa de Minas Gerais a quem mais tarde, em novembro de 1948, iria juntar-se Claudio de Azevedo Antunes ICOMI. *História do aproveitamento...* Op. cit., p. 24.

II. OS TRABALHADORES ICOMIANOS: UM PERFIL

Voltemos ao dia da inauguração das instalações industriais da Icomi no Amapá. No dia 5 de janeiro de 1957, foi feita uma programação especial com a participação de pessoas que estavam envolvidas (direta e indiretamente) com o projeto Icomi e com o futuro do Amapá: Juscelino Kubitschek, presidente da república; Janary Gentil Nunes, diretor da Petrobrás; Amílcar da Silva Pereira, governador do Amapá; e Augusto de Azevedo Antunes, presidente da Icomi S.A. A primeira parte da programação aconteceu no Porto de Santana, momento em que todos acima fizeram um discurso.¹¹⁰

A partir disso, o dia 5 de janeiro de 1957 se estabeleceu como o marco para a construção de um “novo” Amapá. Para as classes dirigentes, o novo território federal agora seria integrado aos anseios da política econômica nacional por meio do domínio técnico da natureza e do trabalho disciplinado. Pelo menos foi isso que o presidente Juscelino Kubitschek, na inauguração do Porto de Santana, deixou bem evidente:

Mas, de grandioso, o Amapá, só podia oferecer, então, aos visitantes, a extensão da área territorial e o seu vazio demográfico impressionante. Em toda a parte, era o chão, a terra virgem, o homem desequipado humilde, para dominar a natureza, mal conhecida e áspera, isolado nas distancias atordoantes, entre rios quase oceânicos, entre montanhas incomensuráveis, entre montes de granito, de terras e de argila, a provocar o homem brasileiro, e apresentar-lhe um repto a que temos de responder como povo, com nosso sonho e vontade.

Só a vontade de um grupo de pioneiros, de brasileiros, pode explicar a vida em que hoje tenho o orgulho de ver. Foi o bom planejamento, foi o recurso, foi a técnica, foi sobretudo, vossa disposição para o trabalho.¹¹¹

Para o presidente da república, o Amapá estava deixando de ser um “vazio demográfico” para se tornar uma fonte de riquezas para a própria região e para o país. Na verdade, o chefe do executivo federal entendia que aquele momento seria um ponto de ignição para acabar, de acordo com a sua visão, com o “atraso” daquela localidade.¹¹² De fato, Juscelino

¹¹⁰ CHEGARÁ hoje a esta capital o Presidente Juscelino Kubitschek. Amapá, Macapá, n. 800, p. 1;6, jan. 1957.

¹¹¹ O MANGANÊS será a segunda maior fonte de dolares do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 25.055, p. 8, jan. 1957.

¹¹² Para mais informações sobre essa investida do capital sobre o Amapá a partir de políticas nacionais de desenvolvimento, ver: LOBATO, Sidney. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009. LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019. PAZ, Adalberto. Caboclos, extrativistas e operários: a formação da mão de obra industrial na Amazônia nos anos de 1940. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 171-187, jan-jun. 2013. PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014. SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre. et al. *Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá*. Belém: Açáí, 2011. p. 95-113.

Kubitschek estava passando uma mensagem para todos que estavam ali presentes, incluindo Janary Gentil Nunes, Augusto Antunes e outros profissionais ligados, direta e indiretamente, ao projeto Icomi. Nesse sentido, para ele, foram esses os “pioneiros”. Entretanto, é verdade que Janary Nunes, Amilcar Pereira, Augusto Antunes, dirigentes, engenheiros, arquitetos e demais cargos especializados tiveram sua cota de participação em tudo aquilo que estava maravilhando o presidente Juscelino Kubitschek, mas é indiscutível que sem braçais, carpinteiros, lavadeiras e mecânicos, o projeto Icomi não sairia do planejamento. Foram essas pessoas que, entre 1948 e 1956, construíram *in loco* toda a infraestrutura da companhia que deixou o chefe do executivo rasgando elogios em sua fala.

A partir desse discurso, podemos notar que o ímpeto desenvolvimentista da classe política dominante estava se manifestando na oratória do presidente da república. Nesse caso, tudo na Amazônia parecia fora de controle da ação humana: clima, animais, plantas e rios, o que resultava em uma natureza indomável e incontrolável. E a reboque dessa ideia, aqueles que viviam na Amazônia eram entendidos como seres puros, dependentes da natureza e, muitas vezes, sem ambição. Na verdade, os defensores do nacional-desenvolvimentismo culpavam os próprios amazônidas pelo atraso da região, pois, segundo eles, os trabalhadores da Amazônia não tinham interesse em acumular riquezas, pois estavam acostumados a viver para a subsistência. Representados dessa maneira, não é de se espantar que o presidente da República via com bons olhos o projeto Icomi, que, para alcançar seus objetivos, precisaria não só dominar a natureza indomável da Amazônia, mas também os trabalhadores que nela viviam.

Nesse discurso, a Icomi (Augusto Antunes), em conjunto com o governo do Amapá (primeiramente Janary Nunes e posteriormente Amilcar Pereira) se transformava na principal convenção de “expedição” para o Amapá, em outras palavras, realizava as “entradas e bandeiras” rumo às riquezas minerais da região. Para legitimar esse bandeirantismo, ou melhor, para esvaziar qualquer pretensão autoritária, criou-se outro discurso de que houve uma “paz social” entre capital e trabalho nesse projeto, o que significava não admitir (ou silenciar) contestações, embates e, até mesmo, conflitos entre a companhia e seus trabalhadores.¹¹³

¹¹³ Existem diversos relatos sobre esse discurso acerca da ausência do conflito entre capital e trabalho no projeto Icomi. A título de exemplo podemos utilizar as considerações de Hermelino Herbster Gusmão (criador da Divisão de Saúde da Icomi) que se encontra no livro *Programa de saúde integrado ao complexo de Infra-estrutura social*. O médico-sanitarista escreveu que houve um “ajustamento e evolução profissional” entre os trabalhadores da região e que, por esse motivo, segundo ele, não havia qualquer conflito entre a Icomi e seus trabalhadores: “Em curto tempo esses caboclos ribeirinhos viram-se recebendo bem mais que o salário-mínimo local e treinados para operar pesa dos e modernos equipamentos industriais. Enquanto passavam por esse drástico processo de

A partir dessas questões, faz-se os seguintes questionamentos: primeiramente, quem eram os trabalhadores da Icomi? De onde vieram, como e por que se tornaram funcionários da empresa? Essas perguntas realizadas acima também levaram a uma outra indagação: se o discurso oficial (tanto das autoridades políticas, quanto da própria Icomi) entende que o projeto de exploração mineral do Amapá ocorreu a partir de um amplo consenso entre capital e trabalho, podemos dizer, então, que os conflitos estiveram ausentes? E, se houve conflitos, eles aconteciam por quais motivos? Sobre essas perguntas, serão analisados os registros de empregados e também a *Icomi Notícias*, mais especificamente a seção em que os redatores escolhiam dois trabalhadores para expor suas histórias de vida. Dessa forma, os registros de empregados e as edições da revista *Icomi Notícias* serão estudados tanto em si mesmos, quanto de forma entrecruzada, o que nos permite comparar uma fonte criada para a empresa (registros de funcionários) e uma fonte que tinha o objetivo de (se) ver e ser vista pelo “Outro” (revista *Icomi Notícias*).

2.1 Perfil dos trabalhadores icomianos

Começaremos com os registros de empregados, uma fonte que simbolizava o primeiro passo do trabalhador na Icomi, pois eles eram criados a partir do processo de contratação. Essa documentação exercia a função de classificar e registrar todos os trabalhadores da mineradora a partir das seguintes categorias: Nome completo, chapa (número de série e categoria), sexo (biológico), naturalidade, idade, estado civil, beneficiário(s), função, salário etc.¹¹⁴

ajustamento e evolução profissional, esses nativos da Amazônia revelaram uma extraordinária capacidade de se adaptar a radicais mudanças sociais e profissionais, sem apresentar qualquer sinal de tensão ou resistência. Não houve qualquer choque cultural, muito pelo contrário.” GUSMÃO, Hermelino Herbster. *Programa de saúde integrado ao complexo de infra-estrutura social. 25 anos na Amazônia: 1961-1985*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 1990. p. 10-11.

¹¹⁴ É preciso salientar que os registros de empregados geravam uma quantidade massiva de informações. Nesse sentido, foi necessário realizar um recorte rigoroso sobre os dados que serão aqui apresentados, o que demonstra os limites para esta pesquisa e até mesmo para algumas análises a serem realizadas.

Imagem 1 – Registro do funcionário Lafaiete de Moura Palha, chapa 15 (1950)

ICOMI S.A. REGISTRO DE EMPREGADOS Chapa 15

Nome: LAFIETE DE MOURA PALHA Data de nascimento: 24.11.1925
 Filiação: Antonio Sobrinho de Moura Palha " Tenente Titular
 Estado civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileira
 Lugar do nascimento: São Paulo Residência:
 Carteira do Beneficiário: M. 20000 - 1ª. RM.
 Carteira Profissional N.º: 31.493 Série: 66ª. Carteira IAPETU N.º: 19.511

Carteira Mod. 18 Número:
 Nome dos beneficiários: Juliana Sobrinho de Moura Palha - São Teodoro de Vitoria - ES

ADMITIDO EM: 05.11.1950 SALÁRIO INICIAL: Cr\$ 1.500 por mês DEMITIDO EM:
 CATEGORIA: Auxiliar de Beneficiário OBSERVAÇÃO: Não sofreu mudança salarial em 1951 - Apêlo de 1951 de Cr\$ 1.500 sendo corrigido em 1952

MUDANÇA DE CATEGORIA OU SALÁRIO:

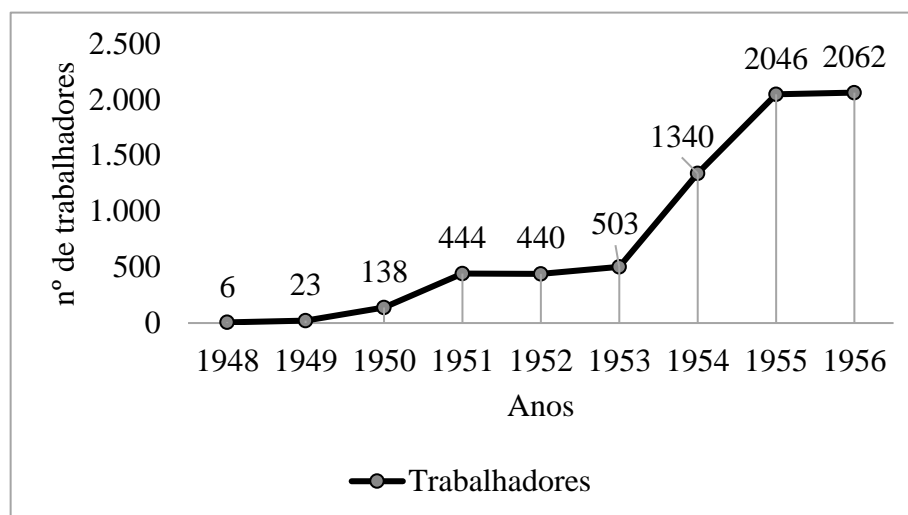
Data da mudança:	CC:	TCR:	Categoria:
1.VII.1950	1.500	2.500	Auxiliar de Beneficiário
1.VI.1952	2.500	3.250	Beneficiário
1.II.1953	3.250	3.600	" "

ASSINATURA DO EMPREGADO:
Lafaiete de Moura Palha

Fonte: Acervo da Icomi – Santana-AP.

Nesse sentido, coletamos/produzimos - por meio do processo de serialização e homogeneização de fontes - 3.499 (três mil quatrocentos e noventa e nove) registros de empregados que foram admitidos na Icomi entre 1948 e 1956, o que possibilitou a organização de um banco de dados com as principais informações dos trabalhadores. Vejamos agora os resultados propriamente ditos, começando pelo número de funcionários da companhia:

Figura 3 - Força de trabalho da Icomi (1948-1956)



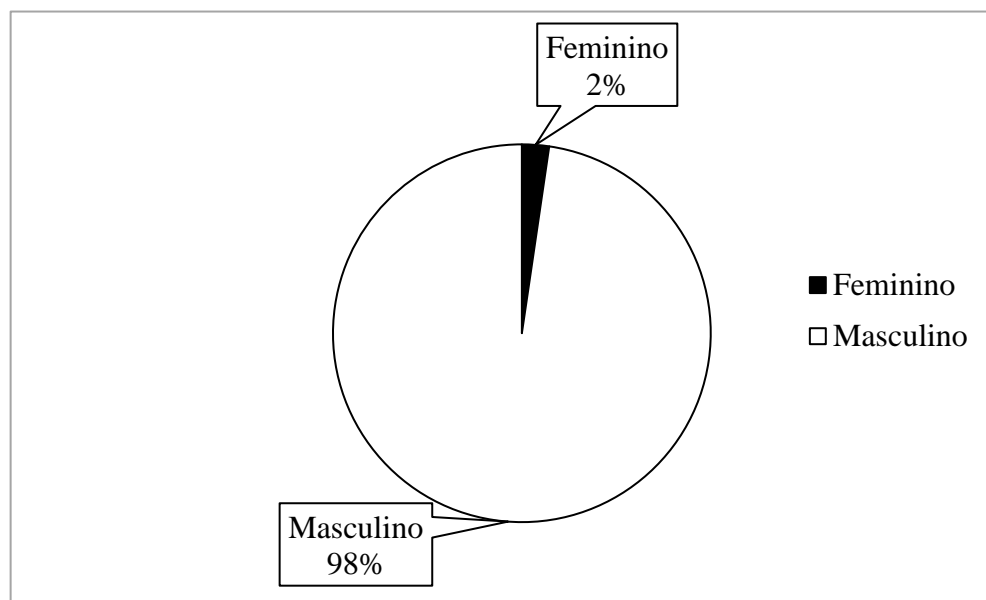
Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

Como podemos visualizar na *figura 3*, inicialmente, a mão de obra da Icomi, entre 1948 e 1950, era uma força de trabalho demasiadamente tímida, pois fora contratada somente para a realização da prospecção de mineral. Porém, a partir de 1951, a força de trabalho da mineradora começou a crescer. Em comparação com o ano de 1950, houve um aumento de

69% em 1951, o que nos mostra que a empresa, nesse período, montou a sua mão de obra para a sua fixação no Amapá. Em seguida, durante os anos de 1954 e 1956, a empresa aumentara consideravelmente o seu quadro de funcionários, de 1953 a 1954, observamos um aumento de 62% da força de trabalho, enquanto que, entre 1954 e 1955, a quantidade de trabalhadores subiu aproximadamente em 35%. Esses resultados nos dizem que, entre 1952 e 1956, a companhia buscava aumentar a sua mão de obra para a fase de construção civil e, posteriormente, para a exploração mineral.

Gustavo Lins Ribeiro, em um estudo sobre a construção da cidade de Brasília, entre 1956 e 1960, afirmou que a construção civil “é um ramo da produção que utiliza, quase de forma absoluta, uma força de trabalho masculina”.¹¹⁵ De certa forma, a empreitada de toda a infraestrutura da Icomi no Amapá ocorreu no mesmo período da construção da capital federal, o que possibilita, apesar de reconhecer os distanciamentos das temáticas e recorte espacial, algumas análises comparativas com base naquela experiência. Abaixo, temos o gráfico sobre a composição sexual dentro dos espaços da companhia, ou seja, dados que corroboram para a ideia de que esse espaço de trabalho era eminentemente também masculino no interior da construção civil num projeto de mineração da Amazônia:

Figura 4 - Força de trabalho da Icomi, por sexo (1948-1956)



Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

¹¹⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UnB, 2008. p. 96-97.

De acordo com a *figura 4*, temos uma clara desigualdade de gênero entre os trabalhadores da mineradora. Entre 1948 e 1956, de um total de 3499 (100%) trabalhadores, 3419 (98%) eram homens e apenas 81 (2%) eram mulheres. Tanto o projeto de exploração mineral do Amapá quanto a construção da nova capital federal possuem similaridades em relação à disparidade entre o número de trabalhadores e trabalhadoras inseridos em seus respectivos projetos durante a fase de empreitada, algo muito próprio dos ambientes de frentes de trabalho de construção civil.

Entretanto, os dados sobre a composição da força de trabalho da Icomi, apesar de oferecer indícios gerais, os motivos de ser um ambiente majoritariamente masculino e, por sua vez, com baixa contratação de mulheres, não dá conta de outras complexidades da divisão sexual naquele mundo do trabalho e nem do entendimento da importância da força feminina na mineradora para garantir a funcionalidade do projeto e em que espaços operavam. Dessa forma, é importante que se analise quais eram as funções delegadas aos homens e quais eram as funções atribuídas as poucas mulheres que labutavam na empresa. Começaremos, dessa maneira, pelas profissões dos trabalhadores do sexo masculino:

Tabela 3 – Trabalhadores (homens) da Icomi, por função (1948-1956)

Função	Nº de trabalhadores	Porcentagem
Braçal	1.966	57%
Carpinteiro	223	7%
Mecânico	188	6%
Operador de máquinas pesadas	202	6%
Motorista	174	5%
Capataz/Vigia	136	4%
Escriturário	56	2%
Garçom	49	1%
Cozinheiro	51	1%
Auxiliar/Ajudante/Assistente	59	1%
Total	3.104	90%

Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

Como podemos perceber, mais de 57% de toda a força de trabalho da mineradora era composta de braçais, funcionários não-especializados que faziam os serviços mais pesados. Em seguida, temos os trabalhadores que possuíam conhecimentos técnicos ou artísticos de suas profissões: carpinteiros (7%); operadores de máquinas pesadas (6%); mecânicos (6%) cozinheiros (1%); trabalhadores que aprenderam na prática e/ou foram promovidos: motoristas (5%); capatazes/vigias (4%); escriturários (2%); e garçons (1%); e os aprendizes de profissões

artísticas e técnicas (1%). A *tabela 3* nos mostra que os homens, além de terem sido a maior parte da força de trabalho da Icomi, também estavam em funções que se ligavam diretamente à construção civil.

Com relação aos trabalhos não-especializados, é preciso tecer alguns comentários. Longe de ser uma função desqualificada e que depende puramente da força física, sua realização exige um conhecimento prévio. Quer dizer, o ato de transportar massa pelo carrinho de mão, bater massa, roçar e britar de pedras não se diferencia muito do que tais funcionários já faziam antes de entrar na Icomi, até porque estamos falando de uma força de trabalho majoritariamente amazônica. Dessa maneira, o que era estranho ao cotidiano desse “trabalhador braçal” não dizia respeito aos serviços mais elementares da função e nem mesmo à dura lida cotidiana, mas à rigidez dos horários, à métrica das funções e às relações hierárquicas, como já apontou em estudo o historiador Adalberto Paz.¹¹⁶ Por outro lado, entre os (as) trabalhadores (as) ditos (as) especializados (as) encontravam-se alguns (mas) que não realizaram prévios cursos técnicos ou superiores e sim aprenderam no próprio cotidiano. Esse “aprender na prática”, na verdade, se relaciona com a aquisição de conhecimentos e técnicas por meio das observações de funções consideradas mais “especializadas”, como operadores de máquinas pesadas, mecânicos e carpinteiros.¹¹⁷

Sobre as trabalhadoras, o fato de visualizarmos poucas funcionárias assalariadas é só mais um dos resultados da condição histórica da mulher como mãe e dona de casa. Os dados indicam que o ambiente de trabalho da empresa era um ambiente de trabalho quase puramente masculino e, certamente, a presença de mulheres trabalhadoras nas obras causaria um “estranhamento” aos presentes, já que era muito raro ver uma braçal, mecânica, carpinteira ou ainda uma operadora de máquinas pesadas. Nesse sentido, a historiadora Margareth Rago afirma o seguinte sobre essa “ausência” das mulheres no mundo do trabalho assalariado-livre (formal) do capitalismo industrial durante o século XX:

Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um

¹¹⁶ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 56-123.

¹¹⁷ A questão da “aprendizagem na prática” era uma característica das frentes de expansão capitalista durante a década de 1950 e não uma característica própria da Icomi ou da Amazônia. A título de exemplo, o “aprender na prática” pode ser observado também em trabalhadores retirantes de obras contra as secas no Ceará: FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas, (Ceará, anos 1950)*. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016. p. 126-130. E até mesmo em trabalhadores de uma empresa de química em São Paulo: FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997. p. 85-87.

chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo em que sua participação era enorme, como o têxtil, "as alternativas de ocupação para os homens eram maiores". Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas maçarqueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia.¹¹⁸

Para a sociedade ocidental - e para a Icomi - o lugar da mulher era no lar, não na construção civil. E mesmo as poucas que trabalhavam no ramo da empreitada, seu lugar não era como uma profissional especializada e nem mesmo como uma operária. Por efeito, as funções das trabalhadoras icomianas estavam em consonância com a lógica da subordinação masculina, lógica esta que ora as marginalizava do processo de gerência e direção da empresa, como assistentes, ajudantes ou auxiliares (1%); ora as lembrava dos cuidados com o lar e com o corpo, ou seja, lavadeiras (69%), serventes (22%), enfermeiras (3%), passadeiras (1%) e cozinheiras (1%), como demonstra a *tabela 4*:

Tabela 4 – Trabalhadoras da Icomi, por função (1948-1956)

Função	Nº de trabalhadores	Porcentagem
Lavadeira	56	69%
Servente	18	22%
Enfermeira-chefe	2	3%
Enfermeira	2	3%
Passadeira	1	1%
Cozinheira	1	1%
Auxiliar/Ajudante/Assistente	1	1%
Total	81	100%

Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

A tabela acima também nos mostra como a construção de um modelo de mulher vitoriana (e burguesa) do século XIX, caracterizada pela inteira entrega ao lar, aos filhos e ao marido, resultou em sua histórica “desvalorização profissional, política e intelectual”. “Profissional” porque cursos de especialização e formação de mão de obra se restringiam aos homens; “política” devido ao fato de que a esfera pública pertencia ao sexo masculino; “intelectual” por conta do pouco interesse em sua instrução.¹¹⁹

Pelo menos é isso que conseguimos observar em mulheres das classes média e alta, a qual esses ideários e representações de feminilidade se aplicavam com mais força. Ao contrário

¹¹⁸ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Brasil: 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014. p. 91.

¹¹⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar... Op. cit.*, p. 91.

das mulheres de classes mais abastadas, historiadores como Eric Hobsbawm e Michelle Perrot enfatizam que, na verdade, trabalhadoras das classes mais baixas sempre estiveram presentes no mundo do trabalho - seja ele no lar, na fábrica ou ainda na informalidade - até porque, desde o século XIX, a renda extra que as mulheres traziam para casa era essencial para a sobrevivência de toda a unidade familiar.¹²⁰ Nesse sentido, a ideia de uma “mãe, dona de casa e devota ao lar” se aplica a um número restrito de mulheres que vivem em países industrializados do norte global, em grandes centros urbanos de cidades em desenvolvimento ou ainda em grandes projetos como o caso das trabalhadoras da Icomi durante a fase de exploração mineral.

Porém, é preciso salientar que a constituição da mão de obra (assalariada) feminina do projeto Icomi possui algumas distinções entre a fase de construção civil e a fase de exploração mineral. Enquanto não existem registros de professoras na fase de implementação do projeto, na fase seguinte, elas se tornam uma das principais trabalhadoras do projeto, pois eram responsáveis diretamente pela implementação de seu programa educacional. As pesquisas de Pollianna Pimentel Ferreira e Rômulo Moraes de Sousa confirmam essa distinção do mundo do trabalho feminino no projeto Icomi. A dissertação de mestrado de Pollianna Pimentel Ferreira sobre o programa educacional da Icomi na Escola de Vila Amazonas (Esvam) nos mostra que a mineradora, a partir da década de 1960, queria não só manter uma mão de obra estável, mas também moldá-la com ênfase na ética do trabalho e na conformidade com o sistema produtivo, social e político da época.¹²¹ Por outro lado, Rômulo Moraes de Sousa destaca que “as mulheres tiveram uma participação ativa nas dinâmicas sociais de Serra do Navio e de Vila Amazonas”,¹²² o que demonstra que domésticas, donas de casa, enfermeiras, professoras etc. se tornaram essenciais para a manutenção da força de trabalho da companhia a partir da década de 1960. Enfim, essa preocupação com a manutenção e fixação dos trabalhadores não estava na ordem do dia durante boa parte da década anterior.

Além do sexo e das profissões, a origem dos trabalhadores da Icomi também é uma questão importante a ser analisada. Segundo o documento *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*, a mineradora separou os seus trabalhadores em dois

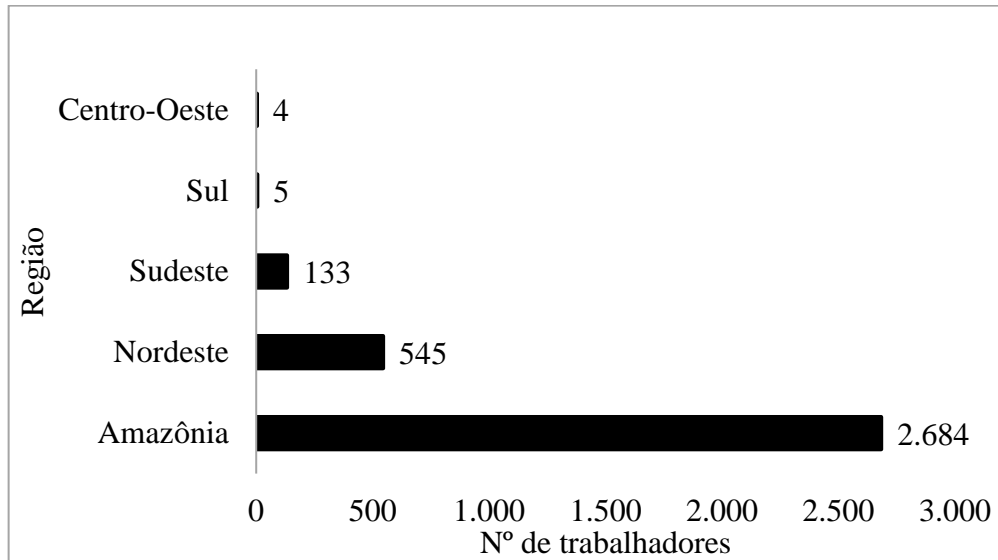
¹²⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios; 1875-1914*. Tradução de Sieni Campos e Yolanda Toledo. 20. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016. p. 297-309. PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 109-128.

¹²¹ FERREIRA, Pollianna. Pimentel. *A educação na Amazônia do "Ouro negro": o programa educacional da Icomi no Distrito de Santana (1960-1984)*. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019. p. 31.

¹²² SOUSA, Rômulo. *Experiências femininas nos mundos do trabalho de Serra do Navio e Vila Amazonas (1960-1985)*. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018. p. 62-80.

grupos: 1) os trabalhadores “naturais” da região amazônica e zonas vizinhas; e os 2) trabalhadores “categorizados”, ou seja, funcionários especializados que vieram das regiões Sul Sudeste do país.¹²³ Vejamos como essa classificação se manifesta nos dados da *figura 3*:

Figura 5 - Origem da mão de obra icomiana, por região (1948-1956)



Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

Como demonstrado na *figura 5*, a força de trabalho da empresa, entre 1948 e 1956, era composta por 3.229 (96%) trabalhadores advindos de regiões adjacentes ao projeto Icomi, sendo 2.684 (80%) deles da região amazônica e 545 (16%) do Nordeste. Enquanto isso, “a outra metade” de trabalhadores que a Icomi enfatizou em seu documento eram apenas 4,2% de toda a sua mão de obra, como os 142 funcionários “categorizados” das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Com relação à origem internacional dos trabalhadores, registramos um total de 124 (4%) estrangeiros e 2 (0,1%) naturalizados. Por fim, dos 124 trabalhadores estrangeiros, 80 (65%) vieram da Europa, 34 (27%) de outros países da América, 8 (6%) da Ásia, 1 (1%) da África e 1 (1%) da Oceania.

Podemos concluir que a mão de obra icomiana era formada quase que exclusivamente por amazônidas, mais especificamente, do próprio Amapá e das ilhas do Pará. Os dados coletados no banco de dados afirmam que 22% dos trabalhadores da mineradora eram do Amapá e mais que o dobro (56%) era de onde hoje é o Pará,¹²⁴ o que mostra que existia uma

¹²³ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1983. p. 141.

¹²⁴ Até 1943, o Amapá fazia parte do Pará. Para efeitos de comparação, consideramos oriundos do Amapá também aqueles nascidos nessa localidade antes do desmembramento do território.

grande parcela de obreiros de fora da região do empreendimento icomiano durante a fase de implementação.

Além disso, uma outra parcela importante de trabalhadores não-especializados advinha da região nordestina: De 16% de toda a mão de obra oriunda do Nordeste, temos a maioria do Ceará (5%), do Rio Grande do Norte (3%) e da Bahia (3%). Isso nos mostra que apesar da oferta abundante de mão de obra local ou de áreas adjacentes, a Icomi tinha dificuldades de manter esses trabalhadores por conta do estranhamento com esse tipo de empreendimento, o que ocasionou em uma grande propulsão para a atração de mão de obra migrante.

Deve-se considerar também a cultura migratória existente entre a região Nordeste e Amazônia. Desde o século XIX, milhares de trabalhadoras e trabalhadores cruzaram as fronteiras entre esses espaços, reforçados pelas redes de parentesco, solidariedade e também relações entre elites políticas e econômicas que fomentavam políticas de Estado de incentivo às travessias de famílias do Nordeste para a Amazônia. Chegando ao Pará, especialmente na região do salgado paraense, essas pessoas entravam em contato com redes muito mais antigas e consolidadas de circulação de pessoas, da foz do Amazonas até a Guiana Francesa.¹²⁵ Dessa maneira, o Amapá, como horizonte de possibilidades, não era, de modo algum, algo alheio às populações nordestinas. Um empreendimento no interior da Amazônia aguçaria um imaginário já estabelecido e, através de boatos, garantidas também as possíveis trocas de apoio entre os parentes e amigos, certamente, seria um chamariz em potencial para essa força de trabalho migrante.¹²⁶

Com relação à arregimentação, esses trabalhadores eram contratados por meio de anúncios de jornais ao redor do país ou por meio das suas próprias redes sociais, o que explica o fato da empresa não ter precisado de arregimentadores responsáveis por encaminhar candidatos para os postos de contratação. Para muitos trabalhadores locais, migrantes do Pará

¹²⁵ PAZ, Adalberto. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2017.

¹²⁶ Sobre esse assunto, consultar: CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico*. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Trabalhadores na lida... Op. cit.*, passim. SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

e até mesmo da região nordestina, as profissões ofertadas eram aquelas que exigiam pouca qualificação e muito esforço físico (braçal, carpinteiro, servente etc.).¹²⁷

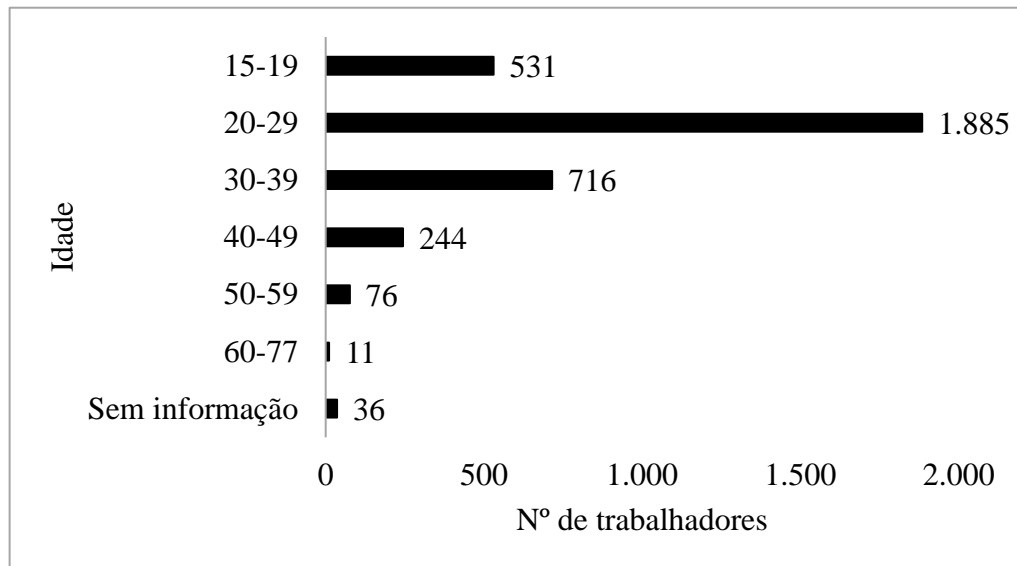
Por outro lado, os trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, apesar de poucos, eram aqueles contratados para cargos especializados, de liderança e até mesmo de gerência. Isso se deu devido ao fato de que tais profissionais especializados eram formados especialmente no Sudeste, lugar que concentrava maior quantidade de cursos superiores nas áreas e cursos técnicos como as engenharias, ainda que em estados como Bahia, Ceará, Pernambuco já existisse alguma formação para essas profissões. A forma de contratação desses trabalhadores era através dos anúncios de jornais e por meio do convite da própria Icomi.¹²⁸ Vale ressaltar que a empresa se organizava para garantir a contratação desses especializados e mantê-los em suas estruturas através de diversos benefícios, já que o Brasil desenvolvimentista oferecia ricas e variadas possibilidades de ocupação dessa força de trabalho por todo o Brasil.

Com tudo isso, podemos afirmar que uma importante parcela da força da labuta icomiana (durante a sua fase de implementação) era fundamentalmente migrante. Os dados levantados indicam que os migrantes correspondiam a 78,4% dessa força de trabalho, enquanto os 21,6% restantes eram naturais do Amapá. Embora um montante dessas pessoas fosse oriundo das ilhas do Pará, região muito próxima ao Amapá, território este que anteriormente a 1943 era localizado dentro do estado do Pará, não resta a menor dúvida da importância que deve ser dada aos processos de mobilidade na composição social da mão de obra da Icomi e às experiências que essa população carregava para os mundos do trabalho naquele empreendimento. Embora esse trabalho não tenha por objetivo alongar essa discussão, é necessário afirmar algo que foi pouco abordado pela historiografia que se dedicou a estudar a Icomi.

Uma outra questão que deve ser ponderada diz respeito à idade da força de trabalho da Icomi, que era, em média, uma força de trabalho jovem. A *figura 6* deixa bem evidente:

¹²⁷ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 97-98.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 97-98.

Figura 6 - Idade dos trabalhadores da Icomi (1948-1956)

Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

Os resultados são bem claros: de todos os 3.499 trabalhadores, mais da metade (69%) tinham entre 15 e 29 anos. A seguir, temos os funcionários na faixa etária de 30 a 39 anos que representam 20% (716) da mão de obra da empresa. Com relação aos trabalhadores em idade mais avançada, observamos 244 de 40 a 49 anos (7%); 76 de 50 a 59 anos (2%) e finalmente 11 de 60 anos para cima (0,1%). Vale a pena ressaltar que somente 36 (1%) dos funcionários não possuem registro de idade. A partir dos dados acima, não resta dúvidas de que estamos lidando com trabalhadores jovens, inexperientes e, em muitos casos, solteiros:

Tabela 5 - Trabalhadores da Icomi, por estado civil (1948-1956)

Estado civil	Nº de trabalhadores	Porcentagem
Solteiros	2258	64,53%
Casados	1186	33,90%
Viúvos	49	1,40%
Divorciados	3	0,09%
Separados	2	0,06%
Sem informação	1	0,03%
Total Geral	3499	100,00%

Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

Segundo a *tabela 5*, os trabalhadores solteiros compunham cerca de 64,53% de toda força de trabalho da Icomi, enquanto os casados caracterizavam 33,90%. Os 55 funcionários restantes se dividiam em 3 divorciados, 3 separados (não passaram pela separação do ponto de vista legal) e 1 que não registrou o seu estado civil. Segundo Gustavo Lins Ribeiro, essa disparidade quantitativa entre trabalhadores casados e solteiros é mais uma das características

da construção civil, pois “as formas de recrutamento acabam por criar uma situação onde surge uma desproporção entre o número de habitantes presentes com famílias e aqueles sem famílias”.¹²⁹ Ao que tudo indica, essa diferença entre trabalhadores e trabalhadoras solteiros (as) e casados (as) surge porque, assim como a construção de Brasília, o projeto Icomi também possuiu uma grande parcela de trabalhadores migrantes. Além disso, em situações de imprevisibilidade e trabalho em frentes de expansão nesse período, era natural que os homens solteiros migrassem ou casados sem as esposas e filhos. No caso da mineradora, parcela importante era de migrantes, homens, jovens, alguns solteiros ou casados sem esposa, como podemos ver na tabela seguinte:

Tabela 6 - Beneficiários dos trabalhadores da Icomi (1948-1956)

Beneficiário (a) (os) (as)	Nº de beneficiários	Porcentagem
Esposa	884	25%
Mãe	842	24%
Sem informação	443	13%
Pais	391	11%
Pai	344	10%
Irmão	95	3%
Irmã	95	3%
Esposa e filhos	90	3%
Filhos	70	2%
Companheira	66	2%
Total Geral	3320	95%

Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

O que a *tabela 6* nos mostra é um pequeno vislumbre das complexas redes familiares da força de trabalho da Icomi. Os (as) beneficiários (as) dos trabalhadores eram aqueles (as) que recebiam as pensões de acidentes de trabalho ou morte e/ou faziam parte do núcleo familiar, podendo morar junto com o(a) trabalhador(a) ou não. De qualquer forma, os funcionários solteiros colocavam seus pais, tios, irmãos e primos na lista de beneficiários, enquanto os trabalhadores casados tendiam a inserir seus cônjuges e/ou filhos(as). Essa tabela nos traz um vislumbre complexo sobre o mundo do trabalho icomiano, pois estamos considerando aqui não somente os trabalhadores assalariados-livres (responsáveis pela produção), mas também

¹²⁹ RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança... Op. cit.*, p. 96-97.

trabalhadoras responsáveis pelas condições de existência dos próprios funcionários assalariados. Sobre isso, Marcel van der Linden, ao discutir sobre as diversas formas de mercantilização do trabalho, afirma que: “o trabalho assalariado não poderia sequer existir sem um grande volume (muitas vezes não remunerado e involuntário) de trabalho de subsistência e de cooperação”.¹³⁰

Ao olharmos atentamente para a lista de beneficiários, observamos que a lista nos mostrar a faceta invisibilizada da reprodução social do trabalho, pois enquanto os homens que aparecem nos registros são responsáveis pela produção, as trabalhadoras assalariadas (como as lavadeiras) são responsáveis tanto pela produção, quanto pela reprodução, sendo essa não remunerada. Com relação às trabalhadoras delegadas puramente à reprodução da força de trabalho, temos as domésticas, as mães e as esposas dos funcionários, a qual ausência delas - e até mesmo de outros membros da família – não criaria condições favoráveis para os trabalhadores delegados à produção, já que as funções não-remuneradas realizadas por elas como passar roupa, limpar a casa, cozinhar, cuidar das crianças, fazer compras etc., são atividades essenciais para qualquer modo de produção, principalmente para o trabalho assalariado-livre do capitalismo industrial.

Sem essas mães e esposas - que correspondiam a 49% do total de beneficiários - braçais, carpinteiros, mecânicos e demais funcionários da Icomi não conseguiriam nem mesmo trabalhar. Na verdade, sobre esse assunto, as funcionárias que aparecem nos registros da empresa ainda tinham que passar pela dupla jornada, pois mesmo que estivessem no mercado de trabalho formal, elas ainda tinham que lidar com as atividades domésticas, atribuição que foi essencializada pela divisão sexual do trabalho.¹³¹

Agora vamos para os outros sujeitos da *tabela 6*. Era perfeitamente possível que um casado registrasse seus pais, tios, irmãos ou primos ou ainda que um solteiro colocasse sua “companheira” ou filho(s) nessa lista. Um exemplo dessas complexas redes familiares é o caso do funcionário Raimundo Coelho Leite que solicitou da Icomi, em 1951, uma permissão para construir sua casa no acampamento da Serra do Navio:

¹³⁰ LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Unicamp, 2013. p. 37.

¹³¹ JOSHI, Chitra. Além da Polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017. p. 181.

DADOS SOBRE A CASA CONSTRUÍDA POR RAIMUNDO COELHO
LEITE

O Snr. Raimundo Coelho Leite, pediu permissão á Indústria e Comércio de Minérios S/A, para construir no seu Acampamento em Serra do Navio uma casa, medindo 4 metros de largura e sete de comprimento, tendo sido atendido pela mesma. Foi pago ao dito snr. oito dias de trabalho e fornecido 12 quilos de pregos. O snr. Raimundo Coelho leite deu aos cavacos e a armação da casa. Encontra-se morando atualmente nessa casa o Snr. Vanildo Freire de Menezes, que já morava antes com o Snr. Raimundo Coelho Leite, pois aquele é primo deste.

Serra do Navio, 24 de Agosto de 1951.¹³²

A primeira coisa a se notar é o fato de o funcionário solicitar a construção de uma casa no acampamento provisório da Icomi, que como o nome já diz, era apenas um local que seria usado até o término das construções de toda a infraestrutura básica. Até aquele momento, a empresa já manifestava interesse em transformar aquela localidade em uma cidade, o que poderia ter servido de incentivo para o pedido do trabalhador, pois o fato de manifestar interesse em construir uma casa já simbolizava um desejo de permanecer ali por muito tempo. A segunda coisa que podemos compreender a partir desse pedido é a presença de mais um residente nessa casa, Vanildo Freire de Menezes, primo de Raimundo Leite. Ao que tudo indica, a presença de Vanildo Menezes se ilustra pela ajuda bem-vinda de um membro da família para a construção da casa de seu primo Raimundo Leite, o que lhe deu o direito de viver nela.

No final das contas, a citação acima nos mostra que a mineradora, durante a fase inicial de seu projeto de exploração mineral, não buscava maneiras mais incisivas de disciplinar os seus trabalhadores no campo das relações familiares. Logicamente que existiam regras e tabus que a empresa tentava reduzir a partir de suas regras e normativas internas, mas a disciplinarização e o controle para além do mundo do trabalho surgiu com muito mais força após ao período da construção civil.¹³³

A casa construída em Serra do Navio a pedido do funcionário Raimundo Leite não era um caso isolado. Adalberto Paz, em *Os mineiros da floresta*, nos mostra que famílias inteiras

¹³² ICOMI/AP. Dados sobre a casa construída por Raimundo Coelho Leite. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário Raimundo Coelho Leite*. Serra do Navio: [s.n.], 1951. p. 1.

¹³³ As cidades da Icomi (Serra do Navio e Vila Amazonas) - aliadas à manutenção de um ideário de família aos moldes do capitalismo industrial - foram as principais catalisadoras desse processo de disciplinarização/controle da mão de obra (pelo menos dos trabalhadores que residiam nas cidades da mineradora). Para mais informações, ver: NUNES, Elke. *O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 à 1975*. Macapá: Unifap, 2014. NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá: controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973*. 2018. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2018.

se instalaram em Serra do Navio e até mesmo na região dos depósitos de manganês, pois era comum que “pessoas que não conseguissem um emprego imediatamente [...] podiam solicitar ajuda àqueles que já estavam há mais tempo em Serra do Navio”.¹³⁴ A partir dessa citação, podemos argumentar que trabalhar na Icomi, para quem se instalava em Serra do Navio e arredores, poderia ser uma opção válida frente às outras possibilidades de trabalho assalariado livre existentes (ou inexistentes) no Amapá durante aquele período.

Uma das características que faziam as pessoas buscarem trabalho na Icomi era o salário pago aos seus funcionários. Nesse sentido, o jornal *Amapá*, na edição de número 357, nos traz uma tabela do salário-mínimo do ano de 1952 para o Território Federal do Amapá:

A Delegacia Regional do Trabalho no Pará, fez publicar na imprensa a seguinte nota:

Ficaram científicas todas as empresas que empregam suas atividades neste Estado e no Território Federal do Amapá, de que, por força de decreto n. 30.342, de 24 de dezembro de 1951, publicado no Diário Oficial de 28/12/51, foram alterados os níveis do salário-mínimo então em vigor.

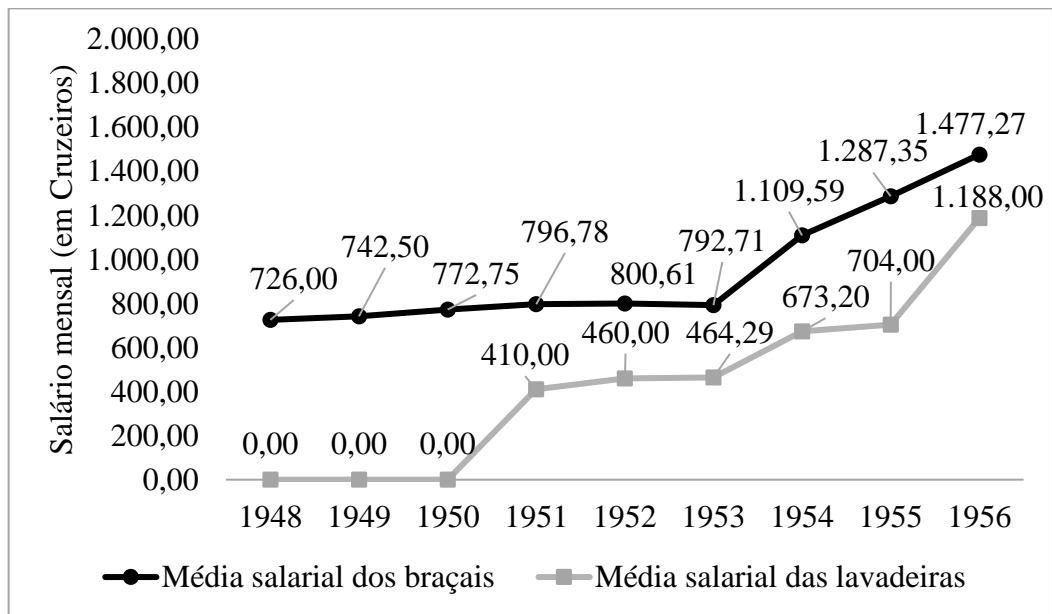
De acordo com as tabelas anexas ao referido decreto, os valores do salário-mínimo são os seguintes:

[...]
 TERRITÓRIO DO AMAPÁ
 Salário mensal 460,00
 Salário diário 15,36
 Salário hora 1.92¹³⁵

Em comparação ao salário-mínimo de 1952, os braçais da Icomi – aqueles que estavam na classificação “mais baixa” entre funções da empresa – recebiam em média Cr\$: 800,61 por mês. Observa-se, dessa maneira, que o salário dos braçais era quase o dobro do salário-mínimo vigente na época no Amapá. Entretanto, a coisa muda de figura quando comparamos a média salarial dos braçais com a média salarial das lavadeiras:

¹³⁴ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 99-100.

¹³⁵ OS NOVOS Salários-mínimos. *Amapá*, Macapá, n. 357, p. 1, jan. 1952.

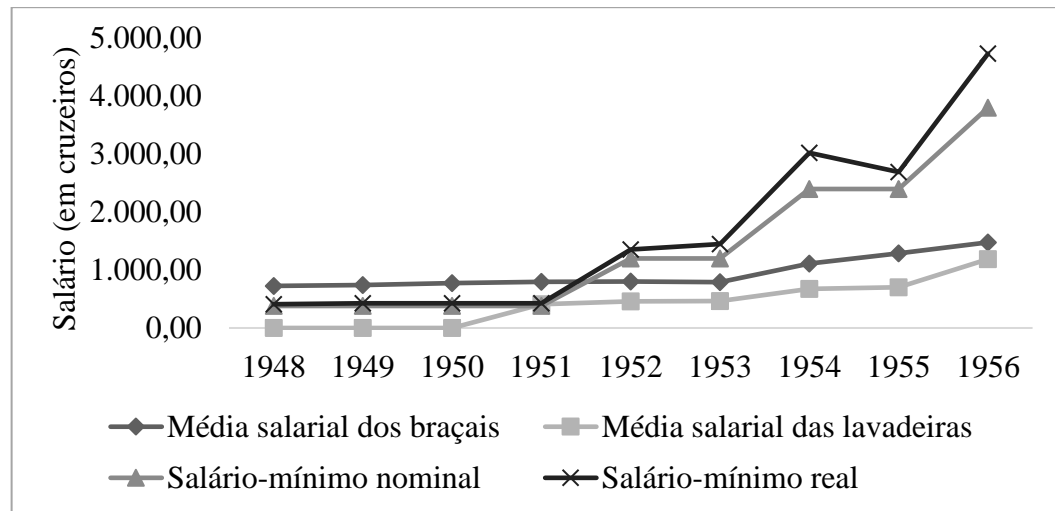
Figura 7 - Evolução histórica do salário médio de braçais e lavadeiras da Icomi (1948-1956)

Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

De acordo com a *figura 7*, o salário das lavadeiras em 1952 obedecia ao salário-mínimo estipulado para aquele ano (Cr\$: 460,00). Enquanto isso, o salário dos braçais correspondia a quase o dobro do salário das lavadeiras (Cr\$: 800,61). Embora com o passar dos anos as faixas de valores recebidos se aproximem, essa desigualdade salarial se mantém por pelo menos durante boa parte do recorte dessa pesquisa (1951-1956). O fato de o salário das lavadeiras ser quase a metade do salário dos braçais é uma evidência empírica de que mesmo que homens e mulheres estivessem exercendo as funções ditas braçais, manuais e que não exigiam formação ou qualificação técnica, ou seja, funções equiparadas socialmente e profissionalmente, seus ganhos também eram determinados pelas relações de gênero. Ademais, mesmo que o salário das lavadeiras estivesse no mínimo estipulado em lei, é inegável que essas trabalhadoras pertenciam ao estrato social considerado mais baixo dentre todos os trabalhadores assalariados da Icomi.

Outro apontamento importante é o aprofundamento maior sobre o salário-mínimo e salário dos trabalhadores da mineradora levando em conta o ganho real das trabalhadoras e trabalhadores. Uma coisa é realizar uma comparação entre o salário dos braçais e das lavadeiras com o salário-mínimo estipulado em lei, outra coisa é comparar o salário dessas funções também com o salário-mínimo real, que leva em conta a inflação e o poder de compra. Na *figura 7*, a comparação serviu para evidenciar a diferença salarial entre duas funções distintas, agora a *figura 8* colocará tais salários em um contexto mais amplo:

Figura 8 - Comparação salarial entre braçais e lavadeiras da Icomi com o salário-mínimo nominal e real (1948-1956)¹³⁶



Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

Os resultados da *figura 8* demonstram que houve dois momentos distintos. No primeiro momento, que vai de 1948 a 1951, o salário dos braçais se manteve acima tanto do salário-mínimo nominal, quanto do salário-mínimo real, enquanto o salário das lavadeiras (que entraram na empresa em 1951) estava no mesmo patamar que o salário-mínimo nominal e real. Entretanto, o contexto muda a partir de 1952, quando observamos que tanto o salário-mínimo nominal quanto o salário-mínimo real aumentam em um ritmo que o salário dos braçais e das lavadeiras não conseguem acompanhar. Entre 1955 e 1956, o salário real aumenta em 56,87%, o que indica uma redução substancial do poder de compra dos trabalhadores. Mesmo levando em conta essa redução do poder de compra dos trabalhadores, a Icomi ainda era a empresa em que as pessoas mais procuravam trabalho (para isso, ver a *tabela 1*), o que demonstra que seus funcionários ainda estavam em uma situação relativamente segura em comparação com o restante da população amapaense.

2.2 Da arregimentação ao ingresso na Icomi

Enquanto as cifras e os dados estatísticos nos explicam, de certa forma, quem e quantos eram os trabalhadores da Icomi, as fontes qualitativas nos ajudam a compreender outras questões como a origem dos trabalhadores, o processo de seleção na empresa e os diversos meandros dos mundos do trabalho que os dados não conseguem explicar. De fato, o “registro de funcionário” foi analisado enquanto um documento homogêneo que visa classificar trabalhadores a partir de suas principais características como nome completo, sexo, idade,

¹³⁶ Calculado com base no IGP-DI (FGV).

cidade de nascimento, função, salário etc. Por ser um tipo de documento homogêneo, criou-se um banco de dados que quantificou e seriou esse tipo de fonte.

Dito isso, é preciso ir além das fontes numéricas que foram abordadas anteriormente e, de certa maneira, da dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo. Enquanto as “fontes quantitativas estabelecem medidas de quantidades”, as “fontes qualitativas “estabelecem descrições de qualidades””.¹³⁷ Mesmo que ambas se separem em uma bifurcação, é possível que ambas cheguem ao fim da bifurcação e se encontrem no mesmo caminho novamente. O primeiro lado dessa bifurcação foi o banco de dados. Agora estudaremos o outro lado, os artigos da seção *Em destaque* da revista institucional da mineradora: a *Icomi Notícias*.

Inaugurada em 1964, a revista *Icomi Notícias* foi a primeira revista institucional a circular no Território Federal do Amapá. Sua edição era de responsabilidade do Departamento de Relações Públicas da mineradora e inicialmente contava com uma tiragem mensal de três mil unidades que eram distribuídas de forma gratuita aos seus trabalhadores ao redor do Brasil: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amapá.¹³⁸

De acordo com Elke Nunes,¹³⁹ o corpo editorial da *Icomi Notícias* possuía profissionais de renome da área de comunicação regional e local, tais como Euvaldo Simas Pereira (Redator-chefe), Mário Vasconcellos (Redator), Fernandes Lima (Revisor), Mário Parpagnoli (Arte) e Jorge Mota (Técnico-gráfico). Além do corpo editorial, existiam os profissionais que faziam as reportagens externas, como “Eduardo Lyra Ferreira, Juarez Boas Novas Maués, José Antônio Aleixo e Edilson Sales Abraham, sendo estes dois últimos os fotógrafos oficiais da empresa”.¹⁴⁰

Além do corpo editorial de qualidade, o material gráfico também não ficava por menos. A *Icomi Notícias* utilizava papel couché no miolo e na capa, que tinha a dimensão de 25,5 x 34,0 centímetros. A capa era impressa com cores e o restante em preto e branco (com exceção de duas ou três páginas de destaque que eram impressas em cores). Os textos, por outro lado, eram feitos em linotipia com impressão *offset*, o que garantia a excelente qualidade gráfica.¹⁴¹

¹³⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012. v. 2. p. 42-43.

¹³⁸ NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá... Op. cit.*, p. 111.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 112.

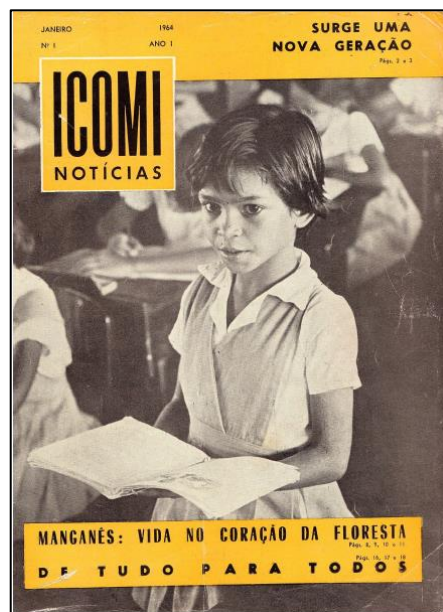
¹⁴⁰ NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá... Op. cit.*, p. 112.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 113-114.

A *Icomi Notícias* começou a ser publicada mensalmente até que, em julho de 1966, por algumas mudanças internas, passou a ser publicada a cada dois meses. O seu fim se deu a partir da edição de número 36 (julho/agosto de 1967), quando a maior parte de sua equipe foi remanejada e/ou demitida, seguindo assim para outros estados brasileiros.¹⁴²

Dentro de cada edição existia uma diversidade de assuntos e temas, enquanto as contracapas traziam os textos de grandes autoridades que integravam a Icomi e o grupo Caemi (Augusto Antunes, Paulo Antunes, Hermelino Gusmão, Flávio de Miranda Carvalho, Francisco de Paula e outros diretores), o restante trazia matérias sobre hospitais, escolas, concursos, moda feminina, culinária e demais informações sobre a vida cotidiana¹⁴³ que a empresa queria se mostrar e, acima de tudo, ser vista.¹⁴⁴

Imagem 2 – Capa da primeira edição da *Icomi Notícias* (1964)



Fonte: Arquivo pessoal de Rogério Castelo (SEMA).

Nosso interesse aqui gira em torno da seção *Em destaque*, uma seção que trazia dois “funcionários do mês”. Nessa parte, a Icomi apresentava, por meio de um texto, a história selecionada de seus trabalhadores por número que enfocava em suas conquistas e ações que

¹⁴² *Ibidem*, p. 115.

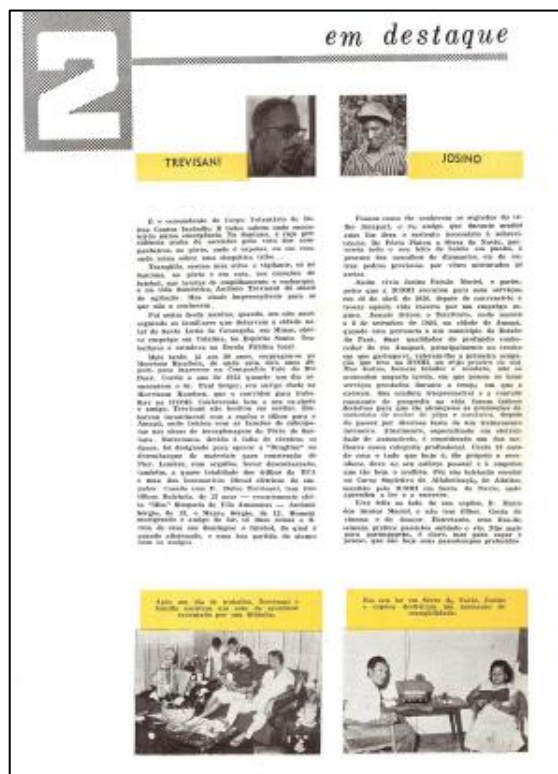
¹⁴³ *Ibidem*, p. 114.

¹⁴⁴ A revista *Icomi Notícias* circulava entre os funcionários da empresa em Minas Gerais, Rio de Janeiro e no Amapá de forma gratuita, ou seja, o periódico não era um produto mercadológico na concepção de indústria cultural da escola de *Frankfurt*, mas sim um produto propagandístico que visava “rebater” as críticas que o projeto estava recebendo durante a década de 1960. Para mais informações sobre algumas das críticas voltadas para a mineradora, ver: CUNHA, Álvaro. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Macapá: Rumo, 1962.

deveriam ser seguidas. A coluna *Em destaque* variava de página a cada edição e ela existiu do número 1 (janeiro de 1964) ao número 19 (julho de 1965). Não existem informações ou explicações sobre essa descontinuidade do editorial da revista. De qualquer forma, é preciso salientar que muitos desses trabalhadores entraram na companhia durante a década de 1950, o que os põem dentro do recorte cronológico adotado por este trabalho e nos permite entender como a mineradora via os seus trabalhadores que labutaram durante esse período inicial de seu projeto.

Em linhas gerais, cada trabalhador recebia um texto, que era o resumo de uma entrevista que os repórteres da *Icomi Notícias* faziam com eles. Além dos textos, os trabalhadores tinham direito a duas fotos, enquanto a primeira foto correspondia a um retrato do funcionário, a segunda fotografia deveria representar toda a família do funcionário na sala de estar ou no pátio da casa. Na montagem final, tudo isso ficava bem destacado em uma única página por edição, como podemos ver na *imagem 3*:

Imagem 3 – Seção *Em destaque* da primeira edição da revista *Icomi Notícias* (1964)



Fonte: Arquivo pessoal de Rogério Castelo (SEMA).

A primeira coisa a se pensar sobre os trabalhadores que apareceram na *Icomi Notícias* é a descrição de suas trajetórias antes de entrarem na mineradora. Antonio Trevisani e Francisco Almir de Lima foram os primeiros funcionários a aparecerem nessa seção e ambos tinham umas

coisas em comum: eram homens, migrantes, jovens e trabalhadores especializados que iniciaram “precocemente” suas atividades laborais. Trevisani nasceu em Carangola (MG) e se mudou com sua família para o Espírito Santo aos 8 anos de idade. 12 anos depois, Trevisani trabalhou na empresa de construção civil *Morrison Knudsen* e mais tarde ingressou na Companhia Vale do Rio Doce.¹⁴⁵ Enquanto isso, Francisco Almir de Lima nasceu na cidade de Iguatu (CE) e aos 12 anos de idade[!] trabalhou na Cia. Industrial de Algodões e Óleos. Segunda a *Icomi Notícias*, Francisco de Lima passou pela educação primária, mas soube, por meio de seu irmão, que o Amapá possuía “vantagens educacionais”, o que fez com que ele se mudasse para aquela localidade.¹⁴⁶ Uma coisa importante a se notar é que Antonio Trevisani, antes de entrar na Icomi, trabalhou com Manoel dos Santos, outro trabalhador que apareceu na seção *Em destaque*:

CAPIXABA de Conceição da Barra [Espírito Santo], Manoel dos Santos, nosso "Maneca", experimentou cedo os labores da vida. Com 15 anos empregou-se na Cia. Industrial de Madeiras "Arthur Donato", em seu Estado. Pelo esforço próprio e dedicação ao trabalho, chegou logo a encarregado de máquinas, passando mais tarde a operador de guindaste de um dos navios da empresa. De 1927 a 1942, não conhecia outro emprego até que trocou-o pelo de encarregado geral da serraria "Dias Castro", onde ficou apenas dois anos. Em 1944 foi para a "*Morrison Knudsen*". Nesta empresa, destacaram-no para a construção da E. Ferro Vale do Rio Doce, obras da "Light" em Barra do Pirai e Hidrelétrica de Paulo Afonso. Saindo da firma, depois de oito anos, passou de 1952 a 1954 a trabalhar como empreiteiro.¹⁴⁷

Interessante notar como os redatores da *Icomi Notícias* trouxeram dois funcionários (Trevisani e Maneca) que trabalharam pela Companhia do Vale do Rio Doce e pela construtora *Morrison Knudsen*. Ambos ingressaram em um projeto de exploração mineral a quilômetros de distância de onde nasceram e trabalharam até aquele momento. A empresa mais uma vez reforça a importância dos trabalhadores especializados que se mudavam para o interior da Amazônia para uma missão em nome do “progresso” e “bandeirante”, como afirmava o próprio Juscelino Kubitschek em discurso.

Além dos migrantes acima citados, a revista *Icomi Notícias* trouxe na seção *Em destaque* dois trabalhadores de origem estrangeira: Henry Ovide Lucien e Walter James Mainard, ambos de Santa Lúcia, país insular do leste do Caribe. De acordo com a revista, Henry Lucien imigrou para a Guiana Holandesa em 1930, quando possuía 20 anos de idade. 7 anos depois, em 1937, se mudou para Macapá e começou a trabalhar como garimpeiro no rio

¹⁴⁵ EM destaque: Trevisani. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7, jan. 1964.

¹⁴⁶ EM destaque: Francisco. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7, fev. 1964.

¹⁴⁷ EM destaque: Maneca. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9, maio. 1964.

Amaparí.¹⁴⁸ O outro estrangeiro, Walter James Mainard, tinha o sonho de servir a marinha britânica¹⁴⁹, porém, em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, mudou de nacionalidade para se alistar na força aérea dos EUA (United States Air Force). Em consequência disto, Mainard acabou virando um cadete de apoio e foi enviado para Brasil com o intuito de auxiliar nas construções de bases aeronavais (incluindo a que foi construída no município de Amapá) até quando pediu sua transferência para a Força Aérea Brasileira, em 1946, permanecendo como mecânico de aviões e máquinas pesadas.¹⁵⁰

Nos textos de Henry Lucien e de Walter Mainard na revista da Icomi são destacadas as trajetórias de ambos antes de entrarem na mineradora. As descrições da vida de Lucien são pouco precisas e mais diretas, enquanto os relatos de Mainard recebem descrições mais detalhadas. É de se supor que Henry Lucien foi sucinto e “seco” em seu relato ao entrevistador da revista ou houve uma edição considerável na redação do texto que homenageava um trabalhador muito comum daquelas paragens, o garimpeiro. Mais certo é que a Icomi teria dado muito mais “destaque” ao estrangeiro Walter Mainard em função das experiências na força aérea dos EUA e na FEB, por conta da importância que era dada aos serviços militares em pleno contexto de ditadura militar e pelo Amapá ser historicamente uma espécie de posto avançado de segurança nacional no extremo norte do Brasil do que para um imigrante que garimpava minerais preciosos no rio Amaparí.

Já a realidade dos trabalhadores do Amapá se mostrou bem diversa. Aqui temos trabalhadores que labutavam no garimpo (José Duarte da Silva e Bijoca), na serralaria (Washington Alves Ferreira) e na agricultura e no pasto (Raimundo Gemaque e Jofre Antunes Ribeiro). Outros trabalharam ainda para o governo territorial do Amapá (Washington Alves Ferreira e Raimundo Gemaque) e para o exército (Raimundo Gemaque).^{151,152,153} Raimundo Gemaque, por exemplo, experimentou várias formas diferentes de trabalho antes do ingresso na Icomi. Diferente da maioria dos obreiros que só tiveram contato com ambientes de trabalho estranhos aos do mundo rural ribeirinho, Raimundo atuou na agricultura, mas foi operário do GTFA e ainda serviu ao exército:

¹⁴⁸ EM destaque: Henrique. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, p. 7, ago. 1964.

¹⁴⁹ Antes de conseguir sua independência em 1967, Santa Lúcia integrava a Federação das Índias Ocidentais sob nacionalidade inglesa.

¹⁵⁰ EM destaque: Walter. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 7, fev. 1965.

¹⁵¹ EM destaque: Duarte. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7, mar. 1964.

¹⁵² EM destaque: Gemaque. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7, ago. 1964.

¹⁵³ EM destaque: Pará. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 24, maio. 1965.

COMO tantos outros companheiros seus de trabalho, Raimundo Gemaque de Jesus é 100% amapaense. Serviu-lhe de berço o pacato logarejo de Igarapé do Lago, em Mazagão, onde nasceu a 22 de junho de 1931. Seus pais eram pobres, mas nem por isso deixaram de proporcionar-lhe uma infância despreocupada e feliz, da qual relembra os momentos agradáveis em que pescava com os meninos de sua idade e apreciava o gado no pasto, entre outros divertimentos que existiam naquela região.

Aos 15 anos, no entanto, desejou conhecer outras plagas e, como o consentimento de seus genitores, deixou a terra natal e foi para Macapá, passando a trabalhar nas obras do Governo do Território. Honesto e trabalhador, sempre contando com a boa vontade daqueles que o assistiam, Gemaque firmou-se no emprego, embora ganhasse pouco. Assim permaneceu, até o dia que foi chamado a prestar o serviço militar, em Belém, incorporando-se no 26º BC.¹⁵⁴

No caso dos outros trabalhadores, o contraste entre os diferentes mundos do trabalho, o rural ribeirinho e o da mineradora, acontece somente quando são admitidos na Icomi. Sobre essa questão, sabemos que a mudança e, até mesmo, a simultaneidade de atividades de subsistência na região amazônica eram, na verdade, regras, pois os trabalhadores exerciam plantio, pesca, extrativismo, cuidado com animais, garimpagem e outras, a depender da época do ano, sempre partindo da orientação pelo tempo da natureza.¹⁵⁵ Para Bijoca, José Duarte da Silva e Washington de Alves Ferreira, essa relação da sazonalidade se quebra quando entram na Icomi, pois esses trabalhadores deveriam obedecer a lógica da racionalidade técnica do capitalismo industrial, em que a maior parte do tempo do trabalhador não se regularia mais pela atividade própria a época do ano ou pela tarefa imediata daquele dia, mas sim pelo tempo da empresa e rigidez dos horários.

Como pudemos observar, a sessão *Em destaque* da *Icomi Notícias* prestigiou trabalhadores migrantes e naturais da terra. Era preciso reforçar a importância dos especializados, adoçá-los, já que existia uma enorme dificuldade de mantê-los a longo prazo na empresa e, ao mesmo tempo, na condição de empresa de outro estado, assim sendo, era necessário reforçar a relevância do trabalhador local e a oportunidade de ganho e formação que a empresa possibilitava. Uma frente de trabalho de tamanha envergadura, certamente, apresentou-se como possibilidade de melhoria de condições de existência para pessoas do Amapá e de outros lugares. Todavia, como trabalhadores que vieram de Minas Gerais, Espírito Santo e inclusive de um outro país como Santa Lúcia souberam que existia uma empresa de

¹⁵⁴ EM destaque: Gemaque... *Op. cit.*, p. 7.

¹⁵⁵ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta...* *Op. cit.*, p. 52.

mineração contratando no extremo norte do Brasil? É interessante apreciar essa problemática e alguns indícios que se encontram na própria *Icomi Notícias*.

O Bijoca, que foi admitido no dia 14 de agosto de 1955, relata que: “Ouvia falar da ICOMI, através de cartas de um sobrinho seu de nome Artur, que trabalhava em PLN [Porto Platon]. [...] Conversou com um senhor de nome Waldomiro [...] que o encaminhou ao Dpto. de Pessoal”.¹⁵⁶ Washington Alves Ferreira, que se interessou pela mineradora e adentrou no seu quadro de funcionários em 21 de julho de 1955: “seu irmão, antigo funcionário do governo territorial, fez-lhe convite: ‘ingresse na ICOMI’. Isto feito, foi trabalhar como auxiliar na Lavandaria de Pôrto Platon.”.¹⁵⁷ Os exemplos nos mostram que tanto Bijoca quanto Washington Ferreira conheceram a Icomi por meio de seus familiares mais próximos.

As redes de parentesco e os boatos como forma de circularidade de informação foram fundamentais para que a Icomi figurasse como horizonte de possibilidades para muitos trabalhadores e trabalhadoras. As notícias sobre a mineradora eram espalhadas por familiares, mas também entre os círculos de amizade. O relato do funcionário Rubens Neves de Albuquerque na *Icomi Notícias* nos ajuda a entender essa questão:

UM amigo certa vez lhe disse: "Rubens, por que você não vai trabalhar nessa Companhia nova que está sendo criada no Amapá, a ICOMI? Estão precisando de gente de todas as profissões e você, como bom torneiro-mecânico, será aceito logo...".

Foi para casa, nesse dia, com as palavras do amigo ressoando no subconsciente e pensando na possibilidade de trocar o seu emprego por outro mais vantajoso, em benefício da própria família. Conversou com a esposa a respeito do que lhe aconselharam, tomou informações sobre a empresa, traçou seus planos e, a 25 de outubro de 1954, isto é - dias depois de o amigo haver lhe falado, ingressava na ICOMI como torneiro-mecânico.¹⁵⁸

Paulo da Costa Reis também ficou interessado na mineradora quando seu amigo lhe “veio falar sobre uma nova companhia, onde estava trabalhando [quando] a conversa entusiasmou-o a tal ponto, que logo planejou ingressar naquela ICOMI tão falada”.¹⁵⁹ Vale ressaltar que o “amigo” de Rubens Neves só ouvira falar da Icomi, enquanto o “amigo” de Paulo Reis já trabalhava na companhia.

¹⁵⁶ EM destaque: "Bijoca". *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 7, jul. 1965.

¹⁵⁷ EM destaque: Pará... *Op. cit.*, p. 27.

¹⁵⁸ EM destaque: Rubens. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 25, jun. 1964.

¹⁵⁹ EM destaque: Paulo Reis. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 7, nov. 1964.

Muitos trabalhadores da companhia foram admitidos através das informações de seus amigos, através das reportagens *Icomi Notícias*, ou seja, fica evidente que a maioria dos funcionários ficaram cientes do projeto de exploração mineral do Amapá por meio de conversas avulsas com desconhecidos de forma direta ou indireta. Américo dos Reis Alves Filho era um comerciante de Belém durante o início da década de 1950. Foi nesse período que ele escutou algumas conversas em uma parada de ônibus “entre pessoas que diziam maravilhas sobre uma empresa de mineração no Amapá”.¹⁶⁰ O caso de Américo Filho foi o mais específico sobre a obtenção de informação do projeto Icomi, pois os textos dos demais funcionários na revista geralmente se reduzem ao “ouviu falar” ou “soube que”, sem especificar o local e nem quem divulgou a companhia. Ainda assim, é muito provável que esses casos fossem iguais ao de Américo Filho, até porque a cidade é o espaço público de excelência de circulação de informações.

Uma outra forma de contratação, menos usual, era pelo convite de algum representante da Icomi. Antonio Trevisani fora admitido na Icomi em 1954 “quando um dia reencontrou o Sr. Paul Seiger, seu antigo chefe na *Morrisson Knudsen*, que o convidou para trabalhar na ICOMI”.¹⁶¹ Além de Antonio Trevisani, Manoel dos Santos (Maneca) foi outro antigo funcionário da *Morrisson Knudsen* convidado por Paul Seiger para ingressar na mineradora.¹⁶² Por fim, o soldador Geremias Wiatt fora chamado por Homero Platon (fornecedor de alimentos da mineradora) a fazer parte do quadro de trabalhadores da Icomi, o que ocorreu no dia 13 de junho de 1954.¹⁶³ Os exemplos acima nos mostram que os “encarregados” de setores da Icomi – como Paul Seiger e Homero Platon – costumavam admitir na mineradora quem já havia trabalhado com eles em outros projetos.

Contudo, os convites de Paul Seiger, Homero Platon e outros representantes da mineradora não se restringiam somente à experiência prévia com determinado trabalhador. Era importante que os futuros candidatos também se destacassem em suas atividades, como no caso de Renato Bicelli:

Não demorou muito e Bicelli começou a mostrar suas reais qualidades profissionais, tirando proveito da larga experiência adquirida nos campos mato-grossenses (sic) e no Território de Rondônia. Foi um dos prestimosos auxiliares do Eng. Osvaldo Senra [Serra] Pessoa, atual Gerente da ICOMI no TFA, nos levantamentos das áreas limítrofes da Companhia, dos polígonos

¹⁶⁰ EM destaque: "Seu" Américo. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7, jul. 1964.

¹⁶¹ EM destaque: Trevisani... *Op. cit.*, p. 7.

¹⁶² EM destaque: Maneca... *Op. cit.*, p. 9.

¹⁶³ EM destaque: Geremias. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 7, abr. 1965.

onde se construíram as Vilas Amazonas e de Serra do Navio, além de outros importantes trabalhos de topografia. Nestas atividades permaneceu até 1960, quando passou para os serviços de sondagem da Mina, como técnico em perfuração a diamante.¹⁶⁴

Além da qualidade do serviço, a familiaridade dos trabalhadores com a Amazônia e o Amapá era um fator importante para a contratação, como o caso do amapaense Josino Paixão Maciel, que exercia a atividade de garimpo no rio Amapari antes de entrar na companhia. A Revista *Icomi Notícias* lhe caracterizou enquanto um dos poucos que “conhecem os segredos do Velho Amapari”, o que lhe rendeu a ocupação de proeiro quando foi admitido na empresa.¹⁶⁵ Igualmente a situação de Josino Paixão, Barnabé também se tornou funcionário da companhia por conta de sua experiência no Amapá, pois Barnabé “é um homem dos rios. Para ele não têm segredo o Araguari, e o Amapari, em toda a sua extensão”.¹⁶⁶ Mesmo que a Icomi fosse uma empresa que adotasse a lógica do capitalismo industrial e da racionalidade técnica, ela precisou, durante a década de 1950, contar com trabalhadores que estavam habituados com o ritmo das florestas e dos rios, os “caboclos”, como eram denominados genericamente pelas classes dominantes os trabalhadores da Amazônia.¹⁶⁷

Por fim, é preciso salientar que somente duas mulheres apareceram na seção *Em destaque* de todas as edições da revista *Icomi Notícias*: Maria do Carmo Beckmam e Claudethe Santana da Silva. Maria do Carmo entrou na Icomi em 1954 na função de datilógrafa e Claudethe Santana ingressou nos quadros da companhia em 1959 como atendente hospitalar.

¹⁶⁴ EM destaque: Bicelli. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7, jul. 1964.

¹⁶⁵ EM destaque: Josino. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7, jan. 1964.

¹⁶⁶ EM destaque: Barnabé. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 7, dez. 1964.

¹⁶⁷ O conceito de caboclo tem várias origens: Câmara Cascudo sugere, em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* de 1954, que a palavra tenha origem no Tupi, a qual *caá* seria “monte” ou “selva” e *boc* = retirado, provindo, oriundo. Temos ainda Pereira da Costa dizendo que *caa-boc* significa “o que vem da floresta”. Além disso, outros autores afirmam que a expressão vem de *kari'boka*, termo tupi que significa “filho do homem branco”. Porém, foi a partir do século XIX que surgiram várias leituras para o termo. A mais expressiva diz respeito às teorias raciais que compreendem o caboclo como o resultado do cruzamento entre a “raça branca” e a raça índia”, uma noção eugenista e deturpada da teoria evolucionista de Chales Darwin. De qualquer forma, foi esta última compreensão do termo que vingou durante o século seguinte, principalmente entre as classes dominantes do Brasil, que se referiam à sociedade amazônica e aos seus modos de ser, sentir e ver. Em outras palavras, o conceito de caboclo começou a ser usado de forma depreciativa, estabelecendo assim uma noção de superioridade e inferioridade entre quem o usava e quem era conceituado, respectivamente. Para a literatura que estuda esse conceito, sua aplicação deve ser utilizada com muito cuidado e devidamente criticada por conta dessa origem depreciativa e classificatória. Além do mais, o termo acaba sendo generalista demais, o que faz alguns pesquisadores sugerirem o uso de outros conceitos tais como “ribeirinho”, “pescador”, “vaqueiro”, “parteira” e, de uma maneira mais abrangente e/ou política, “camponês”. Sobre o assunto, consultar as seguintes pesquisas: CASTRO, Fábio Fonseca de. A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 431-475, 2013. LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 5-32, n. 2, 1999. RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v. 9, n. 1, p. 119-130, Junho 2006. SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, Maio/Agosto, 2014.

Rômulo Moraes de Sousa, em sua dissertação de mestrado, aponta que a maioria das mulheres apareciam na seção *Em destaque* como personagens secundárias, em segundo plano, quando os trabalhadores iam tirar a foto em família para enaltecer “as virtudes do trabalhador e chefe de família”. Durante a redação, Rômulo identificou algumas expressões que evidenciavam esse objetivo: “Expressões como ‘deu-lhes filhos’ ou ‘ganhou uma esposa compreensiva’ dão a clara dimensão dos aspectos de hegemonia de gênero onde se tentava normatizar papéis às mulheres como mães de família e dos homens como provedores”.¹⁶⁸ A conclusão que podemos tirar disso é a seguinte: se os trabalhadores homenageados na coluna *Em destaque* já eram a exceção, então Maria do Carmo, Claudethe Santana e tantas outras em segundo plano eram a exceção da exceção.

2.3 Da permanência à demissão

Passando pela história de vida dos trabalhadores antes de ingressarem na Icomi, os parágrafos que discutem a trajetória dos funcionários na companhia correspondiam à parte mais importante da redação, em outras palavras, a trajetória dos trabalhadores atendia ao “núcleo” do texto. É também nessa parte que a Icomi deixa bem evidente a escolha de quem deveria aparecer na seção *Em destaque*. Os motivos obedeciam às promoções e à longevidade na empresa.

Daniel Chaves de Brito, que escreveu uma dissertação de mestrado sobre os primeiros trabalhadores da Icomi, separa a história da empresa em dois grandes momentos, a fase obreira e a fase de exploração mineral. Essa mudança de fase, logicamente, modificou a constituição da força de trabalho da mineradora:

O grupo de trabalhadores que entrou na fase produtiva tinha a partir desse momento uma tarefa que em muito se diferenciava da fase anterior. O trabalho na mineração não exigia apenas força física, como na fase de desbravamento, mas sobretudo abria a oportunidade concreta de galgar os degraus de uma profissão, como motorista, operador, mecânico e até mesmo tornar-se chefe de turma.¹⁶⁹

Podemos visualizar essa questão na *Icomi Notícias*, que evidenciava a vida profissional dos trabalhadores enquanto resultado de uma longa trajetória entre a fase obreira e a fase de exploração mineral. Washington Alves Ferreira, que ingressara como serralheiro em 21 de

¹⁶⁸ SOUSA, Rômulo. *Experiências femininas... Op. cit.*, p. 51.

¹⁶⁹ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. 1994. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994. p. 69.

junho de 1955, acabou aprendendo a operar máquinas pesadas, o que lhe permitiu permanecer na empresa. Com isso, passou pela função de Capataz de quarteleiros até o cargo de Encarregado do Serviço de Limpeza e Conservação da Divisão de Saúde da Serra do Navio.¹⁷⁰ Outro trabalhador que passou pelas duas fases da Icomi foi Francisco Almir de Lima, que começou como braçal durante a década de 1950 e foi promovido em duas oportunidades, controlador de folha de ponto (apontador), em 1955, e chefe dessa mesma seção em 1961.¹⁷¹

Existem outros exemplos além da trajetória de Washington e Francisco, como os trabalhadores entrevistados por Daniel Chaves de Brito. Segundo o sociólogo, os funcionários, em seus relatos, expuseram um sentimento de pertencimento à mineradora, pois suas trajetórias se transformaram em histórias de esforço e dedicação. Os mecânicos e demais trabalhadores de funções que exigiam o saber técnico-artístico comentaram que alcançaram um lugar de destaque por conta de suas habilidades próprias, enquanto os braçais e demais profissionais não-especializados frisaram o “aprender na prática”, ou seja, o ato de operar máquinas e equipamentos sem treinamento prévio “na marra” e longe dos olhos do chefe de setor.¹⁷²

A conclusão de Daniel Chaves de Brito foi que todo o esforço e dedicação para permanecer na Icomi aconteceu devido a insegurança que os trabalhadores sentiam no Território Federal do Amapá. Os funcionários não-especializados da companhia sabiam que suas posições na empresa não eram vitalícias e tinham plena noção de que um passo em falso poderia significar demissão e desemprego (já que eles poderiam ser demitidos e trocados por um ajudante).

Porém, para Adalberto Paz, além dessa insegurança, o desejo de permanecer na Icomi também dizia respeito aos “benefícios” que um funcionário da mineradora tinha na sociedade amapaense.¹⁷³ Nesse sentido, ao analisar a imagem dos trabalhadores icomianos representados nos processos-crime e ações trabalhistas amapaenses da década de 1950, o historiador ponderou que “o *status* de ‘empregado da ICOMI’ e todos os demais benefícios que vieram dessa condição – dentro e fora das *company towns* - não deve ser menosprezado”. Ademais, Adalberto Paz observou que ser um funcionário da mineradora simbolizava um lugar de prestígio perante a sociedade local. Mas esse status não vinha de graça, tanto a sociedade amapaense quanto a própria companhia exigiam muita disciplina, honra e dedicação dos trabalhadores. É por esse

¹⁷⁰ EM destaque: Pará... *Op. cit.*, p. 27.

¹⁷¹ EM destaque: Francisco... *Op. cit.*, p. 7.

¹⁷² BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia...* *Op. cit.*, 76.

¹⁷³ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia...* *Op. cit.*, p. 76-77.

motivo que, se os funcionários da companhia quisessem permanecer na empresa – seja pelo medo de serem substituídos, seja pelo prestígio (ou ainda por ambos) -, teriam que seguir categoricamente as ordens e designações da Icomi.¹⁷⁴

Contudo, permanecer na companhia era um objetivo difícil de se conseguir, como o caso de um enfermeiro paraense que fora contratado a convite da Icomi para integrar a equipe do Departamento de Saúde. Acontece que, no ano de 1951, o médico-chefe Dr. Justino Nogueira Gomes notou que o enfermeiro R. Anjos¹⁷⁵, que trabalhava em Porto Platon, estava fazendo “corpo mole”. A partir desse fato, o médico-chefe resolveu escrever uma queixa à direção da Icomi, informando sobre os “problemas” com esse enfermeiro. Vale a pena a longa citação:

Do: Med-Chefe Dep. Saúde da Icomi-S/A
Ao: Snr. Diretor-Gerente, em Macapá

Assunto: Dispensa de Enfermeiro.

Como é do conhecimento de V.S., em 25/10/51, foi contratado, para o Centro da Saúde da Icomi S/A, o Enfermeiro [R. Anjos] que, no período de 25/10/51 a 10/11/52, serviu no Sub-Posto Médico de Porto Platon. Todavia, apesar (sic) das vantagens oferecidas pela Companhia (bom ordenado inicial, casa residencial, ajuda de custo, etc), desinteressando-se do serviço, houve necessidade de transferir-o para a Serra do Navio, onde ficou sob o controle direto do Médico.

Ali, mantendo-se na mesma atitude, fazendo o serviço obrigadamente (sic), sem o menor espírito de cooperação e de humanidade no tratamento dos doentes - conforme informação verbal do Médico Residente e da Enfermeira Parteira na Serra do Navio, por necessidade do serviço, transferi-o para o Acampamento provisório de "Carpo Verde II", na margem direita do Rio Amaparí, onde opera, presentemente, a turma do Mr. Smith. Tendo declarado, na presença do Dr. Medrado que - "do mato queria distância" - e não lhe convinha a comissão ordenado, dia 19, baixou comigo da Serra do Navio, acompanhando um doente grave, até Macapá, onde se encontra aguardando resolução do caso.

Queixando-se de pretensas lesões e dores na região maternal, em consequência de que, numa das ubás da SHV, após o exame clínico, realizado por mim e pelo Dr. Medrado e para maior comprovação, solicitei radiografia do tórax, exame de escarro (pesquisa de B.A.A.R), exame de sangue (Fórmula leucocitária e Reação de Kahn) e porque - como era de prever - todos esses exames fossem negativos e não cumpre as ordens recebidas, proponho seja o referido enfermeiro dispensado dos serviços de saúde da companhia.

Macapá, 26/3/1953.

Atenciosamente,

¹⁷⁴ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 118.

¹⁷⁵ Em casos que possam causar constrangimento aos trabalhadores e seus familiares, deixamos o primeiro nome somente com a inicial, enquanto o sobrenome ficará por extenso.

Dr. Justino Nogueira Gomes
Med-Chefe Dep. Saúde da Icomi-S/A¹⁷⁶

As impressões do Dr. Justino Nogueira Gomes sobre o enfermeiro R. Anjos nos indica algumas questões pertinentes sobre o mundo do trabalho icomiano. Como vimos anteriormente, a mineradora enfatizou que os benefícios por ela oferecidos “compensavam” os males que uma região de doenças endêmicas com clima tropical e sem quase nenhuma estrutura básica causava aos trabalhadores de outras regiões. Mesmo que muitos trabalhadores tenham se acostumado ao clima e a região, podemos afirmar que nem todos conseguiram se fixar no Amapá, como o enfermeiro paraense da citação acima, ao dizer que, pela mão do enfermeiro-chefe, “do mato queria distância”. É bem provável que esses episódios fizessem com que a Icomi adicionasse a opção de uma viagem de volta caso os convidados não conseguissem se fixar no Amapá durante o período de experiência.

São casos como esse que não aparecem na *Icomi Notícias*, pois seria contraproducente e até ilógico divulgar histórias que pudessem colocar em xeque a imagem da empresa. E é exatamente por esse motivo que os trabalhadores escolhidos para compor as páginas da revista deveriam transparecer disciplina e tempo dedicado na empresa (e para a empresa). Nesse sentido, alguns dos funcionários que apareceram na *Icomi Notícias* estavam sendo homenageados pela companhia devido ao aniversário de 10 anos de serviços prestados. Eram os famosos “decanos”. Dentre os decanos, temos Américo dos Reis Alves Filhos, Nadir Leite da Fonseca, Jurandir Lavor Benigno, Geremias Wiatt e outros. A cerimônia foi realizada no mês de maio de 1964, no salão de Santana, e todos os homenageados receberam como prêmio um relógio de pulso de alto valor.¹⁷⁷

É interessante notar como o relógio se tornou o símbolo do mais alto grau de honraria que um trabalhador poderia ter na mineradora. E. P. Thompson, ao estudar a mudança da percepção temporal dos trabalhadores durante os séculos XVII e XVIII, argumentou que a invenção e consequente propagação do relógio de pulso em plena revolução industrial foi o principal catalisador desse processo que modificou hábitos e costumes relacionados ao tempo do trabalho. As tarefas que exigiam a observância do clima, das estações e de outros afazeres entraram em atrito com o trabalho técnico e disciplinado do capitalismo que começara a surgir

¹⁷⁶ GOMES, Justino Nogueira. Dispensa de Enfermeiro. In: ICOMI/AP *Ficha do funcionário R. Anjos*. Macapá: [s.n.], 1951. p. 1.

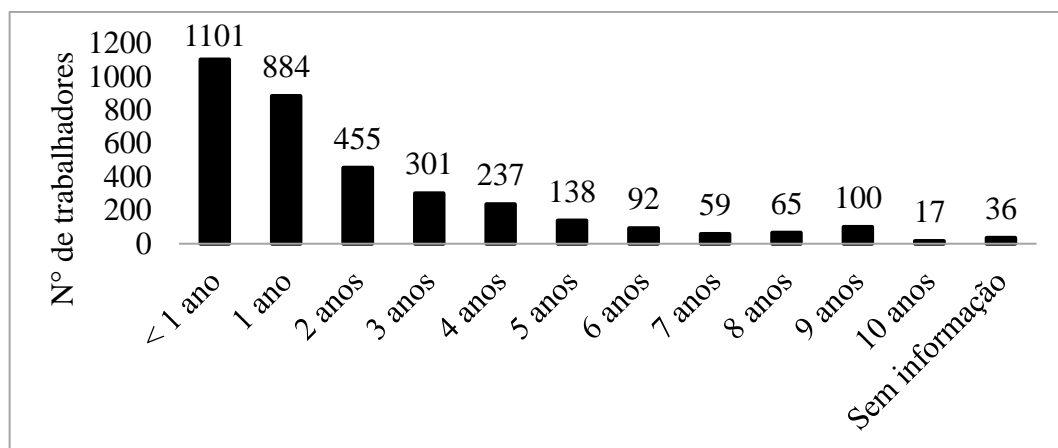
¹⁷⁷ PRÊMIOS para novos estáveis. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 4-8, maio. 1964.

naquele contexto. Sobre esse atrito, o historiador inglês E. P. Thompson tece o seguinte comentário:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu "próprio" tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.¹⁷⁸

No projeto Icomi, o trabalho do capitalismo industrial se tornou incompatível com o trabalho de subsistência próprio da região amazônica, como citado anteriormente. A cerimônia de premiação dos decanos da Icomi e o relógio de pulso estavam, naquele momento, celebrando um tempo cronometrado e disciplinado que fora gasto quase que exclusivamente para a companhia. De qualquer forma, a cerimônia dos decanos, que fora realizada em 1964, aconteceu durante a fase de exploração mineral, momento em que toda a infraestrutura da empresa estava montada e em pleno funcionamento. Mas e durante a fase de construção civil? Fase em que os próprios decanos foram admitidos? Na verdade, ao contrário da imagem que a revista *Icomi Notícias* queria passar acerca de seus trabalhadores, a “desistência” era muito mais comum do que a “persistência”, como aponta o gráfico sobre o tempo de serviço na empresa entre 1948 e 1956, algo inversamente proporcional ao representado nas páginas da revista:

Figura 9 - Tempo de serviço dos trabalhadores da Icomi admitidos entre 1948 e 1956



Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

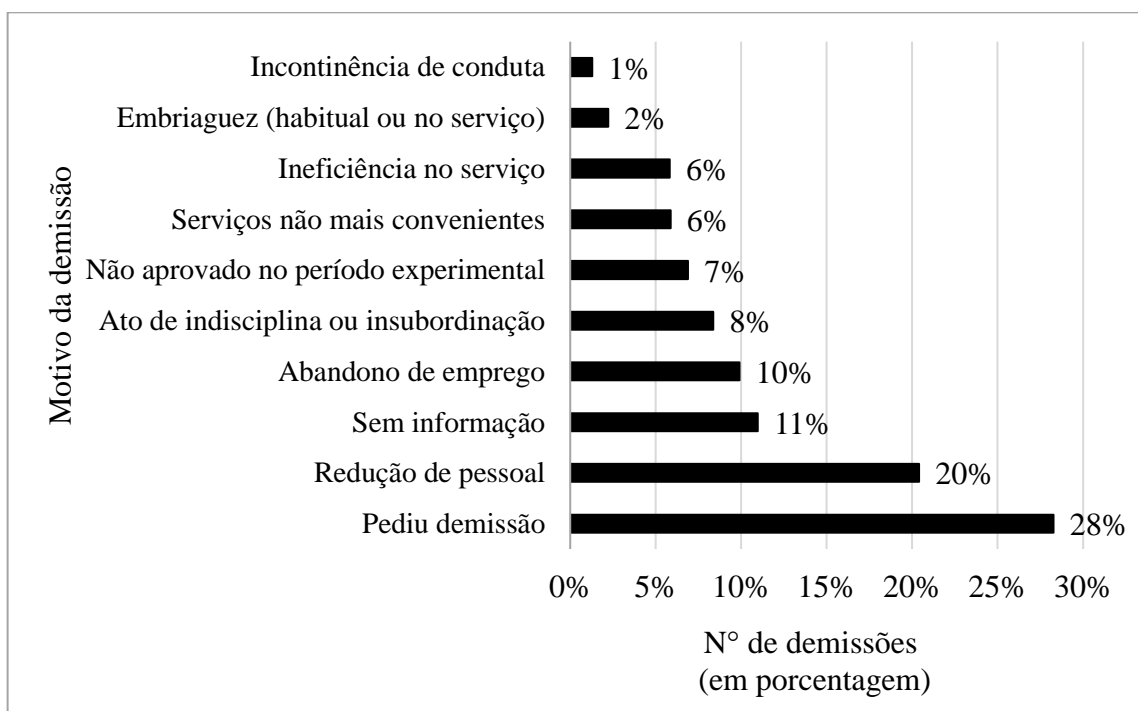
A *figura 9* nos trouxe alguns resultados interessantes sobre a volátil força de trabalho da Icomi. Dentre os 3485 trabalhadores, 1101 (31%) deles não completaram 1 ano de serviço e, somado aos que permaneciam de 1 a 2 anos, temos mais 1339 trabalhadores (38%), o que

¹⁷⁸ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 272.

correspondia a um total de 70% de toda a força de trabalho. Enquanto isso, os funcionários que completaram de 3 a 10 anos de tempo de serviço somavam um total de 30%, o que confirma ainda mais a regra que a maioria dos funcionários icomianos não permanecia na empresa por mais de 1 ou 2 anos. Se tivermos isso em mente, então os “decanos” da revista *Icomi Notícias* eram a exceção da exceção. Os dados indicam que apenas 17 trabalhadores continuaram na empresa por 10 anos ou mais. Em termos estatísticos, eles correspondiam a apenas 0,49% de toda a mão de obra da Icomi.

Os dados analisados a partir da *figura 9* nos mostram o tempo de serviço dos funcionários, mas esses mesmos dados não mostram quais eram os principais motivos de desistência/demissão. Essas informações, felizmente, aparecem no campo “motivo de demissão” dos registros de funcionários. E é por meio dos dados desse campo que a *figura 8* foi elaborada:

Figura 10 - Principais causas de demissão na Icomi (1948-1956)



Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

De acordo com a *figura 10*, podemos destacar as demissões causadas pelo próprio sistema de empreitada e pelo modelo de contratação, como redução de pessoal (20%); serviços não mais convenientes (6%); e não aprovado no período experimental (7%); demissões ocasionadas pelo modelo de contratação da empresa, pela habilidade profissional e até mesmo pela conduta moral dos trabalhadores, ineficiência no serviço (6%) e embriaguez (2%); por fim,

temos as demissões movidas por ações que desagradassem a companhia e/ou por vontade própria dos funcionários: Ato de indisciplina ou insubordinação (8%); pedido de demissão (28%); e ainda abandono de emprego (10%). Outro dado interessante é que comparado aos 68% de trabalhadores que foram demitidos, 27% dessa amostra foi demitida por indisciplina, quase a mesma quantidade de funcionários que pediram demissão (28%).

Entre 1948 e 1956, o regime de trabalho com base na empreitada e o modelo de contrato foram responsáveis por pelo menos 33% das demissões no projeto Icomi. Braçais, serventes, carpinteiros e outros funcionários assinavam um contrato de trabalho chamado de “instrumento particular de locação de serviço”, que permitia a “locatária” (isto é, a Icomi) a “emprestar” os serviços dos “locadores” (trabalhadores) por 30 dias. Temos como exemplo o contrato de locação de Almerindo Mamede, que fora admitido pela companhia no dia 13 de agosto de 1951 para trabalhar como mateiro “onde se tornar necessário” até o dia 13 de setembro do mês seguinte.¹⁷⁹

Esse documento nos indica que o contrato de alocação era uma forma comum de “contrato por experiência” nos primórdios do projeto Icomi. Após os 30 dias de serviço estipulados, a Icomi poderia assinar em definitivo a carteira de trabalho do funcionário - tornando-o de fato um empregado da companhia - ou dispensá-lo, seja porque seus serviços realmente não eram mais necessários, seja porque, na visão da companhia, suas habilidades não eram suficientes para o exercício da profissão. Em resumo, a locação de serviço correspondia a 33% do total de demissões na Icomi, ou seja, a cada três trabalhadores, um era demitido pelo fim de contrato de locação, resultado do regime de trabalho da empreitada.

O próximo grupo de demissões possui relação com as ações ou condutas (inclusive morais) que a Icomi não tolerava, seja por meio de alguma ação que levasse imediatamente à demissão, seja pelo acúmulo de advertências e suspensões, tais como “ineficiência no serviço”, “incontinência de conduta” e “embriaguez (habitual ou no serviço)”. No caso de ineficiência de serviço, temos alguns exemplos de suspensão que levaram a demissões, como o braçal F. Costa, que recebera, no dia 1 de outubro de 1956, uma “suspensão de 2 dias por abandonar o serviço e deixar o salão sem garçom e por ser encontrado dormindo”¹⁸⁰ ou ainda de C. Silva, outro braçal que fora “demitido de em 3.11.56, por negligência no serviço, amassando uma parede

¹⁷⁹ ICOMI/AP. Contrato de alocação. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário Almerindo Mamede*. Macapá: [s.n.], 1951. p. 1.

¹⁸⁰ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário F. Costa*. Macapá: [s.n.], 1956. p. 2.

do depósito em construção”.¹⁸¹ Os exemplos nos mostram que as demissões por “ineficiência no serviço” (6%) se relacionavam com a falta de habilidade e ainda com a falta de interesse.

Os trabalhadores que foram demitidos pela “ineficiência no serviço” só eram “exonerados” por conta do histórico de várias suspensões, o que não acontecia com os que saíam da companhia a partir da “incontinência de conduta” (1%). Nesse sentido, a empresa preferia demitir a suspender. Os casos desse tipo envolviam o uso indevido de material da Icomi, excesso de velocidade, acidentes que causavam danos ao veículo e, em um nível mais crítico, sinistros com vítimas fatais.¹⁸²

O último tipo de demissão desse grupo diz respeito à moralidade dos trabalhadores, sendo os casos de embriaguez (2%) o principal. Os trabalhadores que eram demitidos por conta dessa modalidade geralmente recebiam a seguinte observação: “demitido [...] por embriaguez e desordem no acampamento”.¹⁸³ Segundo a própria descrição da demissão, existiam dois tipos: a embriaguez habitual e a embriaguez durante o serviço. No caso da embriaguez habitual, os registros apontam que os casos mais comuns aconteciam nos acampamentos e geralmente envolviam o descanso e o lazer operário, como na citação acima. Na demissão causada por embriaguez em serviço, apesar de autoexplicativo, a Icomi detalhava o motivo da demissão no campo de observações, como no caso do registro do pedreiro P. Brito, “demitido em 7.7.55 por ter sido encontrado ingerindo bebida alcoólica durante horas de trabalho”.¹⁸⁴

É importante frisar que a venda de bebidas alcoólicas (e o seu consumo) era proibida nos acampamentos da companhia, entretanto, os trabalhadores buscavam formas de consumi-las, como nos mostra a observação do registro do braçal, J. Miranda, que foi “suspense por 10 dias por haver transportado e vendido bebidas alcoólicas no acampamento”.¹⁸⁵ Levando isso em conta, as brigas dentro do acampamento causadas pelas “bebedeiras” e o consumo de

¹⁸¹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário C. Silva*. Macapá: [s.n.], 1956. p. 2.

¹⁸² “Alguns exemplos: “Demitido por uso indevido de material da companhia”. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário P. Conceição*. Macapá: [s.n.], 1956. “Usou equipamento da companhia sem permissão”. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário B. Silva*. Macapá: [s.n.], 1956. p. 2. “Demitido em 8.5.1955, por falta de cuidado ao dirigir veículos da companhia, resultando em acidente”. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário J. Moreira*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2. “Sem a devida autorização dirigiu um dos caminhos da companhia, chocando-se com um trator e causando diversas avarias nas duas máquinas”. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário F. Miranda*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2. “Demitido em 28.12.1955, por absoluta falta de interesse no trabalho, danificando um dos transportes da cia e prejudicando o serviço”. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário B. Jesus*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2. “Demitido em 16.11.1955, por excesso de velocidade nos carros da companhia”. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Souza*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2.

¹⁸³ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário C. Dorneles*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

¹⁸⁴ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário P. Brito*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2.

¹⁸⁵ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário J. Miranda*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

bebidas durante o serviço indicam que o cotidiano dos acampamentos e das frentes de trabalho não se centrava exclusivamente no trabalho. Isso fez com que os trabalhadores inventariassem seu cotidiano para ter acesso ao álcool, mesmo sabendo que seu consumo era proibido pela Icomi.¹⁸⁶

Por fim, examinaremos agora o grupo que soma o maior número de demissões na Icomi entre 1948 e 1956: Ato de indisciplina ou insubordinação (8%); pedido de demissão (28%); e abandono de emprego (10%), totalizando quase metade (46%) de todas as demissões desse período. O “ato de indisciplina e subordinação” caracterizava os trabalhadores que não obedeciam às ordens de seus superiores e, em certos casos, partiam para “as vias de fato”, como o braçal M. Carlixto: “demitido em 14/6/1956, por insubordinação, desrespeito e tentativa de agressão ao chefe do serviço”.¹⁸⁷ Além disso, alguns funcionários foram demitidos por recusarem o trabalho noturno: “demitido em 20.9.1954, por ter-se recusado a executar trabalho noturno”,¹⁸⁸ enquanto outros que se ausentavam do serviço também eram demitidos pela Icomi: “Demitido em 13.8.54, por negligência no serviço. Ausentou-se do trabalho na hora do expediente”.¹⁸⁹ A partir dos exemplos listados e considerando os demais casos presentes em outros registros de funcionários, se torna difícil afirmar que existia um senso de união amplamente compartilhado no projeto Icomi, muito pelo contrário, os conflitos faziam parte do cotidiano das frentes de trabalho e estavam na ordem do dia.

Por outro lado, os pedidos de demissão aconteciam por diversos motivos, até porque representavam 28% de todas as demissões. Em geral, os trabalhadores da Icomi pediam demissão porque achavam outro emprego e/ou porque estavam insatisfeitos com a companhia, como o caso do braçal R. Santos, que no dia 22 de dezembro de 1950:

Tendo o Snr. Raimundo Campelo, encarregado da limpeza do Acampamento, mandado o Snr. R. Santos fazer um serviço, o mesmo recusou-se e foi apresentar-se ao encarregado da turma que trabalha na abertura da estrada, sem autorização de quem quer que seja. Por êsse motivo, foi chamado para falar com o Snr. Raimundo Maliniwsky que mandou o mesmo apresentar-se novamente ao senhor Raimundo Campelo, tendo o Snr. R. Santos se recusado. Encaminhou-se então no escritório onde ‘pediu sua conta’.¹⁹⁰

¹⁸⁶ Na terceira seção, faremos uma conexão entre o consumo de bebidas alcólicas e às condições de trabalho na Icomi.

¹⁸⁷ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário M. Carlixto*. Macapá: [s.n.], 1956. p. 2.

¹⁸⁸ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário C. Lima*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

¹⁸⁹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário R. L. Jesus*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

¹⁹⁰ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário R. Santos*. Serra do Navio: [s.n.], 1950. p. 1.

Entretanto, em alguns casos, os registros nos mostram que os trabalhadores preferiam simplesmente abandonar o emprego do que ter que pedir demissão formalmente, como o braçal J. Cordeiro, que: “não compareceu para receber sua caderneta nem para assinar a declaração de quitação”.¹⁹¹ Além disso, outros registros apontam que trabalhadores contratados nunca chegaram a trabalhar na empresa, que foi o caso de J. Araújo: “este empregado fichou-se para trabalhar na companhia e nunca compareceu ao serviço”.¹⁹² Mas a maioria resolvia abandonar o emprego porque não concordava com as suspensões consideradas exageradas e, muitas vezes, injustas, como o caso do braçal M. Menezes, que tinha sido demitido por faltar diversas vezes no trabalho, porém: “foi reconsiderada a sua demissão em virtude do mesmo ter alegado e provado ter estado doente e em tratamento no hospital de Macapá. [Porém] ficou para trabalhar em Macapá, não tendo mais comparecido ao serviço”.¹⁹³

A partir dos dados levantados sobre as demissões (e seus tipos), fica bem nítido que os trabalhadores da Icomi não eram apenas pessoas que simplesmente estavam sob o jugo da mineradora e obedeciam às suas ordens e desejos cegamente, muito pelo contrário, foram diversos os relatos sobre as formas de resistência cotidiana e de confronto direto com os superiores, representantes por excelência do poder da companhia. Esses obreiros tinham ciência, apesar da força de atração de mão de obra que a Icomi exercia, que a empresa tinha algumas dificuldades para manter trabalhadores pelo seu isolamento. Esses funcionários não tiveram lugar de “destaque” na *Icomi Notícias*, na verdade, por mais irônico que seja, os lugares “de destaque” desses trabalhadores eram os registros, fonte criada com o objetivo de classificar, disciplinar e controlar os “desviantes” e “transgressores” da ordem icomiana entre 1948 e 1956. E são esses os construtores da Icomi, pelo menos em uma quantidade maior do que os trabalhadores que os funcionários *Em destaque* da revista *Icomi Notícias* representavam. Janary Gentil Nunes, Augusto Antunes, Amílcar Pereira e até mesmo o presidente da república, Juscelino Kubitschek não chegaram a pensar, nem por um minuto, que toda a infraestrutura da empresa que fora inaugurada em 1957 tinha o dedo desses “desviantes”.

¹⁹¹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário J. Cordeiro*. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2.

¹⁹² ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário J. Araújo*. Macapá: [s.n.], 1956. p. 2.

¹⁹³ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário M. Menezes*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

III. CORPOS PARA A EXPLORAÇÃO MINERAL: ACIDENTES, DOENÇAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Retornemos, pela terceira e última vez, ao dia da inauguração das instalações industriais da Icomi no Amapá. De acordo com uma reportagem do jornal *O Globo* do dia 7 de janeiro de 1957, sob o título de *Fome, chuva e reclamações na viagem presidencial ao Amapá*, a inauguração da EFA foi muito aquém do que se esperava, pois a viagem seria realizada em dois *trolleys* de pouco mais de [um] metro e meio cada e, logo atrás, um carrinho a motor, “com dez incômodos lugares”. Enquanto o presidente da república viajou no carrinho a motor, jornalistas e demais membros da comitiva presidencial se amontoaram nos *trolleys* que não possuíam teto, banhando os presentes com um sol escaldante do início da tarde. Segundo o artigo, Juscelino Kubitschek propôs a desistência da viagem no meio do caminho, mas resolveu continuar após consultar sua equipe e os jornalistas. Ao chegarem à Serra do Navio, o forte sol deu lugar à chuva, mudando bruscamente a temperatura da região. Mesmo assim, o presidente deu o seu discurso aos trabalhadores do acampamento e, logo depois, comentou com o seu secretário que estava morrendo de fome, perguntando se “não tinha algo para comer?”. No retorno, os presentes tiveram que sair da estrada de ferro para terminar a viagem a pé no meio da floresta amazônica, em um ambiente frio e chuvoso e ainda faltando mais de 20 quilômetros até Macapá. Por fim, ao chegar ao hotel da capital perto da meia-noite, os convidados não conseguiram jantar no estabelecimento e não havia lugares abertos para atender os convidados.¹⁹⁴ Em resumo, segundo o jornal, foi uma catástrofe, ainda mais levando em conta todo o constrangimento causado ao presidente da república.

Porém, o que nos chama atenção é o final dessa matéria, quando *O Globo* nos informa que houve um acidente no trem durante a viagem inaugural da EFA: “O balanço da acidentada viagem inaugural da Estrada de Ferro Macapá acusou três vítimas. Uma delas, passageiro do avião da comitiva e representante da *United Press*”.¹⁹⁵ Destacamos, para além do acidente, as condições de risco em que a viagem aconteceu: dois pequenos vagões com excesso de pessoas e um carrinho a motor sem qualquer proteção para seus passageiros. Por isso, não podemos deixar de indagar por que uma empresa do calibre da Icomi aprovou e realizou esse tipo de viagem, mesmo com a presença de jornalistas, repórteres e ainda da pessoa mais importante do poder executivo.

¹⁹⁴ FOME, chuva e reclamações na viagem presidencial ao Amapá. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, jan. 1957.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 2.

A escolha desse artigo do jornal *O Globo* não foi aleatório, pelo contrário, serviu como ponto de partida para uma análise acerca das condições durante o primeiro grande projeto de exploração mineral Amapá, mais especificamente entre 1948 e 1956, antes da inauguração de toda a infraestrutura básica da empresa responsável. Com isso, queremos, nesta seção, responder as seguintes questões: Como eram as condições de trabalho (locais de serviço e habitações) no projeto Icomi? Quais eram os principais acidentes (e doenças) do trabalho e de que forma os trabalhadores e a empresa lidavam com esses problemas? Para responder as perguntas, pretende-se utilizar, novamente, os registros e as fichas de empregados, bem como um processo de homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, fotografias, artigos do jornal *Amapá* e alguns outros documentos institucionais da mineradora e do governo local.

3.1 Habitações e frentes de trabalho

No Brasil, o primeiro quartel do século XX não ficou marcado somente pela guinada mais intervencionista na economia, mas também pelo desejo de quantificar informações e descrever realidades periféricas. Em razão disso, políticos, economistas, industriais e demais setores da classe dominante também almejavam a criação e institucionalização de um projeto que buscasse revelar uma quantidade bruta de informações e dados estatísticos sobre as mais diversas regiões do país e de suas populações. É a partir desse contexto que surge o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial do governo responsável pela elaboração de censos demográficos, mapas, fotografias e relatórios de um país que ainda não se tinha conhecimento. Com todas essas informações, o Estado brasileiro - ao longo da primeira metade do século XX - esperava que seus projetos e intervenções fossem mais eficientes e gerassem resultados ancorados na empiria científica e no levantamento de dados.¹⁹⁶

A partir disso, o IBGE procurou especializar todos os seus funcionários com as mais modernas técnicas e métodos de pesquisa de sociedades geográficas ao redor do mundo. Uma dessas técnicas era a *pesquisa de campo*, que permitia a observação *in loco* de todo o território nacional. Nesse sentido, o IBGE enviou diversas equipes para os *sertões* com o intuito de observar, relatar e fotografar as especificidades de cada região durante a década de 1950.¹⁹⁷ Foi nesse contexto que uma equipe dessa instituição formada pelo geógrafo Lúcio de Castro Soares

¹⁹⁶ ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Imagens do trabalho feminino no Brasil: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968)*. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁹⁷ ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Imagens do trabalho feminino... Op. Cit.*, p. 13.

e pelo fotógrafo Tibor Jablonszky¹⁹⁸ percorreu toda a Amazônia, em 1953, resultando na obra *Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico*, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*.¹⁹⁹ Além dessa obra, a pesquisa de campo também resultou em vários registros fotográficos do Amapá, incluindo os registros visuais de todas as obras que a Icomi estava fazendo naquele momento, como a Estrada de Ferro do Amapá, o porto para escoamento de minério, a sua área industrial e dois acampamentos para seus trabalhadores e sua equipe administrativa (Porto Platon e Serra do Navio).

Existem poucas pesquisas sobre o projeto Icomi que estudam o contexto de sua implementação no Amapá durante a década de 1950. A única exceção é a obra *Os mineiros da Floresta*, de Adalberto Paz, que produziu uma pesquisa interessada nesse recorte temporal com o intuito de compreender as primeiras experiências com o trabalho assalariado do capitalismo industrial no Amapá.²⁰⁰ Entretanto, apesar de Paz recorrer a algumas fontes inéditas como os processos judiciais do Fórum da Comarca de Macapá, a descrição das frentes e locais de trabalho ainda são uma incógnita. Esse fenômeno ocorre porque foram encontradas um número ínfimo de fontes desse período, o que faz com que pesquisadores recorram com certa regularidade ao documento *História do aproveitamento das jazidas de manganês do Amapá*, da própria Icomi.²⁰¹ É pensando nisso que iremos por um outro caminho. Analisaremos, a seguir, o acervo fotográfico do IBGE (e de acervos avulsos), mais especificamente as fotografias referentes ao projeto Icomi no Amapá durante a metade da década de 1950.

Entre os anos de 1953 e 1956, a Icomi iniciou efetivamente as construções de toda a sua infraestrutura no Amapá. Obedecendo a uma lógica de “interiorização”, as frentes de trabalho começavam no Porto de Santana, seguiam os 192 quilômetros da estrada de ferro, que passava por Porto Platon e, por fim, chegavam a Serra do Navio e às minas de manganês. Nesse sentido, abordaremos as frentes de trabalho a partir dessa lógica de “interiorização” da Icomi no Amapá, começando pelo Porto de Santana.

¹⁹⁸ “Tibor Zoltan Jablonszky, natural de Sarospatak, Hungria, nascido a 07 de junho de 1924, filho de Jozsef Jablonszky e de Iren Polnik, chegou ao Brasil procedente de Copenhague na embarcação Carina, desembarcando no Porto do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1948. Técnico de filmes, em seu país de origem exercia a ocupação de diretor na Cia. de Cinema da Hungria. [...] Contratado como técnico de cinema pelo Conselho Nacional de Geografia, em 01 de março de 1949, sendo este seu primeiro emprego no país, Tibor Jablonszky permanece no IBGE até 1980, ano da sua morte”. *Ibidem*, p. 70-72.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 57

²⁰⁰ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

²⁰¹ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1983.

Pensado como uma das obras mais importantes do projeto de exploração mineral do Amapá, o Porto de Santana serviu como base para todas as operações logísticas das frentes de trabalho da mineradora, recebendo materiais e mercadorias diretamente de Macapá e dos Estados Unidos desde o final da década de 1940.²⁰² A seguir, apresentaremos uma fotografia da área portuária no final do ano de 1953:

Imagem 4 – Porto de Santana (1953)



JABLONZKY, Tibor. Vista da construção do porto de Santana em Macapá (AP). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49643>. Acesso em: 11 jul. 2021.

Como podemos ver, a fotografia nos revela uma área que ainda estava em construção. Através dela, observamos estradas de terra, locais marcados para futuros prédios, obras em andamento e algumas construções concluídas mais ao fundo. Com relação ao enquadramento, o fotógrafo Tibor Jablonszky priorizou o canteiro de obras (1º plano) frente ao rio Amazonas (2º plano) a partir de uma perspectiva centralizada na área portuária.²⁰³ Por outro lado, o objetivo desse tipo de fotografia é mostrar uma área a partir de uma visão panorâmica para enfatizar a magnitude daquela área portuária nas margens do rio Amazonas. É por isso que o

²⁰² DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 158.

²⁰³ Esse tipo de enquadramento é muito comum em fotografias, pois visa “imitar” a “visão humana” da mesma forma que as pinturas advindas do renascimento italiano, mais especificamente das “regras de Leonardo da Vinci”. Sobre isso, Jacques Aumont argumenta o seguinte: “Eis um resumo: devem-se pintar os objetos mais próximos com cores mais saturadas, contornos mais nítidos e textura mais espessa; os objetos distantes estarão mais no alto da tela, menores, mais claros e com textura mais fina; as linhas paralelas na realidade devem ser convergentes na imagem etc. [...] O leitor terá notado que, no que se refere às bordas visuais, a máquina fotográfica, como a câmera obscura, seguem as regras de Leonardo [Da Vinci]. A essas regras foram acrescentadas, na história da pintura, algumas outras com o mesmo objetivo, como a “regra” das cores induzidas, que visa imitar o efeito produzido na visão natural pela proximidade de duas cores diferentes e a “contaminação” mútua que delas resulta”. AUMONT, Jacques. *A imagem*. Tradução de Estela Abreu e Cláudio Santoro. 16. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 62.

Porto de Santana se encontra no primeiro plano e o rio Amazonas no segundo (e não ao contrário).

Conforme as obras avançavam, prédios de alvenaria em concreto armado eram erguidos pelos trabalhadores, assim como estruturas de aço para depósitos, escritórios, oficinas e casas para hospedagem. O Porto de Santana também contava com tanques de armazenamento de combustível, usinas de energia elétrica, instalações de água e esgoto e um pequeno posto de saúde.²⁰⁴ Devido ao efeito catalizador de uma obra de grande porte, começou a se formar uma população ao redor dessa área portuária ao mesmo tempo em que as obras estavam em andamento. Como demonstra o *Anuário Estatístico do Amapá*, no ano de 1954, o Porto de Santana possuía 249 habitantes (presentes), sendo todos do sexo masculino e ainda maiores de idade.²⁰⁵ Passando as décadas de 1950, 1960 e 1970, esse povoado cresceu de maneira exponencial em conjunto com as operações da Icomi no Amapá. Dessa forma, o Porto de Santana acabou se tornando distrito de Macapá em 1981 e elevado a município de Santana em 1987, se estabelecendo como a segunda maior cidade do estado.

Seguindo o itinerário das frentes de trabalho da Icomi, chegamos ao posto intermediário da companhia que fica entre o Porto de Santana e as minas de manganês, sendo ele, o Porto Platon. Essa localidade é uma exceção, pois ela já existia antes da chegada da empresa. Segundo o livro *Personagens Ilustres do Amapá*, de Coaracy Barbosa, Porto Platon pertencia à Homero Platon, militar que se mudou para o TFA com o objetivo de chefiar o setor de pessoal civil da Base Aeronaval do Amapá em 1942.²⁰⁶ Após a Segunda Guerra Mundial, Homero Platon começou a percorrer o TFA em busca de minérios e metais preciosos como ouro, bauxita e tantalita enquanto desbravava o interior do território. Foi nesse contexto que a Icomi entrou em contato com Platon para que ele fornecesse alimentos para a companhia, o que lhe permitiu manter um estreito contato.²⁰⁷ Além dos alimentos, Homero Platon cedeu a localidade batizada por ele de Porto Platon, como também foi o responsável pela construção de

²⁰⁴ NUNES, Janary Gentil. *A verdade sobre o manganês do Amapá*. Macapá: Do Autor, 1959. p. 33.

²⁰⁵ AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá*. IBGE. Macapá, 1954. p. 22.

²⁰⁶ Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil firmou acordos de cooperação com os EUA (Acordos de Washington). Tais acordos serviram para consolidar a presença do exército estadunidense em solo brasileiro com o objetivo de defender o continente de um provável ataque do Eixo pelo Oceano Atlântico. Em contrapartida, os EUA se comprometeram em atualizar e ceder tecnologia militar para o exército brasileiro. Nesse sentido, foram construídas bases aeronavais no Nordeste (São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador) e também na região Norte (Belém e município de Amapá). CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 69.

²⁰⁷ BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens Ilustres do Amapá*. 1. ed. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1997. p. 131-132.

escritórios, armazéns e alojamentos para a Icomi e, além disso, contava com dez frotas de pequenas embarcações (ubás) que faziam a ligação fluvial com Serra do Navio por meio do rio Araguari.²⁰⁸ Como já foi discutido na primeira seção, Porto Platon era o principal ponto de penetração da empresa no interior do território durante os primeiros anos da década de 1950, pois oferecia serviços ligados à construção civil. De qualquer forma, a fotografia, a seguir, nos apresenta uma pequena evidência dessa localidade durante o ano de 1953:

Imagem 5 – Porto Platon (1953)



JABLONSKY, Tibor. Barracões da administração da Indústria e Comércio de Minérios S.A-ICOMI em Porto Platon (AP), 1953. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49637>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Como podemos observar na *imagem 5*, o enquadramento - apesar de ainda permanecer com as mesmas intenções da fotografia anterior de focalizar na construção no meio da selva amazônica - valoriza muito mais a vegetação (1º plano) do que o próprio Porto Platon e seus estabelecimentos (2º plano). Nesse caso, a vegetação parece “engolir” esse posto avançado da Icomi devido a sua posição no fundo da foto (horizonte). Na fotografia do Porto de Santana, que abordamos acima, o autor preferiu enfatizar a grandeza de uma futura instalação portuária, aqui, por outro lado, temos um enquadramento que mostra o inverso, a pequenez da intervenção humana na imensidão do desconhecido verde.

Apesar de Porto Platon parecer pequena e insignificante na fotografia, o censo demográfico do Amapá nos apresenta um quadro interessante. Ao todo foram contabilizados 405 residentes (presentes), sendo 404 homens e apenas 1 mulher. Com relação à idade, todos os habitantes eram adultos. Em comparação com os dados populacionais levantados do Porto de Santana, as únicas diferenças são a presença de pelo menos uma mulher nesse posto

²⁰⁸ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1983. p. 24.

avançado da Icomi, bem como a quantidade de habitantes, sendo 405 no Porto Platon e 249 no Porto de Santana, ou seja, quase o dobro.²⁰⁹ De qualquer forma, essa localidade perdeu sua importância a partir de 1961, quando a Icomi construiu as suas duas *company towns*: Serra do Navio e Vila Amazonas.

Saindo de Porto Platon, finalmente chegamos ao destino final de nosso itinerário que se encontra perto das minas de manganês que serão exploradas e exportadas, o acampamento de Serra do Navio.

Imagem 6 – Serra do Navio (1953)



JABLONSKY, Tibor. Construção de barracões para operários em Serra do Navio (AP). 1953. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49613>. Acesso em: 10 jul. 2021.

A fotografia da Serra do Navio durante o ano de 1953 nos mostra um acampamento ainda na fase obreira. Em linhas gerais, as construções dominam a paisagem, enquanto a vegetação e a floresta somem no horizonte. Isso tudo devido à escolha dos planos como rua principal e estabelecimentos em obras (1º plano), floresta e vegetação (2º plano). Esse tipo de enquadramento, assim como a *imagem 6*, visa enfatizar uma obra que está se impondo, mais uma vez, à floresta amazônica.

Durante o final da década de 1940, essa localidade servia apenas como um posto avançado da Icomi perto da região das minas, mas foi a partir da década de 1950 que começou a se formar um acampamento que abrigou uma quantidade exemplar de habitantes em comparação com outros povoados como Mazagão Velho e Ferreira Gomes, como afirma Adalberto Paz em *Os Mineiros da Floresta*, a partir do censo demográfico de 1951:

²⁰⁹ AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá... Op. cit.*, p. 22.

No começo dos anos 1950, Serra do Navio já abrigava uma quantidade significativa de habitantes (306) se comparada a outras vilas como Mazagão Velho (254) e Ferreira Gomes (236), muito mais antigas. Possuía, inclusive, sua própria unidade escolar, instalada e mantida pelo governo territorial. Na verdade, o crescimento demográfico em todo o Amapá havia sido bastante expressivo, destacando-se a capital, que iniciou aquela década contando 10.094 pessoas, ou seja, dez vezes mais do que em 1940.²¹⁰

Por outro lado, no tocante ao censo demográfico do ano de 1954, foram registrados apenas 109 habitantes (presentes). Desses 109, 62 (56,9%) eram homens e 47 (43,1%) eram mulheres. Com relação à faixa etária, 45 (41,3%) possuíam menos de 14 anos e 64 (58,7%) mais de 14 anos.²¹¹ Esses dados nos mostram que Serra do Navio era mais do que um acampamento de trabalhadores como Porto de Santana e Porto Platon. Sobre as habitações, Adalberto Paz afirma que havia 64 casas de madeira, em 1950, que foram “erguidas sobre estacas para evitar a umidade do solo e estavam de 8 a 10 metros acima do leito do rio”.²¹² No espaço interno, essas casas eram pequenas e ainda possuíam apenas um quarto, o que obrigava toda a família (e convidados) a dormirem juntos, ocasionando em diversas denúncias de agressão e defloramento na justiça comum.²¹³

Passando da fase de construção civil de toda a sua infraestrutura básica em finais do ano de 1956, a empresa começou a construir as suas duas *company towns*.²¹⁴ A primeira delas foi a própria Serra do Navio que, de um simples acampamento, se transformou, em 1958, em uma cidade com centro de saúde, escola, estabelecimentos para lazer e casas no estilo *American*

²¹⁰ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 95.

²¹¹ Chama-nos a atenção a disparidade de dados entre os censos de 1951 e 1954: frente aos 306 residentes aferidos no censo de 1951, temos apenas 109 registrados três anos depois. Não encontramos nenhuma resposta para tal discrepância. Porém, algumas hipóteses podem ser levantadas como a diferença do método de coleta, recorte geográfico, ausência de habitantes durante o censo ou ainda erros e omissões no preenchimento de dados. AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá... Op. cit.*, p. 22.

²¹² PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 99.

²¹³ Um exemplo desse tipo de denúncia: “Antônio Ferreira dos Santos, paraense, 32 anos, trabalhador braçal e analfabeto, parece ter causado significativos constrangimentos ao grupo que o acolheu no momento em que chegou com sua família a Serra do Navio no ano de 1951. Antônio foi denunciado por um dos moradores devido a supostos maus-tratos e espancamentos frequentes contra sua esposa. Porém, a denúncia inicial ficou absolutamente esquecida quando sua enteada - de apenas doze anos - foi chamada pelo comissário de polícia local, Clóvis de Moura, a fim de falar sobre o relacionamento que sua mãe tinha com Antônio, e revelou "ter sido, por duas vezes, ameaçada contra sua honra" pelo próprio padrasto. Ao invés de violência doméstica, Antônio acabou sendo indiciado por tentativa de estupro.” PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 100-101.

²¹⁴ De acordo com Adalberto Paz, as *company towns* são caracterizadas por cidades que além de serem construídas perto de áreas de exploração mineral, comportam uma infraestrutura básica como saneamento, saúde, habitação e lazer. Esse conceito se aplica perfeitamente as cidades da ICOMI no Amapá. Ver: PAZ, Adalberto. Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950. In: AMARAL, Alexandre et al. *Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açáí, 2011. p. 461-480.

*Way of Life*²¹⁵ para funcionários e corpo administrativo. A segunda *company town* foi construída em Porto de Santana e possuía as mesmas características de Serra do Navio. Concluída em 1960, a Vila Amazonas serviu para abrigar a maior parte dos trabalhadores da Icomi ligados ao próprio Porto de Santana.

Até aqui, alcançamos o limite do nosso trajeto no acampamento da Serra do Navio e as jazidas de manganês. Contudo, ainda falta a última frente de trabalho de todo esse percurso que se estende por todas as outras construções da Icomi (Porto de Santana, Porto Platon e Serra do Navio) em uma distância de 192 quilômetros, sendo caracterizada como a frente de trabalho mais extensa de toda a infraestrutura da empresa, a Estrada de Ferro do Amapá.

Os primeiros trabalhos começaram no ano de 1951, pelo menos é o que os registros de alguns funcionários da Icomi nos mostram, pois alguns trabalhadores foram transferidos para a estrada de ferro durante 1951.²¹⁶ Em uma outra fonte, no caso o relatório da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), os anos de 1951, 1952 e 1953 foram caracterizados pelos levantamentos preliminares da construção da ferrovia sob o comando da *Foley Brothers*:

Levantamentos preliminares, executados pela *Foley Bros. [Foley Brothers]* em 1951, seguiram a estrada de cascalho existente ao norte para Pôrto Grande [Porto Platon] no Rio Araguari, em vez de cortar mais diretamente por meio do interior em direção aos locais da mina. Essa rota foi considerada preferível por cruzar rios e terrenos menos acidentados, além de possibilitar o uso do

²¹⁵ O *American way of life* (estilo de vida americano) compreende a um modelo de sociedade pautado na ética do trabalho, na observância e prática das leis de Deus (cristianismo) e também na liberdade enquanto o melhor caminho para a prosperidade. Nesse sentido, o *American way of life* acabou se tornando o Sonho Americano (*American Dream*), criando a representação do estadunidense “médio” enquanto modelo ideal de indivíduo (e família) em diversos veículos de comunicação e entretenimento. Esse modelo de sociedade surgiu durante “a era de ouro” do século XX (1945-1973), mais especificamente em um contexto marcado tanto pela ascensão econômica dos EUA pós 1945, quanto pela criação e manutenção de políticas de bem-estar social (*welfare state*) em países do Norte Global e, de forma precária, em países do Sul Global. Ver: HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santana. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 253-281.

²¹⁶ Juvenal Vitório Rodrigues: “Transferido para a estrada de ferro em 16/10/1951”. Oldemar Santos: “Transferido para a estrada de ferro em 16/10/1951”. Francisco Pastana: “Transferido para a estrada de ferro em 1/11/1951”. Joaquim Holanda: “Transferido para estrada de ferro em 14/8/1951”. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP Registro do funcionário Vitório Rodrigues. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP Registro do funcionário Oldemar Santos. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP Registro do funcionário Francisco Pastana. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2. ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP Registro do funcionário Joaquim Holanda. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2.

transporte fluvial nos rios Araguari e Amaparí para a área da mina até a conclusão do trecho norte da ferrovia.²¹⁷

Passando o período de estudos e levantamentos, é somente a partir de 1954 que a estrada de ferro começa a ser erguida pelos trabalhadores da Icomi. Nesse ano, o jornal *Amapá* fez um artigo sobre a EFA. No artigo, o jornal anunciava a necessidade de aproximadamente 400 mil dormentes para serem fincadas na ferrovia. Com a impossibilidade de importar essa quantidade considerável de dormentes em tempo hábil, a Icomi iniciou um processo de financiamento e compra desse material na própria região, em troca, a companhia forneceria, para qualquer interessado, algumas “ferramentas a preço do custo, facilitando ainda a obtenção de gêneros alimentícios de acordo com os créditos estabelecidos em cada caso”.²¹⁸

À medida em que os dormentes chegavam, a Icomi avançava definitivamente na construção da estrada de ferro no mesmo ano do artigo do jornal acima. Além disso, é a partir justamente desse mesmo ano que começam a surgir fotografias dessa frente de trabalho.

Imagem 7 – Trabalhadores da Icomi fixando trilhos na Estrada de Ferro do Amapá (1954)



DORMENTES sendo fincados na ferrovia do Amapá. Disponível em: <http://santanadoamapa.blogspot.com/2018/05/1955-e-o-avanco-na-construcao-da.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

²¹⁷ “Preliminary surveys, run by Foley Bros. in 1951, followed the existing gravel road north to Pôrto Grande on the Araguari River rather than cutting more directly across country toward the mine sites. This route was considered preferable because it crosses fewer rivers and less rugged country, and also it makes possible the use of river transport on the Araguari and Amaparí Rivers to the mine area until the northern portion of the railroad is completed”. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Manganese in Brazil*. Langley: Office of Research and Reports, 1953. p. 30.

²¹⁸ 400 MIL Dormentes serão utilizados pela ICOMI na construção da Estrada de Ferro. *Amapá*, Macapá, 7 fev. 1954. p. 1;4.

A *imagem 7* nos apresenta o trabalho de fixação de dormentes e trilhos na Estrada de Ferro do Amapá com o auxílio do guindaste ferroviário. Na fotografia, o instantâneo tem como preferência a perspectiva da máquina (1º plano) enquanto os funcionários permanecem nos seus afazeres (2º plano). Nesse sentido, a intenção do fotógrafo é ressaltar o poder por meio dos “elementos que mostram o poderio da iniciativa empresarial”, que ocasiona em uma “escolha específica, que privilegia esta perspectiva majestosa do empreendimento, relacionado ao potencial quase mágico de poder energético e econômico”.²¹⁹ Aqui, a máquina e os trilhos eram novidade, mas a implementação desse modelo de labor nos moldes industriais na Amazônia (região com um longo histórico de trabalho extrativista tido como improdutivo) também era uma grande novidade. Embora o destaque possa parecer a máquina, esse suposto avanço em oposição ao dito atraso do interior do Brasil era garantido pela técnica e pela proletarização do trabalho.

No que concerne a presença de pessoas na *imagem 7*, observa-se que os operários estão trajados com chapéus (para se proteger do forte calor tropical), camisas de mangas curtas e calças, enquanto o funcionário que se encontra do lado direito do guindaste ferroviário trabalha sem chapéu, camisa, calçado ou qualquer tipo de proteção individual. Este último, provavelmente por conta do calor excessivo da zona tropical, entende que o vestuário e o equipamento de proteção individual aumentam a retenção de calor no corpo, o que prejudica o andamento do trabalho.

Por outro lado, é possível distinguir a posição social dos fotografados a partir de suas vestes.²²⁰ Além desses trabalhadores, constatamos a presença de mais três pessoas com trajes que os caracterizam enquanto trabalhadores qualificados ou de comando, na qual temos um engenheiro com capacete de segurança ajudando na fixação da linha ferroviária e dois outros funcionários vestidos com roupas que provavelmente indicavam que eram os chefes de turma naquela ocasião ou eram mais dois engenheiros (chapéu, camisa social de manga curta com botões e calça branca). Suas poses também os denunciam, enquanto os trabalhadores não qualificados geralmente portam algum equipamento e/ou estão exercendo a função no momento

²¹⁹ SPERANZA, Clarice. Imagens do ofício: representações fotográficas das minas de carvão gaúchas e de seus trabalhadores. In: DROPPA, Alisson. et al. (Orgs.). *História do trabalho revisitada: justiça, ofícios, acervos*. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2018. p. 218-219.

²²⁰ CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900-1930). 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2002.

do instantâneo, os funcionários qualificados e representantes da gerência ora estão observando os trabalhadores, ora estão transmitindo comandos para eles.

Ainda com relação as poses, nenhuma pessoa da *imagem 7* estava interessada em se ajeitar para a fotografia e, muito menos, olhar para a câmera, até porque era justamente a intenção do fotógrafo registrá-los enquanto executavam o trabalho. De qualquer forma, a imagem abaixo nos mostra alguns trabalhadores posando para a câmera:

Imagem 8 – Trabalhadores da Icomi na Estrada de Ferro do Amapá (1954)



TRABALHADORES fixando dormentes na Estrada de Ferro do Amapá. Disponível em: <http://santanadoamapa.blogspot.com/2018/05/1955-e-o-avanco-na-construcao-da.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

Ao contrário da *imagem 7*, essa fotografia foi registrada a partir do enquadramento centralizado nos trabalhadores com o veículo ferroviário que carrega as parafusadeiras escondido no horizonte, ou seja, o foco agora reside na força de trabalho. A partir desse enfoque, verificamos a presença de 13 trabalhadores, alguns estão utilizando a parafusadeira para fixar os trilhos nos dormentes, outros ficaram com picaretas e fixadoras para auxiliá-los, e certos trabalhadores verificam a posição ideal dos pregos. Chama a atenção que dois operários (canto inferior esquerdo e direito) estão olhando para a câmera com um olhar sério e cansado, mesmo que estejam em posição de trabalho como seus colegas, que simplesmente o evitam.²²¹ Nesse

²²¹ Caso parecido com esse foi relatado pela historiadora Clarice Speranza quando analisou as fotografias dos trabalhadores do carvão do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX: “Em foto ainda mais posterior, provavelmente dos anos 1950, os retratados estão sentados no chão da mina, em um momento de descanso. Nas paredes, roupas e marmitas dependuradas. Estão vestidos de bermudas e camisas, com alpargatas e chapéus ou gorros (para proteger a cabeça devido ao fato de o teto da mina ser muito baixo) [...] Chama a atenção que os operários aqui não se deram ao trabalho de levantar para posar para o fotógrafo; os dois em primeiro plano simplesmente o ignoram (um fuma um cigarro) e os demais o encaram com indiferença e até um certo ar de desprezo. Não há medo, não há humildade, não há submissão nestes olhares, apesar de ser visível o cansaço, a sujeira e a degradação dos homens.” Ver: SPERANZA, Clarice. *Imagens do ofício... Op. cit.*, p. 225.

caso, o fotógrafo é notado, mesmo que o sentido de tirar um instantâneo da realização do trabalho ainda exista.

Com relação ao vestuário dos operários, a maioria está utilizando chapéu, camisa, calça *jeans* e bota, com exceção de dois funcionários (canto superior esquerdo e direito) que não estão utilizando bota e somente um com a camisa desbotada. Na fotografia, os operários não só estão seguindo um padrão de vestimenta para o trabalho, como também de proteção individual, pois todos os 4 funcionários responsáveis pelas parafusadeiras estão utilizando luvas de proteção e segurança.

Por fim, a descrição das frentes de trabalho, assim também como das habitações dos trabalhadores foi de extrema importância para a análise das condições de labuta no projeto Icomi. A partir das fotografias, foi possível ter, mesmo que com base em pistas de pequenos fragmentos que foram “congelados no tempo”, um pequeno vislumbre dos locais de trabalho dos funcionários da mineradora. Resta-nos, agora, adentrar nos meandros dos próprios acidentes de trabalho e, posteriormente, nas doenças que acometeram o operariado icomiano durante a década de 1950.

3.2 Acidentes e doenças do (e no) trabalho: um perfil

O antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, ao caracterizar as condições de trabalho da construção da cidade de Brasília durante a década de 1950, pondera que “um grande projeto implica [em] uma articulação de várias obras parciais cujo resultado é o produto final, operando como um todo”.²²² Seguindo o raciocínio desse autor, projetos que acontecem em áreas comumente afastadas demandam uma infraestrutura inicial e criação de condições para a chegada de milhares de trabalhadores. Dessa forma, elaboram-se situações bem específicas como grandes volumes de empregos; salários acima da média local; seleção desregulamentada e flexível da força de trabalho; intensa atividade produtiva e grandes acampamentos com alojamentos para os trabalhadores.²²³

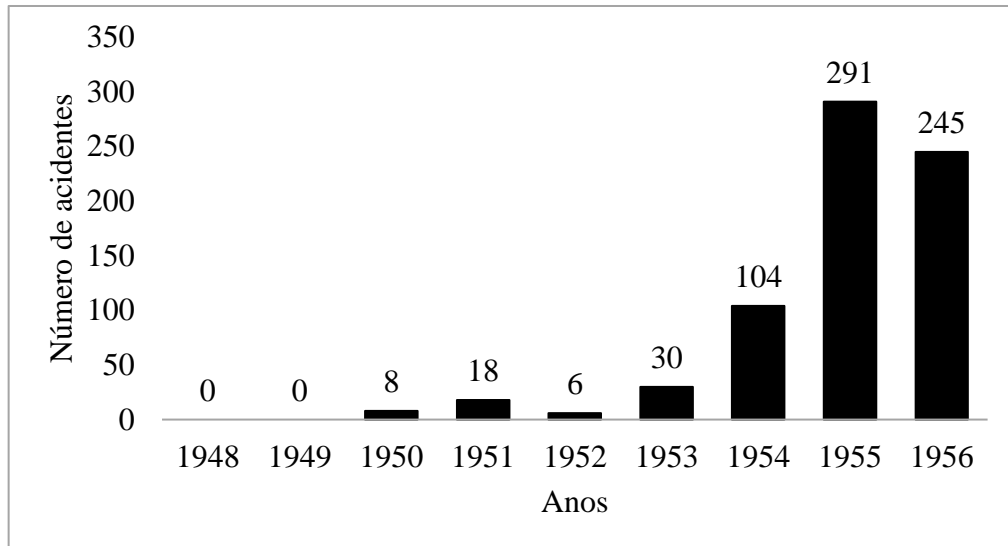
Todas essas características correspondem aos momentos iniciais do projeto de exploração mineral do Amapá, como foram demonstradas ao longo da segunda seção. Porém, todos os itens descritos acima geraram consequências negativas para os trabalhadores analisados por Gustavo Ribeiro e, de certa maneira, para os funcionários da Icomi. O ritmo

²²² RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UnB, 2008. p. 22.

²²³ *Ibidem*, p. 22

intenso do trabalho, as funções de risco, os ambientes insalubres, a relativa ausência da família (e de formas de lazer), o controle patronal e os prazos pré-estabelecidos são indícios de um ambiente propício a constantes acidentes de trabalho. Vejamos, no gráfico a seguir, o número de sinistros laborais referente aos trabalhadores icomianos:

Figura 11 - Acidentes de trabalho registrados durante o projeto Icomi (1948-1956)



Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

Entre o período de 1948 e 1956, houve, segundo os registros de empregados, um total de 703 acidentes de trabalho. Chama-nos a atenção os acidentes durante os anos de 1954 a 1956, fase verdadeiramente obreira da Icomi e de implantação do projeto. Nesse recorte, 104 (14,81%) foram registrados em 1954; 291 (41,45%) ocorreram em 1955, e, no ano seguinte, em 1956, houve 245 (34,90%), totalizando 640 sinistros laborais no projeto Icomi. Na terminologia estatística, os anos de 1954 a 1956 foram caracterizados pela porcentagem de 91,16% de acidentes de trabalho durante todo o período estudado.²²⁴

Com relação ao perfil dos acidentados, 700 (99,6%) aconteceram com trabalhadores e apenas 3 com trabalhadoras (1 enfermeira-chefe, 1 lavadeira e 1 cozinheira), o que confirma o fato da maioria dos acidentados serem homens.²²⁵ No caso da faixa etária dos acidentados, foram registrados 114 no grupo de 15 a 19 anos; 368 no grupo de 20 a 29 anos; 167 no grupo de 30 a 39 anos; 41 no grupo de 40 a 49 anos; 10 no grupo de 50 a 59 anos; 1 no grupo de 60 a

²²⁴ Estamos levando em conta que, entre 1954 e 1956, a empresa possuía muito mais trabalhadores em seus quadros do que no período anterior. Entretanto, salta aos olhos a quantidade de acidentes nos registros de empregados nesse recorte temporal.

²²⁵ ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por sexo - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

77 anos; e 2 acidentados sem a informação de idade. A partir desses números, fica evidente que a maioria dos acidentados eram jovens e adultos que possuíam entre 20 e 39 anos, somando assim 535 acidentes (76,1%) entre 1948 e 1956.²²⁶

A respeito da origem dos trabalhadores acidentados, 531 (79,3%) eram da Amazônia; 112 (16,7%) do Nordeste; 26 (3,9%) do Sudeste; e 1 (0,1%) do Sul. Dentre os trabalhadores da Amazônia, 359 (53,6%) vinham do Pará e 159 (23,7%) do Amapá. Em resumo, a maioria dos acidentados eram da Amazônia e do Nordeste, sendo 518 acidentes no total, contabilizando 77,3% de todo o universo amostral.²²⁷ No tocante à nacionalidade, contabilizamos 670 (95,3%) brasileiros; 32 (4,6%) estrangeiros;²²⁸ e 1 (0,1%) brasileiro naturalizado.

As profissões também são bons indicativos para perceber quais foram as categorias mais afetadas pelo sinistro laboral no projeto Icomi. Segundo os registros, identificamos - no caso das dez categorias profissionais que mais registraram acidentes - 435 (32,17%) braçais; 65 (4,81%) mecânicos; 56 (4,14%) carpinteiros; 31 (2,29%) capatazes/vigias; 30 (2,22%) operadores de máquinas pesadas; 18 (1,33%) motoristas; 15 (1,11%) lubrificadores; 9 (0,67%) cozinheiros; 9 encanadores (0,67%); e 8 (0,59%) assistentes/auxiliares. Nesse caso, os braçais se destacam em quantidade de acidentes, com um índice de 32,17%, bem acima das demais categorias.²²⁹

Em resumo, o perfil dos acidentados não difere dos dados estatísticos da força de trabalho da companhia que foi analisada na seção II. Tanto a mão de obra no geral, quanto os acidentados obedecem ao mesmo perfil, nesse caso, homens jovens e solteiros que, em sua maioria, migraram de outras partes da Amazônia (principalmente do Pará) e que exerciam cargos não especializados (braçais). Contudo, tais estatísticas nos mostraram exclusivamente características acerca da composição dessa força de trabalho. Elas indicam apenas informações básicas e não respondem a questões mais complexas e internas dos acidentes de trabalho. Um exemplo bem claro disso é que as estatísticas nos apontam “quem” eram os acidentados e, muitas vezes, “quando” os acidentes aconteceram, mas não nos mostra “como” se dava todo o

²²⁶ ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por idade - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

²²⁷ ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por região - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

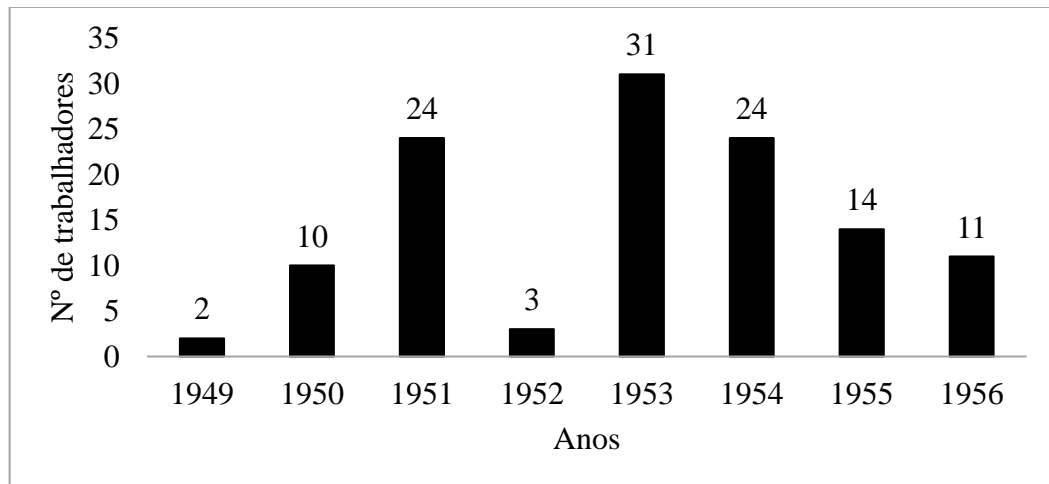
²²⁸ 14 italianos, 10 espanhóis, 5 ingleses, 1 letoniano, 1 francês e 1 polonês. Ver: ACIDENTES de trabalho durante o projeto Icomi, por nacionalidade - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

²²⁹ ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por função - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

processo e, muito menos, as impressões dos sujeitos sobre os eventos. Para as duas últimas questões, dependemos de fontes mais qualitativas, tais como fichas de funcionários, registros de empregados e processos judiciais.

Se por um lado o acidente “era um acontecimento agudo, violento, que representava uma interrupção súbita do processo de trabalho, portanto, mais difícil de ser omitido”, por outro, a doença, em muitos casos, se estabelecia de forma lenta e gradual. Nesse sentido, os trabalhadores continuavam os seus afazeres normalmente até o momento em que ficavam incapacitados, descobrindo assim a existência de alguma doença de longa data.²³⁰ Uma outra questão que levanta debates acerca dessa discussão no campo da medicina do trabalho é se determinadas doenças possuíam ou não relação com o trabalho.²³¹ É por conta das características acima que geralmente se verifica a baixa notificação desses casos frente aos acidentes nos mais diversos ramos e setores econômicos, incluindo na atividade produtiva que estava sendo realizada no projeto Icomi entre 1948 e 1956.

Figura 12 - Doenças do trabalho registradas durante o projeto Icomi (1949-1956)



Fonte: banco de dados elaborado pelo autor.

²³⁰ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História. In: OLIVEIRA, T. B. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015. p. 226-227;234.

²³¹ Sobre essa questão, ver a tese de doutorado de Anna Beatriz de Sá Almeida, que investigou as doenças do trabalho no Brasil durante o início do século XX. A pesquisadora abordou os debates intelectuais no recém-criado campo da medicina do trabalho e as políticas públicas de saúde adotadas naquele contexto, como exemplo o debate entre patrões e empregados na Justiça acerca do nexos causal entre as condições de trabalho e a contaminação por Tuberculose, ou seja, se a doença poderia ou não ser classificada como “decorrente do trabalho”. ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. *As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador: uma contribuição da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950)*. 2004. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

De acordo com a *figura 12*, o total de moléstias profissionais durante o período estudado foi de 119, tendo como momento inicial o ano de 1949, pois, no ano anterior, em 1948, não foram registrados trabalhadores acometidos por doenças. Com relação à porcentagem de doentes em comparação com o total de trabalhadores por ano, verificamos taxas de 9% para 1949; 7% para 1950; 5% para 1951; 1% para 1952; 6% para 1953; 2% para 1954; e 1% para 1955 e 1956. Essas porcentagens nos indicam que, apesar de existirem dois anos com poucos trabalhadores doentes como 1949 e 1952, a proporção se mostrou diferente, pois, em 1949, a Icomi possuía apenas 23 trabalhadores em seu quadro, o que explica a maior porcentagem da série, enquanto em 1952 apenas 3 de 440 funcionários ficaram doentes. A mesma lógica vale para os outros períodos em que a média de acidentes se mostrou muito baixa, não passando de 6%.²³²

No caso da evolução histórica, percebemos algumas oscilações que podem ser separadas em três momentos: entre 1949 e 1951, o ano de 1952 e por fim os anos de 1953 a 1956. O primeiro recorte pode ser caracterizado pelo aumento constante de doentes, pois, de 1949 a 1950, foi registrado um aumento percentual de 80%, enquanto de 1950 a 1951, aconteceu outro aumento percentual, dessa vez, de 58%. O segundo período diz respeito à queda abrupta de doentes no projeto Icomi. Não se sabe a razão e nem como isso aconteceu, mas houve uma redução de -87,5% de doentes de 1951 a 1952. Por fim, o último recorte apresenta um aumento percentual de 90% para o ano de 1953, e, por fim, entre 1954 e 1956, a tendência da taxa de doentes ficou marcada pela redução constante.²³³

No tocante ao perfil dos trabalhadores icomianos que sofreram moléstias, temos, de um total de 119, apenas 3 (2,5%) mulheres e 116 (97,5%) homens, mesmo perfil da força de trabalho e dos acidentados.²³⁴ Sobre a idade, 47,9% dos doentes estavam na faixa etária de 20 a 29 anos, seguidos pelos 23,5% que tinham entre 30 e 49 anos e pelos 16% de 15 a 19 anos de idade.²³⁵ Em relação à origem dos funcionários doentes, 82,5% eram da Amazônia (59,6% do Pará e 21,1% naturais do Amapá); 13,2% do Nordeste; e 4,4% da região Sudeste.²³⁶ No tocante

²³² DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por taxa de doenças (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

²³³ DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por taxa de doenças (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

²³⁴ DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por sexo - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

²³⁵ DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por idade - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

²³⁶ DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por região - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

à categoria profissional, 34,38% dos trabalhadores que ficaram doentes eram braçais, enquanto o restante se dividia em pequenas porcentagens: mecânicos (3,13%), carpinteiros (2,68%), motoristas (2,23%), Vigias (1,79%), Operadores de máquinas pesadas (1,34%), dentre outros.²³⁷

Contudo, esses dados, em um primeiro momento, podem nos enganar, pois, como foi abordado acima, a taxa percentual de doentes é calculada com base no número total de trabalhadores em determinado ano. Nesse sentido, a taxa será baixa em uma data em que houve 24 trabalhadores doentes em comparação com um total de 1340 trabalhadores (1954), mesmo que isso, se comparado com outros períodos, simbolize um número elevado de funcionários doentes.²³⁸ Enfim, as taxas anuais e a evolução histórica são excelentes métodos de análise quantitativa, mas produzem armadilhas que podem invisibilizar os trabalhadores acometidos pelas moléstias e todo o processo de adoecimento de seus corpos. Por conta disso, é importante que se verifique, primeiramente, a relação entre condições de trabalho e acidentes e, posteriormente, a ligação entre saúde e doença no Amapá entre as décadas de 1940 e 1950 para que se compreenda melhor a força de trabalho da Icomi. Para isso, contaremos com fontes mais qualitativas sobre os acidentes, abordaremos os registros de funcionários, as fichas dos trabalhadores e um processo de sindicância interna. Com relação às doenças, utilizaremos os registros e as fichas de funcionários, analisaremos alguns artigos do jornal *Amapá* e um relatório sobre as atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944.

3.3 Acidente, adoecimento e fadiga

Os primeiros acidentes que se têm registro no projeto Icomi remetem ao período em que os trabalhadores adentravam a floresta com o intuito de erguer toda a infraestrutura produtiva da empresa. Esse trabalho era exaustivo e ocorria o dia inteiro sob um calor escaldante do clima tropical. O braçal A. Aquimé, trabalhador migrante de Cametá (Pará), solteiro, 20 anos, admitido no dia 10 de setembro do ano 1952, sofreu, no final daquele mesmo ano, um “golpe de machado no pé esquerdo quando fazia desmatação [sic] na estrada de Terezinha”.²³⁹ Outro funcionário que merece destaque é A. da Silva, natural de Limoeiro, Ceará, 41 anos,

²³⁷ DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por função - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

²³⁸ Sobre isso, podemos supor - ao levar em conta os problemas relacionados ao registro de doenças - a existência de subnotificação nos casos de trabalhadores acometidos por moléstias no projeto Icomi. Por exemplo: em alguns registros de empregados que foram analisados, o campo “doenças” estava vazio, enquanto no campo “observações” houve a notificação de um afastamento para “tratamento de saúde”. Nesse sentido, é preciso indagar se o tratamento de saúde foi realizado para curar uma doença do (e no) trabalho que não se encontra na fonte.

²³⁹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Aquimé*. Macapá: [s.n.], 1952. p. 2.

admitido como braçal no dia 4 de abril de 1953, que acabou “acidentado em serviço, quando em trabalho de roçado; [sofrendo um] corte de terçado no dedo ind. Esq.”.²⁴⁰ Nesse acidente, destacamos a ferramenta do acidente, o “terçado”, uma espada curta de uso comum no roçado amapaense que fora utilizado pelos trabalhadores da companhia para “abrir” a floresta e consequentemente viabilizar o projeto de exploração mineral durante o início da década de 1950. Ainda nesse contexto, observou-se que animais selvagens, habitantes naturais da floresta, também causavam acidentes de trabalho nas derrubadas da mata pelos trabalhadores icomianos. No ano de 1951, o Braçal M. do Santo, um afuaense (Pará) casado de 27 anos, acabou sendo “picado por uma cobra”.²⁴¹ Algum tempo depois, no mesmo ano, M. Cavalcante, - braçal, natural de Piauí, solteiro, com residência no acampamento da Serra do Navio -, foi “dispensado pelo médico por ter sido picado por escorpião”.²⁴²

Além dos equipamentos perigosos e dos animais selvagens, o próprio serviço de cortar as árvores era igualmente perigoso. Isso incidia no cálculo que os trabalhadores faziam sobre o local de queda das árvores após a finalização do corte para evitar um acidente que, em muitos casos, poderia ser fatal. Em outras situações, mesmo após o serviço de corte, o transporte desses troncos poderia causar acidentes. Temos como exemplo o trabalhador M. Matos, um braçal paraense de 22 anos que, no dia 24 de outubro de 1951, em um “terreno montanhoso e coberto de densa mata tropical, [estava em] serviço de transporte (pernas-mancas) [e] aconteceu de cair, na posição sentado, sobre o tóco de árvore”.²⁴³ Com isso, evidenciamos que os “desbravamentos” dos trabalhadores da Icomi realizados floresta adentro possuíam uma dose de perigo devido à utilização de ferramentas perigosas, da ausência de equipamentos adequados e seguros, de animais à espreita e também por conta das condições geográficas e “inerentes” à atividade de desmatamento.

Agora, nas dependências da empresa, também houve um número considerável de acidentes de trabalho entre braçais, carpinteiros e mecânicos. No acampamento Terezinha, o braçal paraense de 17 anos chamado S. Silva sofreu um “baque no ante-braço direito” no dia 20 de março de 1952, sendo “mandado à Macapá para tirar radiografia”.²⁴⁴ Outro caso foi o do carpinteiro A. Araújo, um migrante cearense de 34 anos que, nesse mesmo ano, sofreu um

²⁴⁰ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. da Silva*. Macapá: [s.n.], 1953. p. 2.

²⁴¹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário E. Conceição*. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2.

²⁴² ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário M. Cavalcante*. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2.

²⁴³ ICOMI/AP. Pedido de assistência médica. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário M. Matos*. Serra do Navio: [s.n.], 1951. p. 3-4.

²⁴⁴ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário S. Silva*. Macapá: [s.n.], 1952. p. 2.

“golpe no grande artelho do pé esquerdo”.²⁴⁵ Entre os mecânicos, o paraense de 30 anos, R. Andrade, acabou sofrendo um acidente em 1951, quando, “em serviço na oficina mecânica, ao soldar um tanque de motor, teve o ante-braço esquerdo apanhando pela chama do maçarico de que servia”.²⁴⁶

Os casos descritos acima dizem respeito às lesões temporárias, sem muito risco da perda de membros do corpo ou óbito. Nesse sentido, exigiam-se apenas tratamentos básicos e o trabalhador já poderia retornar ao serviço dentre alguns dias ou semanas. Por conta disso, eles eram tratados no posto médico da Serra do Navio e, em outros casos, no Hospital de Macapá. No campo previdenciário, de acordo com o historiador Adalberto Paz, foi somente a partir de 1953 que os funcionários icomianos começaram a contar com uma instituição responsável pelos pagamentos indenizatórios de sinistros laborais no Amapá, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas – IAPETC.²⁴⁷

Ainda segundo Paz, os acordos de pagamento de acidentes de trabalho eram homologados no IAPETC, e os primeiros processos indenizatórios começaram a surgir em 1960, tendo como referência alguns acidentes que aconteceram em até meia década antes.²⁴⁸ Um caso que indica essa situação foi o sinistro laboral que aconteceu com o carpinteiro A. Mesquista, no dia 21 de setembro de 1955, em Porto Platon, quando, em serviço de carpintaria, acabou tendo a mão esquerda apanhada pela serra.²⁴⁹ Foi somente no dia 29 de março de 1961, seis anos depois do acidente, que o IAPETC abriu um pedido de homologação de acordo para o pagamento de acidente de trabalho.²⁵⁰ De qualquer forma, o processo correu bem e quatro meses depois o IAPETC homologou o pagamento de uma indenização de Cr\$: 36.864,00 ao carpinteiro²⁵¹, valor esse que correspondia a um pouco mais do que dois salários-mínimos e meio em 1961. De qualquer forma, a indenização foi paga pela Icomi em 24 de julho, dez dias após o parecer do instituto previdenciário.²⁵²

²⁴⁵ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Araújo*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

²⁴⁶ ICOMI/AP. Pedido de assistência médica. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário R. Andrade*. Serra do Navio: [s.n.], 1951. p. 4.

²⁴⁷ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta...* *Op. cit.*, p. 183-84.

²⁴⁸ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta...* *Op. cit.*, p. 183-84.

²⁴⁹ Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1446, caixa 83, 1961. fl. 1.

²⁵⁰ *Ibidem*, fl. 2.

²⁵¹ *Ibidem*, fl. 4.

²⁵² *Ibidem*, fl. 5.

Entre as frentes de desmatamento e outras empreitadas da Icomi, os acidentes de trajeto,²⁵³ ou seja, na estrada, também se fizeram presentes. O motorista J. Machado, admitido no dia 15 de janeiro de 1954, 28 anos, português, casado, morador do bairro do trem, “causou um acidente [de trânsito] e foi embora sem autorização”.²⁵⁴ Nesse mesmo ano, M. Brito, 19 anos, amapaense, solteiro, admitido como braçal no dia 7 de janeiro de 1954, acabou sendo suspenso “por ter dirigido com imprudência e por ter batido o carro em outra ocasião”.²⁵⁵ Em outros casos, como de costume, acidentes de trajeto causavam fatalidades, situação vivenciada pelo paraense R. Monteiro, que fora admitido em 25 de abril de 1953, aos 29 anos, para trabalhar como braçal na empresa. No dia 2 de julho de 1954, o trabalhador “sofreu um acidente na derrapagem (Macapá-Cleverlândia no Km 1) do caminhão nº 2, vindo a falecer em virtude de ter o [seu] crânio esmagado por um tambor”.²⁵⁶

Enfim, existem mais registros de acidentes desse tipo no projeto Icomi, indicando que era um fato recorrente entre os trabalhadores da empresa. De qualquer modo, os acidentes de trajeto aconteciam em vias que geralmente não possuíam pavimentação e em caminhos que exigiam alta precisão do motorista, principalmente quando em épocas de chuva boa parte da estrada ficava inundada (como foi discutido na primeira seção desta pesquisa). Seja como for, esse tipo de acidente tinha mais relação com as condições climáticas (chuva), logísticas (ausência de pavimentação, sinalização e iluminação) e até mecânicas (automóvel) do que com o erro individual dos motoristas.

Nas frentes de trabalho, carros e caminhões também causavam acidentes com frequência, visto que estamos falando de um contexto marcado pela locomoção de equipamentos e materiais de construção entre as dependências da Icomi.²⁵⁷ Dessa forma, veículos poderiam colidir com trabalhadores ou com outros automóveis. A. Queiroz, por exemplo, admitido no dia 8 de outubro de 1952, 28 anos, natural do Pará, solteiro, recebeu uma suspensão “por ter batido um operário com o caminhão”.²⁵⁸ Em uma outra ocorrência, o braçal de 28 anos, A. Dias, ao dirigir um veículo de transporte de trabalhadores (ubá), na Serra do

²⁵³ Segundo a Lei n.º 8.213 de 1991, o acidente de trajeto que ocorre durante a locomoção do trabalhador, mas considerado um sinistro laboral por conta dessa movimentação obrigatória da casa para o trabalho, do trabalho para casa ou ainda entre os estabelecimentos e empreitadas da empresa. Contudo, antes de 1991, o acidente de trajeto era bem específico e bem difícil de ser considerado como tal tanto pelos trabalhadores quanto pelos patrões e autoridades estatais.

²⁵⁴ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário J. Machado*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

²⁵⁵ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário M. Brito*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

²⁵⁶ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário R. Monteiro*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

²⁵⁷ PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 132-133.

²⁵⁸ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Queiroz*. Macapá: [s.n.], 1952. p. 2.

Navio, no dia 16 de maio de 1952, colidiu violentamente com outro veículo que trafegava em direção aos escritórios da empresa, acidentando o motorista M. Picanço. Por isso, A. Dias acabou sendo demitido com justa causa alguns dias depois.²⁵⁹

Um assunto que também tem relação com esses acidentes é a forma que os trabalhadores ascendiam na empresa. Na historiografia da Icomi, antigos funcionários da companhia relataram para historiadores que suas carreiras profissionais, muitas vezes, perpassavam pelo “aprender na prática”. Sendo mais específico, um braçal tinha interesse em virar um operador de máquinas pesadas, contudo, a ausência de habilitação e treinamento em uma região que carecia desse tipo de profissional acabava criando condições para que trabalhadores não-especializados aprendessem a manusear um trator ou um guindaste nos intervalos do trabalho com o auxílio de um “veterano”.²⁶⁰ Esse tipo de situação, quando descoberta pela Icomi, acabava terminando em suspensão, principalmente quando o funcionário danificava as máquinas, como o que aconteceu com o operador de máquinas pesadas de 34 anos, S. Souza, suspenso por 3 dias entre 10 a 13 de fevereiro de 1955, “por entregar, sem a devida autorização, o trator em que trabalhava a um operador inexperiente, ocasionando danos na máquina”.²⁶¹

Se os entrevistados demonstraram orgulho dessa experiência, foi porque conseguiram ascender na empresa e alavancar postos de trabalho almejados depois de tentativa e erro, pois a aprendizagem é uma atividade lenta e processual. Esse tipo de situação acontecia não só com quem sonhava com o posto de operador de máquinas pesadas, mas também com quem almejava ser admitido em profissões consideradas “técnicas”, como a carpintaria. Dessa maneira, o funcionário paraense M. Santos, de 45 anos, foi demitido no dia 28 de junho de 1954 “por não ter sido aprovado no período de experiência, [sendo] muito vagaroso e [possuindo] pouco conhecimento de sua profissão”.²⁶²

A partir do que foi exposto acima, conjecturamos que o “aprender na prática” consistiu em um fenômeno que poderia aumentar o risco de acidentes de trabalho. Um carpinteiro como

²⁵⁹ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário A. Dias*. Serra do Navio: [s.n.], 1952. p. 6.

²⁶⁰ O trabalho que mais fala sobre esse assunto entre os trabalhadores da Icomi é a já citada dissertação de mestrado de Daniel Chaves de Brito. Ver: BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. 1994. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 1994. Além do estudo de Brito, o mesmo fenômeno se encontra nas pesquisas de Adalberto Paz, Anderson Tavares e Elke Nunes.

²⁶¹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário S. Souza*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2.

²⁶² ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário M. Santos*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

M. Santos que foi demitido durante o período de experiência poderia, no futuro, ter perdido um dedo, a mão ou até mesmo um dos braços por conta de sua inexperiência. Por outro lado, um braçal que observava o operador de máquinas pesadas “veterano”, ao conseguir a vaga, possuía mais chances de causar acidentes do que um profissional treinado e capacitado. Com isso, não estamos afirmando que os trabalhadores que buscavam maneiras de ascender profissionalmente por meio de possibilidades que existiam naquele momento sejam os principais causadores de acidentes, mas sim que a ausência de profissionais habilitados (a empresa tinha que trazer esses trabalhadores das regiões Centro-Sul) e a inexistência de cursos de treinamento no Amapá foram decisivos para esse número considerável de acidentes do (e no) trabalho durante a fase de implementação do projeto Icomi no Amapá.

Até aqui, versamos sobre alguns sinistros laborais que podem ser facilmente identificados, pois, de certa maneira, geram contusões, lesões, cortes e rupturas nas partes do corpo, situações em que a ligação entre o acidente e o corpo demonstra causalidade evidente. Entretanto, entraremos em uma área mais nebulosa, que atribui a fadiga e o cansaço como indícios de acidentes do (e no) trabalho, fugindo da simples explicação de causa e efeito que autoridades e demais envolvidos estabelecem entre os eventos durante o momento do acidente.

Segundo Diego Armus²⁶³ e Oscar Gallo²⁶⁴, a discussão sobre a fadiga moderna entende o corpo humano como um sistema de economia com certa quantidade de energia a disposição. Tendo isso em mente, médicos e industriais começaram a racionalizar e controlar tal “energia”, visando elevar as capacidades humanas ao limite tolerável antes de gerar efeitos negativos no corpo do trabalhador. Contudo, mesmo que tal concepção tenha se estabelecido na ciência médica e nos padrões administrativos empresariais durante o início do século XX, existem situações em que trabalhadores são exigidos para além do máximo permitido, ocasionando em problemas para sua saúde e bem-estar.

Sobre isso, o sono é um dos maiores exemplos de como as longas jornadas geram fadiga e cansaço tanto no trabalho quanto fora dele. O antropólogo José Sérgio Leite Lopes, ao estudar a experiência dos trabalhadores do açúcar instalados na zona da mata pernambucana, durante a década de 1970, comenta que as longas jornadas acabaram exercendo um processo

²⁶³ ARMUS, Diego. Excesos, fatiga laboral y enfermedad. Buenos Aires, 1880-1950. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 11-26, Jan./jun 2015. p. 26.

²⁶⁴ GALLO, Óscar. Luz sobre el fenómeno de un corazón aparentemente infatigable. La fatiga de la clase obrera en Colombia, 1898-1946. In: GALLO, Oscar; CASTAÑO, Eugenio. *La salud Laboral en el siglo XX y el XXI: de la negación al derecho a la salud y la enfermedad*. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2016. p. 237-238.

lento e gradual de esgotamento do corpo, o que reduziu consideravelmente a força vital dos trabalhadores da região. Esse fenômeno, segundo o autor, inverteu a esfera da vida privada e a esfera do trabalho, pois funcionários submetidos a longas jornadas acabaram levando o sono de casa para o trabalho ao mesmo tempo que levaram para casa a fadiga e o cansaço do serviço.²⁶⁵

No projeto Icomi, observamos essa relação entre fadiga e cansaço em alguns funcionários que acabaram sendo “pegos” dormindo ou “tirando um cochilo” durante as horas de serviço. Em 1950, o vigia de 36 anos chamado B. Moraes foi “suspense por 3 dias por dormir no plantão noturno”.²⁶⁶ Quatro anos depois, em 1954, outro vigia de 48 anos chamado M. Leão acabou dormindo durante o serviço, porém, teve um destino pior que o anterior, pois fora “demitido por ter dormido durante o serviço, [fazendo] com que houvesse um furto dentro do armazém de Macapá”.²⁶⁷ Por fim, em 1956, um braçal de 17 anos (sob o nome de F. Costa) acabou sendo suspenso em um período de 2 dias do serviço; o motivo, segundo a empresa, foi por ter sido encontrado dormindo logo após abandonar o trabalho em Serra do Navio.²⁶⁸ Nesse sentido, os exemplos acima dos vigias B. Moraes e F. Costa traduzem exatamente essa ponderação de José Sérgio Leite Lopes, ainda mais quando nos referimos a uma categoria que labuta em jornadas extremamente cansativas devido à vigilância constante.

Ainda sobre o assunto do descanso e do sono, descobrimos que, em certos casos, no projeto de exploração mineral do Amapá, os trabalhadores buscavam evitar a realização de trabalhos noturnos ou em horários não estipulados em contrato. Vejamos alguns casos, como o do carpinteiro L. Amoras - funcionário admitido em 22 de março de 1954, 30 anos, amapaense, casado e morador do bairro do Trem - que acabou sendo demitido porque, segundo a Icomi: “circunstâncias do serviço exigiram a execução do trabalho noturno. Tendo se recusado a trabalhar.”²⁶⁹ Ainda naquele mesmo ano, no mês de setembro, a companhia solicitou que mais dois carpinteiros fizessem o serviço noturno. Nesse caso, o carpinteiro recifense de 39 anos chamado C. Lima,²⁷⁰ assim como o carpinteiro paraense de 44 anos registrado com o nome de N. Souza²⁷¹ foram demitidos no dia 20 de setembro de 1954, por terem recusado igualmente a execução do trabalho noturno.

²⁶⁵ LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978. p. 78-79.

²⁶⁶ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário B. Moraes*. Macapá: [s.n.], 1950. p. 2.

²⁶⁷ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário M. Leão*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

²⁶⁸ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário F. Costa*. Macapá: [s.n.], 1956. p. 2.

²⁶⁹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário L. Amoras*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

²⁷⁰ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário C. Lima*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

²⁷¹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário N. Souza*. Macapá: [s.n.], 1954. p. 2.

Nesse caso, muito provavelmente, a Icomi tinha o interesse de acelerar a atividade produtiva da sua força de trabalho com o intuito de entregar as construções nos prazos estipulados. Por outro lado, os carpinteiros ponderaram sobre a situação e chegaram à conclusão de que os benefícios materiais do trabalho noturno não compensariam uma boa noite de descanso e recuperação. Infelizmente, por conta do autoritarismo empresarial e do regime excepcional de trabalho, a Icomi acabou demitindo esses funcionários por “insubordinação e indisciplina” simplesmente após não aceitarem trabalhar em regime de excepcionalidade.

Era esse o ambiente de trabalho durante o projeto Icomi no Amapá, um ambiente calcado na extrema exploração da força de trabalho por meio da ameaça da suspensão e da demissão. Por esse motivo, muitos trabalhadores, com medo de sofrer sanções ou de perderem o ganha-pão, acabavam aceitando as normas e os pedidos da Icomi, mesmo se eles, os trabalhadores, acreditassem que tais ações da companhia fossem injustas ou gerassem situações de periculosidade que poderiam causar acidentes de trabalho. Essa foi a situação vivenciada por J. Pinto - paraense, alfabetizado, 28 anos, solteiro- que sofreu, no dia 26 de janeiro de 1955, um choque elétrico de alta tensão quando executava o serviço no aparelho denominado “besouro” na cobertura de uma construção do Porto de Santana, perdendo o equilíbrio e caindo de uma altura de 11 metros. Como resultado, J. Pinto sofreu uma hemorragia interna grave. Após o acidente, J. Pinto acabou sendo encaminhado pelo serviço médico da companhia ao Hospital Geral de Macapá, não conseguindo resistir e morrendo horas depois.²⁷²

Com isso, dois dias após o acidente de trabalho, foi aberta uma sindicância policial dirigida pela 2ª Delegacia Auxiliar da Divisão de Segurança e Guarda para apurar as causas da morte do trabalhador. A primeira testemunha foi outro carpinteiro chamado O. Reis, um dos colegas de serviço do acidentado. Segundo o seu relato, o acidente com J. Pinto aconteceu enquanto O. Reis tomava banho, sendo “informado que o seu colega e amigo [...] havia caído ao solo, quando trabalhava na cobertura de barracão, conforme lhe disseram de um choque que recebera de um aparelho elétrico, conhecido por bezouro”. Após relatar o acidente, O. Reis reiterou que o acidentado “era um cidadão de bons costumes”.²⁷³ A seguir, foi a vez de F. Rodrigues testemunhar sobre o ocorrido, que descreveu não só o mesmo evento que O. Reis,

²⁷² Sindicância policial para apurar o acidente que veio a causar a morte do operário J. Pinto. Processo nº 1360, caixa 261, 1955. fl. 2. Esse acidente de trabalho já foi abordado por Adalberto Paz em sua dissertação de mestrado. Ver: PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 124-125.

²⁷³ Sindicância policial para apurar... *Op. cit.*, fl. 4.

como também enfatizou “que o mesmo tinha bom procedimento e era benquiste por todos os seus colegas”,²⁷⁴ demonstrando assim solidariedade de classe perante a justiça.

Porém, a próxima testemunha chamada L. Dias, apesar de confirmar o encadeamento de eventos dos depoentes anteriores, trouxe uma nova informação para a audiência, declarando que:

Por volta das dezessete horas e trinta minutos mais ou menos, o declarante encontrava-se trabalhando com outros operadores na cobertura de uma construção em Porto Santana, estando entre eles o operário [J. Pinto], que ao apertar parafuso, com um aparelho elétrico, denominado "besouro", perdeu o equilíbrio, em consequência de um choque que recebera, caindo ao solo, de uma altura mais ou menos de onze metros; que muito embora estivesse a uns vinte pés de distância do mencionado operário [J. Pinto], não chegou a assistir a queda do mesmo, sendo entretanto informado por [L. Dias], que estava trabalhando nas proximidades do mesmo; que, [J.] foi socorrido por todos os seus colegas, bem como pelo médico da Companhia que, o levou para a enfermaria, onde lhe ministrou os primeiros socorros, e como [J.] permanecesse desacordado, em virtude da violência da queda, veio transportado para o Hospital desta cidade, onde faleceu momentos após a sua entrada; que, desde a chegada de [J.] ao Porto de Santana, o declarante trabalhava em sua companhia; que ouviu dizer que os pais de [J. Pinto], residem no município de Gurupá, estado de Pará, podendo adiantar que o mesmo tinha bom procedimento e era benquiste por todos os seus colegas; que, na hora do acidente, o depoente junto com [J. Pinto] e outros operários, estavam trabalhando extraordinariamente, que tanto o declarante como [J. Pinto], já estavam trabalhando em horas extraordinárias, que comumente acontece na referida Companhia, em virtude da rapidez com que devem ser feitos esses serviços.²⁷⁵

A partir desse relato, percebemos que o depoente atribui como uma das possíveis causas do acidente de seu colega o fato de que ambos estavam trabalhando para além da jornada normal estipulada em lei e, acima de tudo, em um ritmo acelerado. Nesse sentido, L. Dias compreende que a morte de seu colega de profissão não foi uma simples fatalidade causada pelo erro humano e, muito menos, pelo risco inerente do serviço, mas sim por conta das condições de labuta em que o operário J. Pinto se encontrava, pois os acidentes de trabalho, “são produtos das relações sociais”, como bem afirma o sociólogo Tom Dwyer.²⁷⁶ Porém, o promotor público e o juiz responsável pelo caso chegaram a uma conclusão diferente. Segundo Adalberto Paz, o promotor público apenas disse que houve um “lamentável acidente de trabalho”, e o juiz do caso, em suas considerações finais, afirmou que não “havia crime a punir”.

²⁷⁴ *Ibidem*, fl. 5.

²⁷⁵ *Ibidem*, fl. 6.

²⁷⁶ DWYER, Tom. *Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e a produção social do erro*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 139.

Nesse sentido, Adalberto Paz conclui que as autoridades responsáveis apenas consideraram que o operário teve “azar” após tentar efetuar um serviço em condições perigosas e que a empresa e nem ninguém deveriam ser penalizados pela sua infeliz “desatenção”.²⁷⁷

Um último ponto sobre a questão da fadiga e do cansaço tem a ver com o consumo de bebidas alcóolicas por parte dos trabalhadores icomianos, ora para lidar com uma jornada de trabalho cansativa, ora para repor as energias gastas em um momento de lazer e diversão. Seja como for, a famosa “birita” - e o seu consumo de longo prazo e em grande quantidade no organismo (embriaguez) – não chegava a gerar qualquer tipo de estigma até meados do século XIX, sendo uma atividade costumeira entre trabalhadores, militares, fidalgos e religiosos.²⁷⁸ O estigma associado ao consumo de bebidas alcóolicas surgiu em 1852, com a invenção do termo “alcoholismo” por um médico sueco chamado Magnus Huss. A partir desse momento, houve a medicalização da bebida, se tornando, em um primeiro momento, uma “doença crônica que resultava na dependência do álcool”.²⁷⁹ Por conta disso, pesquisadores do campo da saúde começaram a se interessar pelo problema do consumo de bebidas alcóolicas, produzindo pesquisas que atribuíam a embriaguez à epilepsia e aos demais “problemas mentais”. Esses estudos atuavam sobre uma base eugenista, pois estabeleciam uma relação problemática de causa e efeito entre alcoholismo, raça e criminalidade no final do século XIX.²⁸⁰

No início do século XX, a crítica sobre o alcoholismo e seus efeitos também adentrava os mundos do trabalho. Segundo Patricio González e Juan Andrade, os próprios movimentos operários (mutualistas e anarquistas), a partir de uma noção moral sobre o alcoholismo, realizaram campanhas contra o consumo de álcool, promovendo assim alternativas recreativas mais saudáveis à “taverna”. Por outro lado, a classe empresarial - com o intuito de reduzir os conflitos laborais e assegurar uma mão de obra disciplinada e produtiva - criou campanhas associadas à “alimentação racional” dos trabalhadores, visando controlar (ou proibir) o consumo de bebidas alcóolicas nos locais de serviço.²⁸¹ Além dos movimentos operários e da classe empresarial, médicos e outros profissionais do campo da medicina do trabalho argumentavam que o alcoholismo alterava o equilíbrio, diminuía a atenção, aumentava o tempo

²⁷⁷ PAZ, Adalberto. Os mineiros da floresta... *Op. cit.*, p. 125.

²⁷⁸ CARTWRIGHT, Frederick; BIDDISS, Michael. *As doenças e a história*. Lisboa: Europa-América, 2003. p. 149.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 149-150.

²⁸⁰ VÁSQUEZ, María Fernanda. Degeneración, criminalidad y heredo-alcoholismo en Colombia, primera mitad del siglo XX. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 338-353, abr./jun. 2018.

²⁸¹ GONZÁLEZ, Patricio Herrera; ANDRADE, Juan Carlos Yáñez. Introducción. In: GONZÁLEZ, Patricio Herrera; ANDRADE, Juan Carlos Yáñez. *Alcohol y Trabajo en América Latina, siglos XVII - XX*. Experiencias económicas, políticas y socioculturales. Valparaíso: América en Movimiento, 2019. p. 9-11.

de resposta e ainda modificava a percepção das pessoas, características que poderiam causar atos inseguros, resultando em acidentes de trabalho. Por esse motivo, os primeiros códigos civis e leis trabalhistas consideravam que um contrato de trabalho poderia ser encerrado pelo empregador (por justa causa) quando se atestava que empregado ficava em estado alcoólico durante o serviço.²⁸²

Como vimos no final da seção anterior sobre as principais causas de demissões no projeto Icomi entre 1948 e 1956, tivemos um número razoável de trabalhadores que tiveram seus contratos rescindidos por “embriaguez (habitual ou no serviço)”, demonstrando que a mineradora buscava minar o acesso da sua mão de obra ao álcool. Como o nome já diz, esse tipo de demissão acontecia quando um funcionário era flagrado consumindo bebida alcóolica no serviço ou nas dependências da empresa. A princípio, a Icomi preferia advertir os seus trabalhadores, como a advertência recebida pelo braçal paraense de 22 anos chamado B. Nogueira, que pegou uma “suspensão de 3 dias por desrespeito ao seu chefe e embriaguez durante o serviço”.²⁸³ Em um outro caso, temos J. Silva, cozinheiro do restaurante do acampamento de Serra do Navio que foi suspenso por 1 dia (30 a 31 de maio de 1956) ao ser flagrado “ingerindo bebida alcóolica na hora do trabalho”.²⁸⁴ Por fim, nem mesmo o braçal paraense de 30 anos M. Silva escapou da suspensão por consumir álcool fora do serviço: “suspenso de 25 a 28.10.55 por ter sido flagrado bebendo aguardente no acampamento”.²⁸⁵

A demissão por embriaguez acontecia somente quando havia reincidência ou quando o trabalhador, nesse estado, causava confusão e distúrbios. Vejamos a situação de um braçal chamado M. Moreira. No dia 8 de junho de 1951, ele compareceu ao local de trabalho “em completo estado de embriaguês [...] recusando-se a trabalhar e quando advertido por seu colega D. Bentes, tentou esbofetear-lhe (sic)”. Segundo o documento, M. Moreira tinha sido apenas advertido pela empresa, porém, foi demitido, pois “não deixou seu ‘vício’ e na noite de 11 para 12 [de maio de 1951], altamente embriagado fez algazarra, perturbando dessa forma o sossego dos moradores do acampamento”.²⁸⁶

²⁸² GALLO, Óscar; VALDERRAMA, Jorge Márquez. Alcohóolismo, enfermedad social y trabajo en Colombia, 1861-1969. In: GONZÁLEZ, Patricio Herrera; ANDRADE, Juan Carlos Yáñez. *Alcohol y Trabajo en América Latina, siglos XVII - XX*. Experiencias económicas, políticas y socioculturales. Valparaíso: América en Movimiento, 2019. p. 98.

²⁸³ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário B. Nogueira*. Macapá: [s.n.], 1953. p. 2.

²⁸⁴ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário J. Silva*. Macapá: [s.n.], 1956. p. 2.

²⁸⁵ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário M. Silva*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2.

²⁸⁶ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário M. Moreira*. Serra do Navio: [s.n.], 1951. fl. 4.

Ainda sobre essas desordens e algazarras, o estabelecimento em que essas situações mais aconteciam era no restaurante da própria empresa. Ainda em 1951, no dia 21 de abril, o braçal chamado G. Silva “em estado completo de embriaguês, provocou forte algazarra, no recinto destinado à refeição dos empregados, dentro do acampamento desta Cia”.²⁸⁷ Três anos depois, no dia 30 de maio de 1954, o braçal D. Conceição chegou “alcoolizado ao extremo” no refeitório dos operários em Porto Platon e “dirigiu palavras ofensivas e altamente obscenas aos cozinheiros”. Por esse motivo, o comissário de polícia foi chamado para retirá-lo, sendo agredido pelo trabalhador, o que gerou sua apreensão pela autoridade e rescisão do contrato por justa causa um dia depois do ocorrido.²⁸⁸

Em outras situações, o estado alcóolico também era um fator a ser considerado em determinados acidentes de trabalho. No dia 10 de agosto de 1954, L. Gomes, paraense, braçal, solteiro, 27 anos, ao dirigir um caminhão da empresa durante o serviço, acabou causando um acidente em Macapá. Mais tarde, o laudo pericial acabou afirmando que o trabalhador estava embriagado, motivo que fez a empresa o demitir e ainda descontar de sua rescisão de contrato os valores referentes aos danos do veículo.²⁸⁹

Porém, é preciso que se faça uma reflexão acerca do consumo de bebidas alcóolicas no projeto Icomi. Foram encontrados documentos que nos mostram sua presença tanto nas dependências da empresa como nos locais de trabalho. Para além de toda moralidade e explicação médica “racional” acerca dos malefícios do alcoolismo, entendemos, por meio das fontes, que a relativa ausência da família e das formas de lazer nos estabelecimentos da mineradora impulsionava a presença da aguardente, mesmo que sob a norma proibicionista da companhia. Como vimos na seção II, quase 80% dos funcionários icomianos migraram para a região das atividades produtivas (*figura 5*) e 64,53% de toda força de trabalho da companhia era composta por trabalhadores solteiros (*tabela 5*). Mesmo entre os solteiros, a tabela sobre os “beneficiários” (*tabela 6*) nos mostra uma grande quantidade de “mães” que, na maioria dos registros dos empregados analisados, não moravam na mesma residência de seus filhos que labutavam nas frentes de trabalho da companhia. De qualquer forma, não podemos descartar a possibilidade desses trabalhadores solteiros buscarem na “birita” uma forma de lidar com essa

²⁸⁷ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário G. Silva*. Serra do Navio: [s.n.], 1951. fl. 12.

²⁸⁸ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário D. Conceição*. Macapá: [s.n.], 1954. fl. 3.

²⁸⁹ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário L. Monteiro*. Serra do Navio: [s.n.], 1954. fl. 8-9.

carência afetiva. Por outro lado, o fato de funcionários consumirem a “birita” durante o serviço também pode nos indicar que se fazia necessário recuperar, de forma rápida, as energias gastas em atividades longas e cansativas. Analisando a partir dessa perspectiva, podemos supor que as extensas jornadas de trabalho - somadas ao distanciamento da família do trabalhador solteiro – impulsionaram os casos de alcoolismo e embriaguez no projeto Icomi.

Em síntese, procurou-se demonstrar que os acidentes de trabalho no projeto Icomi, durante os anos de 1948 e 1956, foram causados pelas condições sociais em que os trabalhadores estiveram submetidos, marcados tanto pelo autoritarismo da empresa, quanto pela pressão em terminar as empreitadas no tempo estipulado. Por conta disso, destacamos que houve um processo de adoecimento entre os funcionários, aumentando assim o risco de acidentes de trabalho. Sobre os acidentados, vimos que alguns resolveram aceitar os riscos de realizar serviços em situações perigosas, mesmo que isso pudesse ser fatal (como aconteceu com J. Pinto), enquanto outros entendiam que não valia a pena (como os carpinteiros que se recusaram a trabalhar a noite). Seja como for, os acidentes (e todo o processo de adoecimento advindo da fadiga) não eram as únicas preocupações dos trabalhadores icomianos, pois eles labutavam em uma região com altos índices de doenças que eram motivos de preocupação constante entre as autoridades locais e a própria Icomi.

3.4 Saúde e doença

Em 1943, o recém-empossado governador do Amapá, Janary Gentil Nunes, resolveu criar uma equipe para realizar estudos e levantar informações sobre a realidade social, cultural e educacional da região. Os resultados desse estudo técnico-científico saíram em 1946 e logo foram apresentados ao presidente Getúlio Vargas sob o nome de *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá*.²⁹⁰ Por um lado, esse documento se tornou uma peça-chave para as futuras intervenções de Janary Nunes no território entre as décadas de 1940 e 1950, por outro, produziu percepções e estereótipos acerca da população local.

Na parte da introdução relacionada ao estado sanitário do território, Janary Nunes afirma que o Amapá estava em uma situação bastante delicada, pois "a quase totalidade da população sofre de endemias tropicais, principalmente malária e verminose". A seguir, o governador argumenta que a estrutura sanitária do Amapá, em 1943, "é quase inexistente" e

²⁹⁰ SILVA, Maura Leal da. *A (onto)gênese da nação nas margens do território nacional: O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)*. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 20-21.

observa que apenas o *Serviço Especial de Saúde Pública* (Sesp)²⁹¹ "trabalhava ativamente" nas sedes dos municípios, havendo somente "um médico para todo o Território". Ao final dessa parte, o autor termina a redação ponderando - de forma catastrófica - que existem "regiões há onde (sic) o impaludismo [malária] impera de modo absoluto" como na cidade de Mazagão, na vila de Mazagão Velho e nos "pequenos povoados do interior".²⁹²

No decorrer do relatório, Janary Nunes e sua equipe buscam explicar os motivos desse péssimo estado de saúde do Amapá. A primeira razão relaciona-se com a má alimentação da população local que "precisa ser transformada", uma vez que "a refeição em geral é o 'cafezinho' com farinha pela manhã; carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha, ao almoço, pouco diferindo o jantar, quando há."²⁹³ A segunda causa refere-se às habitações residenciais, enfocando na "promiscuidade" da família, na relativa ausência de vasos sanitários e na onipresença de fossas negras:

No interior é hábito o quarto em comum, vivendo em promiscuidade sexual pais e filhos. Não há privadas. Do alto rio Vila Nova até igarapé do Lago, anotando mais de 60 barracas, conseguimos contar 6 privadas. E estas consistem no clássico buraco tendo um caixão de madeira ou duas táboas (sic) na bôca."²⁹⁴

Por fim, a terceira e última explicação do estado de saúde do Território Federal do Amapá, de acordo com o governador, liga-se com a forma com que a própria população lida com as doenças. Ao interrogar várias mães nas cidades e povoados do TFA, Janary Nunes chegou à conclusão de que "as crianças comumente sofrem o ataque do impaludismo [malária] no primeiro mês de idade. São raras as que não assinalam a febre com o frio nesse período da vida infantil". Em um outro relato, o governador do Amapá indagou o pai de um jovem que

²⁹¹ O Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) foi uma agência internacional com estatuto jurídico 'distinto' que permitia sua completa autonomia dentro do antigo Ministério da Educação e Saúde, sendo responsável pela elaboração de políticas sanitárias em parceria com o Instituto de Assuntos Interamericanos (Iaia). Esse órgão iniciou suas atividades no Brasil em 1942 (durante o contexto da Segunda Guerra Mundial e da Batalha da Borracha) e as encerrou em 1960, quando o acordo com o Iaia expirou e o Sesp se tornou a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSesp), perdendo assim o seu caráter de agência internacional. Mesmo assim, a FSesp ainda manteve a sua situação diferenciada em relação aos demais órgãos do Departamento Nacional de Saúde (DNS) até quando foi extinta em 1990, fazendo com que seus quadros se incorporassem à Superintendência de Campanhas e integrassem a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Para mais informações, ver: CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde... Op. cit.*, p. 17.

²⁹² NUNES, Janary Gentil. *Relatório das atividades do Govêrno do Território Federal do Amapá, em 1944, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1946. p. 5-6.

²⁹³ NUNES, Janary Gentil. *Relatório das atividades... Op. Cit.*, p. 5.

²⁹⁴ NUNES, Janary Gentil. *Relatório das atividades... Op. cit.*, p. 69.

estava pálido e “esverdeado”, perguntando se o garoto estava enfermo ou não. Em sua resposta, o progenitor da criança afirmou que “há quatro dias não vem a febre”.²⁹⁵

A partir desses exemplos, Janary Nunes encerra o seu diagnóstico sobre a saúde da população local e lança algumas perspectivas para o futuro ao dizer que “a alimentação errada e deficiente, a habitação anti-higiênica e a ignorância ancestral” estavam colaborando “para diminuir as energias do amapaense pobre” e que, para “recuperar a saúde dessa gente”, “será [preciso] ganhar o melhor braço e o colono mais seguro para a futuro do país”.²⁹⁶ E, para “ganhar o melhor braço” e o “colono mais seguro para o futuro do país”, o governador resume, em uma frase curta, que “tudo ainda estar por fazer”.²⁹⁷

De fato, as conclusões de Janary Gentil Nunes no *Relatório das atividades do Govêrno do Território Federal do Amapá*, de 1944, representou, em grande parte, o seu desejo de implementar políticas públicas de saúde no Amapá ao longo de seu governo. Contudo, o capitão da marinha não atuou no “vazio” e, muito menos, “inventou” a saúde pública amapaense. Antes da instalação do território, em 1942, o Sesp já mantinha uma sede na cidade de Macapá e outra na base aeronaval estadunidense em Amapá, pois a região fazia parte do *Programa da Amazônia*.²⁹⁸ Nesse sentido, o governo do território teve que estabelecer uma parceria com esse órgão para aplicar suas políticas de saúde na região. Na primeira edição do jornal *Amapá* (1 de março de 1945), temos uma entrevista com o irmão de Augusto Antunes (presidente da Icomi) e diretor do Programa da Amazônia, Paulo Antunes. No artigo, Paulo Antunes afirma que ele recebera um convite de Janary Nunes “para conferenciar sobre alguns problemas de

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 69.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 69.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 8.

²⁹⁸ Segundo André Luiz Vieira Campos, o Programa da Amazônia foi desenvolvido pelo Sesp para aumentar a produção da borracha durante a Segunda Guerra Mundial e “proteger” as bases militares estadunidenses (incluindo a base aeronaval de Amapá) das endemias dessa região. Nesse sentido, o Programa da Amazônia, inicialmente, buscava proteger os seringueiros contra doenças “numa vinculação imediata ao tal ‘esforço de guerra’. Por conta disso, o Programa da Amazônia implicou em “uma ocupação econômica e territorial da Amazônia, projeto que servia à agenda do Governo Vargas, de desenvolvimento econômico e ampliação da autoridade estatal sobre o território nacional. No plano prático, o Programa da Amazônia distribuiu medicamentos para as áreas mais populosas do vale e para as regiões de produção de borracha, o que, posteriormente, se tornou um problema, pois “logo se percebeu que a estratégia não atingia os seringueiros das áreas mais remotas”. Segundo Campos, “a alternativa foi a organização de uma vasta rede distributiva que, a começar pelos postos sanitários, envolvia firmas comerciais, seringalistas, prefeitos, missionários protestantes, padres católicos, pequenos proprietários e mascates. Paralelamente, iniciou-se uma campanha educacional: cartazes, anúncios em jornais e revistas, além de ‘reclames’ nos programas de rádio foram os meios empregados para convencer a população sobre os valores terapêuticos do remédio, bem como para divulgar sua gratuidade. Até o final de 1942, o Sesp já havia fornecido mais de 2,5 milhões de tabletes da droga; em outubro do ano seguinte, o número de cápsulas atingiu 12,5 milhões, batendo 17,7 milhões em 1946. Para mais informações sobre as principais diretrizes e resultados práticos do Programa da Amazônia, ver: CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde... Op. cit.*, p. 113;119-120.

Saúde Pública do referido Território [e] assentar as bases de uma estreita e eficiente cooperação entre seu governo e o Serviço Especial de Saúde Pública”.²⁹⁹

Alguns meses depois, em junho, o Sesp acabou assinando um acordo de cooperação com o governo do Amapá, se tornando responsável por estudar e planejar o sistema de esgoto em Macapá e indicar modelos de fossas higiênicas para os municípios de Amapá, Mazagão e outras localidades. No combate às doenças, o Sesp coordenou o serviço de combate e controle da Malária no campo da assistência médica aos infectados, fornecendo a preço de custo, cinquenta mil comprimidos de Atebrina,³⁰⁰ em 1945, e mais cem mil no ano seguinte. Por fim, o Sesp também auxiliou na formação de pessoal técnico para os serviços de saúde do território.³⁰¹ O sistema de abastecimento de água e esgoto ficaram prontos alguns anos depois, em 1949, momento em que também houve a aplicação do DDT³⁰² residencial para combater o mosquito da malária nas cidades de Macapá, Amapá, Mazagão e Oiapoque.³⁰³

Em 1954, o jornal *Amapá* assumiu um tom mais otimista, bem diferente das conclusões de Janary Nunes em seu relatório de atividades de 1944. O artigo do dia 4 de fevereiro de 1954, sob o nome de: *São muito satisfatórias as condições de clima e de saúde no Território Federal do Amapá*, afirma que “os núcleos principais e de população estão perfeitamente saneados”.³⁰⁴ Sobre malária, a matéria argumenta, após consultar alguns médicos, que a verminose seria o principal obstáculo, pois o impaludismo fora “extirpado” do Amapá. A seguir, o jornal faz questão de enfatizar a questão da malária no projeto Icomi, ponderando que “mesmo na Serra do Navio, a mais de 200 quilômetros para o interior, em plena região das matas, não existem

²⁹⁹ O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ visto através observações do Dr. Paulo Antunes. *Amapá*, n. 1, mar. 1945. p. 3.

³⁰⁰ Droga sintética (considerada sucessora da Quinina) criada pela farmacêutica Bayer durante o ano de 1930. A Atebrina começou a ser distribuída a partir de 1932 como uma dentre várias alternativas de combate à malária. Essa droga sintética teve vida curta, pois seus efeitos colaterais eram severos (possuía alta toxicidade, gerava efeitos alucinógenos e até causava psicose nos pacientes), fazendo com que seu uso fosse desaconselhado pela Liga das Nações. Para mais informações sobre a Atebrina, ver: SILVA, André Cândido da. A origem da cloroquina: uma história acidentada. In: *Café História – história feita com cliques*. Publicado em 25 mai. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-origem-da-cloroquina/>. Acesso em: 20 de out. 2021.

³⁰¹ MELHORANDO AS CONDIÇÕES de saúde no Território Federal do Amapá. *Amapá*. n. 12, 09 jun. 1945. p. 8.

³⁰² O Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) foi um pesticida criado durante a Segunda Guerra Mundial para combater o mosquito da malária e reduzir as baixas tanto nos acampamentos militares quanto na produção para o esforço de guerra. Depois do conflito, o DDT começou a ser utilizado em campanhas nacionais e estaduais de erradicação da malária, sendo borrifado em bairros e quarteirões inteiros. O DDT acabou sendo proibido em 1970, em virtude de seus diversos efeitos negativos no organismo (seja ele humano, vegetal ou animal).

³⁰³ ESTÃO SENDO RESOLVIDOS os problemas de saúde e saneamento no Amapá. *Amapá*, n. 207, fev. 1949. p. 3;5.

³⁰⁴ SÃO MUITO SATISFATÓRIAS as condições de clima e de saúde no Território Federal do Amapá. *Amapá*. n. 507, 04 fev. 1954. p. 1.

pernilongos, moscas, etc”.³⁰⁵ Em uma outra passagem, o artigo faz um breve comentário acerca das condições de saúde de Serra do Navio: “no interior, na região do manganês, o clima é agradável, com noites temperadas, nesta época do verão. No inverno [...] chove torrencialmente, a lama é um obstáculo sério, mas as condições sanitárias continuam boas”.³⁰⁶ É importante notar a importância que o jornal *Amapá* atribui às questões de saúde nas “áreas do manganês” quando comparado aos artigos de anos anteriores, mostrando que havia uma preocupação com o projeto Icomi. Veremos, a seguir, como a mineradora e seus funcionários lidavam com essas doenças por meio de alguns exemplos iniciais que relacionam doenças ligadas ao sistema respiratório.

Começaremos com L. Silva, um braçal paraense de 34 anos, casado no civil e no religioso que fora admitido na empresa em 22 de dezembro de 1950. Acontece que alguns dias depois, L. Silva acabou sendo “dispensado pelo médico por sofrer de gripe e reumatismo”.³⁰⁷ Em outras situações, quando a Icomi era notificada sobre casos de doenças respiratórias graves, ela preferia demitir do que promover assistência médica, como o fato ocorrido com E. Rodrigues, um lubrificador paraense de 26 anos que fora demitido no dia 22 de novembro de 1955 “por ser portador de insuficiência cardíaca”.³⁰⁸ Essa mesma situação foi vivenciada pelo braçal paraense de 40 anos chamado de V. Chagas, que acabou perdendo o seu emprego na mineradora no dia 16 de abril de 1956 “por ser portador de insuficiência cardíaca”.³⁰⁹

O aparecimento das doenças respiratórias acima descritas possui relação com o ambiente (ar frio e úmido) e com a vestimenta (roupas molhadas, sapatos úmidos, meias molhadas), que acabam determinando a aparição de mucos nas vias respiratórias, causando inflamação e irritação. Além disso, determinados produtos químicos e gases tóxicos também são responsáveis pela bronquite aguda e, em casos mais graves, pela insuficiência cardíaca.³¹⁰ Nesse sentido, percebemos que as doenças respiratórias podem ser evitadas em alguns locais de trabalho se houver um serviço de higiene e limpeza que vise reduzir a umidade do ar e evite o contato de trabalhadores com a poeira e com produtos químicos e tóxicos. Porém, a Icomi preferiu demitir esses trabalhadores para “renovar” o seu quadro de funcionários, pois era uma escolha mais fácil do que adotar uma postura preventiva.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 1.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 1.

³⁰⁷ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário L. Silva*. Macapá: [s.n.], 1950. p. 2.

³⁰⁸ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário E. Rodrigues*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2.

³⁰⁹ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário V. Chagas*. Macapá: [s.n.], 1955. p. 2.

³¹⁰ BRAGA, Marigildo de Carmo. *Moléstias profissionais e doenças do trabalho*. São Paulo: Aries, 1964. p. 309

Outra doença que afeta o sistema respiratório diferentemente da bronquite é a tuberculose, doença pulmonar causada pela bactéria denominada bacilo de Koch. Segundo o antigo Departamento Nacional de Saúde, “a peste branca” era um dos maiores problemas de saúde do Brasil durante a década de 1940³¹¹, por outro lado, também causava certo desconforto na divisão de saúde do Território Federal do Amapá.³¹² No projeto Icomi, a tuberculose chegou a fazer algumas vítimas. R. Macena, braçal, 20 anos, solteiro e residente em Serra do Navio, foi demitido pela empresa no dia 23 de março de 1951 por sofrer de tuberculose óssea.³¹³ Outro trabalhador que se infectou com o bacilo de Koch foi o braçal de 20 anos R. Menezes. Segundo a correspondência interna da Icomi entre o chefe do Departamento de Saúde e a Superintendência em Macapá, R. Menezes foi encaminhado ao Hospital de Macapá, onde fez exames radiológicos que constataram a presença de uma lesão pulmonar, além da confirmação do escarro característico da doença. Por esse motivo, o chefe do Departamento de Saúde da Icomi sugeriu o afastamento do trabalhador por um período de 90 dias, “uma vez que, mesmo curado clinicamente, é sempre duvidoso que o esteja anatômicamente, sendo prudente afastá-lo dos nossos serviços”.³¹⁴

Na verdade, R. Menezes acabou sendo afastado por 9 meses (de 22/8/1951 a 01/05/1952), sem ter retornado efetivamente ao serviço. Nesse sentido, outra correspondência interna da Icomi discute o fato de o funcionário ter impetrado uma ação trabalhista na justiça “dizendo-se desamparado e sem auxílio”. Para se defender, a empresa afirmou que “desconhecemos haver ele contribuído para o IAPI [Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários] no período de 1/49 a 10/50, conforme consta na caderneta de nº 6678108 daquele instituto”. Porém, a companhia acaba admitindo que R. Menezes contribuiu para o Iapetc entre

³¹¹ CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde... Op. cit.*, p. 75.

³¹² No *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá* de 1944, Janary Nunes menciona essa doença na seguinte passagem: “[A tuberculose] é um dos mais sérios problemas dos quantos tem de enfrentar o Departamento. Trata-se de uma população paupérrima econômica e biologicamente, sem defesas específicas porque quase inexistente a doença no meio, que está sendo posta em contato com elementos provenientes de um centro altamente contaminado, como é Belém. Há perigo de uma invasão maciça de tuberculose no Território, com as conseqüências sombrias fáceis de prever. Na medida do possível tem o Departamento procurado encarar o problema na gravidade que êle encerra, esforçando-se no despistamento de casos novos, na vigilância e assistência aos doentes, suspeitos e comunicantes e na remoção dos enfermos para centros onde seja viável um tratamento especializado”. Em uma outra citação, o governador do Amapá indica como ele imaginava o combate a essa doença: “Prepara-se o Departamento para uma campanha despistadora de tuberculose, contando já com um técnico-radiologista e tendo a se especializar em tisiologia e radiologia no Rio de Janeiro, um médico do quadro. Em negociações está uma aparelhagem de Raios X. E providências outras estão sendo tomadas para encarar seriamente o problema, afim (sic) de que se possa evitar a calamidade na vertente de suas ameaças”. Para mais informações, consultar: NUNES, Janary Gentil. *Relatório das atividades... Op. Cit.*, p. 8.

³¹³ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário R. Macena*. Serra do Navio: [s.n.], 1951. fl. 3.

³¹⁴ ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário R. Menezes*. Macapá: [s.n.], 1952. fl. 5.

os anos de 1950 e 1951, solicitando “todos os esforços [...] a fim de que seja dada a ajuda de que este segurado tanto necessita”.³¹⁵ Essas correspondências nos mostram que R. Menezes considerou injusto o seu afastamento sem direito a qualquer benefício ou compensação por parte da empresa, pois fora infectado pela “peste branca” justamente em serviço. Dessa forma, e não encontrando alternativas, colocou a Icomi na justiça, obrigando-a a rever sua situação perante as instituições pensionistas e exigir a devida compensação por contrair uma doença no trabalho.

Mas se teve uma doença que gerou mais problemas do que a tuberculose no Amapá e até mesmo no projeto Icomi foi, sem qualquer exagero, a malária. Considerada uma “doença tropical” e caracterizada como uma moléstia endêmica na região amazônica, o “impaludismo” - como era conhecido – ocasionou na construção da categoria de “vetor” e no interesse de sua transmissão entre os meios sanitários e científicos. Dessa forma, a Amazônia seria o local ideal para o estudo dessa doença, pois a região reunia as condições propícias para a reprodução da doença, evidenciadas pelo clima, pela temperatura e pelas condições de vida das populações locais, características que colaboravam para a constante presença do vetor.³¹⁶

Dessa maneira, houve casos de trabalhadores acometidos pela malária nos primórdios do projeto Icomi, como o braçal A. Carmo, 23 anos, paraense, solteiro, com residência no acampamento da Serra do Navio, que acabou sendo afastado de 20 à 22 de novembro de 1950 “por ter sofrido acesso de impaludismo [malária]”.³¹⁷ Em 1951, F. Santos, um braçal paraense casado de 19 anos, admitido em 6 de março daquele mesmo ano e residente em Serra do Navio, acabou sendo diagnosticado com a doença alguns meses após ter entrado nos quadros da companhia.³¹⁸ Nem mesmo os membros do alto escalão da Icomi estavam a salvo da doença. Na seção “Enfermos” da edição de nº 210 do jornal *Amapá*, Paul. J. Bremer, superintendente da Icomi, acabou sendo “acometido de um ataque de malária”.³¹⁹

De 1948 a 1958, a Icomi não contava com um programa eficiente de combate ao impaludismo, até porque a Divisão de Saúde só foi criada em 1959, quando a empresa inaugurou todo o seu aparato médico-hospitalar nas *company towns* de Serra do Navio e Vila

³¹⁵ *Idem*, fl. 5-6.

³¹⁶ SCHWEICKARDT, Julio. César. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 37.

³¹⁷ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário A. Carmo*. Macapá: [s.n.], 1950. p. 2.

³¹⁸ ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP *Registro do funcionário F. Santos*. Macapá: [s.n.], 1951. p. 2.

³¹⁹ ENFERMOS. *Amapá*, n. 210, mar. 1949. p. 2. Abordado anteriormente por Adalberto Paz em: PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta... Op. cit.*, p. 97.

Amazonas. A partir desse momento, desenvolveu-se, dentro do departamento de saneamento, um programa de malária que atuava em conjunto com o programa de nutrição. Para combater a doença, a mineradora se utilizou de dois recursos principais, sendo um deles o uso do DDT em pontos alagados, desmatados e em locais de curso de água, enfim, qualquer lugar com a presença de vetores da doença e do sal cloroquinado. Este último, chamado de *método Pinotti*, começou a ser adotado em 1959, quando a Campanha de Erradicação da Malária (CEM) iniciou o combate à doença na Amazônia e no Nordeste. Nesse período, a empresa adotou o sal cloroquinado nos restaurantes de suas *company towns* e nas habitações de seus trabalhadores, estabelecendo assim a parceria entre o programa de malária e o programa de nutrição.³²⁰

Criado pelo sanitarista Mário Pinotti, o método do sal medicamentoso consistia na medicalização do sal de cozinha e tinha o intuito de eliminar o parasito da malária no sangue. Entretanto, o custo para a implementação dessa medicação na Amazônia “seria relativamente alto, porque entre 30% e 40% do sal consumido destinavam-se à salga de peixes, carnes, couros, alimentação de gado etc., e não ao preparo de alimentos.” Portanto, o sal para esta última finalidade teria um aumento nessa mesma faixa. Além de tudo isso, a cepa *P. falciparum* começou a criar resistência à cloroquina, dificultando ainda mais o uso desse método de combate à malária na Amazônia.³²¹

No mês de setembro de 1960, a divisão de saúde da Icomi recebeu mais uma visita dos técnicos da Campanha para Erradicação da Malária (CEM) e, de forma inédita, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Nessa visita, a equipe da empresa foi orientada sobre a implantação do medicamento. A partir do dia 20 do mesmo mês, Serra do Navio e a Vila Amazonas começaram a receber dezenas de sacolas com sal medicamentado advindos de Belém. Porém, pouco tempo após a implementação desse sal nas *company towns*, a CEM decidiu cessar o suprimento da cloroquina para a Amazônia, pois a umidade da região e a reclamação sobre a alta taxa de ionização fez com que houvesse resistência ao sal medicamentado na região.³²² Também houve resistência ao produto no Amapá, porém, Hermelino Herbster Gusmão (criador e chefe da divisão de saúde) argumenta que:

³²⁰ GUSMÃO, Hermelino Herbster. *Programa de saúde integrado ao complexo da infra-estrutura social: 25 anos na Amazônia; 1961-1985*. São Paulo: USP, 1991, p. 21-34.

³²¹ DA SILVA, Renato; HOCHMAN, Gilberto. Um método chamado Pinotti: sal medicamentoso, malária e saúde internacional (1952-1960). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2011. p. 17.

³²² GUSMÃO, Hermelino Herbster; JUAREZ, Edmundo. O programa de malária: uso do sal cloroquinado, a longo prazo, como agente supressivo. In: GUSMÃO, Hermelino Herbster. *Programa de saúde integrado ao complexo da infra-estrutura social: 25 anos na Amazônia; 1961-1985*. São Paulo: USP, 1991, p. 137-138.

Havia dúvidas quanto à aceitação generalizada do uso do sal cloroquinado. Além de ser uma interferência na composição da alimentação habitual, era conhecida a rejeição que o método sofreu por parte de vários grupos populacionais quando o Governo Federal lançou a frustrada campanha do sal cloroquinado na Amazônia. Para surpresa dos administradores, houve, por parte da população da empresa, uma aceitação maciça da introdução do sal cloroquinado.³²³

De qualquer forma, o sal cloroquinado foi distribuído e utilizado por mais de 24 anos, de 1960 a 1984.³²⁴ O uso prologando desse sal modificado (e seu relativo sucesso nas cidades da mineradora) se deve, primeiramente, pelo controle de dosagem de cloroquina no sal, pois o uso indiscriminado poderia fazer com que o vírus criasse resistência ao medicamento e, secundamente, pelo controle e administração exercido pela companhia, exigindo o consumo desse sal entre seus funcionários. Com relação a dosagem, o uso inicial desse produto na Amazônia causava náuseas, vômitos e diarreias. Segundo os habitantes locais, esse sal deixava o gosto de peixes e carnes “ruim”, fazendo com que o seu consumo se tornasse dificultoso devido aos seus hábitos alimentares. Sobre esse assunto, Gusmão acreditava que os problemas de implementação desse sal modificado na região pelas autoridades sanitárias não deveriam ocultar os resultados satisfatórios que poderiam ser alcançados por meio do controle de dosagem da droga em conformidade com a obrigatoriedade de seu consumo.³²⁵

O medicamento era consumido de duas maneiras, por meio de uma pílula que era administrada a cada duas semanas de casa em casa e por meio da diluição da cloroquina no sal, que, por sua vez, era utilizado na alimentação. Para se certificar se todos os residentes de suas cidades estavam consumindo o sal cloroquinado diluído na alimentação, a empresa realizava exames de urina todo ano. Se o resultado fosse negativo, o indivíduo era chamado a atenção e deveria se explicar sobre a ausência da substância médica, além disso, os inspetores realizavam uma vistoria em todas as residências com o intuito de verificar se determinada família estaria se utilizando de um produto que não passou pelo processo de mistura.³²⁶ Segundo o relatório de saúde da empresa referente ao ano de 1970, foram colhidas 279 amostras de urina em Serra do Navio, das quais somente uma teria sido considerada negativa. Essa amostra, conforme o

³²³ GUSMÃO, Hermelino Herbster. *Programa de saúde integrado... Op. cit.*, p. 160.

³²⁴ *Ibidem*, p. 136.

³²⁵ *Ibidem*, p. 138.

³²⁶ O nome da pílula era Camoprim e sua distribuição acontecia da seguinte maneira: dois comprimidos de 250 mg. de Amodiaquina e um comprimido de 15 mg. de Primaquina a cada duas semanas nas casas. Ver: *Idem*, p. 135.

relatório, se explica pelo fato de que o açaí (outro alimento regional bastante consumido) reduzia os efeitos médicos da cloroquina no sal.³²⁷

Com isso, inferimos que, após o período de construção civil da empresa (1948 a 1956) e início do projeto de exploração mineral, a empresa buscou combater a malária com mais afinco por meio do programa de malária, pertencente ao departamento de saneamento da divisão de saúde. Nesse sentido, a mineradora aliou a preocupação da alimentação com a incidência de malária na região amazônica a partir do controle dos hábitos alimentares em seus residentes das *company towns* com as pílulas antimaláricas e com o uso do produto, sob pena de demissão e consequente expulsão do grupo familiar das habitações. Acatar o consumo do sal cloroquinado poderia ser um pequeno preço a se pagar para não só manter o emprego, como garantir o direito de morar nas dependências da empresa e ter acesso a todos os programas assistenciais advindos da condição de trabalhador da maior empresa de mineração da Amazônia.

³²⁷ ICOMI/AP. *Divisão de Saúde: Relatório anual de 1970*. Amapá: Macapá. 1971. p. 56.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os primórdios do primeiro e maior projeto de exploração mineral da Amazônia se mostrou um grande desafio. Primeiramente por conta da escassez de fontes que verssem sobre os anos de 1948 a 1956, o que acabou criando, por tabela, o segundo motivo, a quase ausência de trabalhos sobre esse período, mesmo levando em conta a extensa historiografia icomiana. O terceiro e último motivo desse desafio foi a de produzir um estudo interessado em compreender os trabalhadores, identificando suas características e ações diante das doenças e dos acidentes do (e no) trabalho.

Por conta disso, foi preciso voltar às linhagens do projeto de exploração mineral e ao mesmo tempo entender a sua correlação com a instalação do Território Federal do Amapá. Desse modo, enfatizamos que as origens do projeto Icomi se encontram nas primeiras tentativas governamentais de implementar políticas de desenvolvimento industrial em larga escala na Amazônia (e em outras regiões periféricas) ao longo das décadas 1930, 1940 e 1950, estabelecendo assim uma nova corrente de pensamento econômico, o nacional-desenvolvimentismo. Essa tese de cunho estatizante resultou tanto em projetos de integração econômica da região amazônica (vide plano Salte e SPVEA), quanto na criação dos territórios federais, traçando, com isso, novas políticas de manutenção de áreas fronteiriças a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial. Em consequência disso, a criação do Território Federal do Amapá inaugurou um período de projetos desenvolvimentistas que visaram modernizar e “civilizar” aquela fronteira do país. De qualquer forma, os projetos da capital federal, os planos do governador Janary Gentil Nunes para o Amapá e a descoberta de toneladas de manganês em Serra do Navio durante um período de grande escassez desse minério no mercado internacional definiu novas diretrizes e ações para a Amazônia Setentrional durante boa parte século XX.

Ao longo da pesquisa, ficamos surpresos que os milhares registros de empregados analisados de forma serial e estatística criaram bons resultados. Essa documentação nos mostrou que a mão de obra da companhia, durante a fase de construção civil, era estritamente masculina, volátil, jovem, solteira e constituída, em sua maioria, por migrantes. Os registros de empregados também trouxeram questões pertinentes ao cotidiano do trabalho, como o que era e o que não era tolerado pela Icomi e trabalhadores, ocasionando em demissões, pedidos de demissão e, até mesmo, no abandono de emprego por parte dos funcionários. Os motivos das demissões deixaram bem nítido que os operários icomianos não eram apenas pessoas que simplesmente estavam sob o jugo da mineradora e nem que obedeciam às ordens e os desejos

de forma cega ou alheia, muito pelo contrário, foram diversos os casos de formas de resistência cotidiana, inclusive, de confronto direto com superiores, representantes por excelência do poder da companhia. Além disso, esses obreiros tinham ciência que a empresa apresentava algumas dificuldades para manter trabalhadores pelo seu isolamento, mesmo sabendo que ela possuía uma “reserva” de força de trabalho não-especializada.

Esses funcionários que desafiaram a companhia não tiveram lugar de “destaque” na *Icomi Notícias*, na verdade, por mais irônico que seja, os lugares “de destaque” desses trabalhadores eram os seus próprios registros e fichas, fontes que foram criadas com o objetivo de classificar, disciplinar e controlar os “desviantes” e “transgressores” da ordem icomiana entre 1948 e 1956. E são esses os construtores da Icomi, pelo menos em uma quantidade maior do que os funcionários “modelo” que apareceram na seção *Em destaque* da revista *Icomi Notícias*. À vista disso, os governadores Janary Gentil Nunes e posteriormente, o presidente da Icomi, Augusto Antunes e ainda o presidente da república, Juscelino Kubitschek, não chegaram a pensar, nem por um minuto, que toda a infraestrutura da empresa que fora inaugurada em 1957 tinha o dedo desses “desviantes”.

Na verdade, o que se percebe é um silenciamento da memória social desse contexto de construção civil. O que permaneceu foi justamente o contrário, funcionários que se sentiam felizes em trabalhar na Icomi, empresa que os permitiu galgarem posições melhores e a estabelecerem uma família que tinha acesso aos melhores programas assistenciais que uma empresa amapaense poderia oferecer. Esse foi justamente o papel da seção *Em destaque* da revista *Icomi Notícias*. A análise dessa seção da revista nos ajudou a compreender a representação que a Icomi tinha sobre seus trabalhadores, que se materializou em um discurso sobre aqueles que ela queria transformar em modelos a serem seguidos. Foi por meio desse processo que ela (involuntariamente ou não) silenciou tantos outros que não foram agraciados com uma homenagem em sua revista institucional, transformando a exceção em regra.

Todas as fontes da Icomi que foram analisadas neste estudo têm um problema elas foram criadas pela empresa, indicando, muitas vezes, apenas as opiniões, noções e estereótipos dela sobre os seus funcionários, em outras palavras, os trabalhadores foram descritos e caracterizados pela companhia e não por eles mesmos. De qualquer forma, ainda se tornou possível encontrar, dentro dessa miríade de fontes, “sinais” e pistas sobre as ações dos operários, mesmo que pela visão da companhia. Eles não falaram diretamente por meio de seus registros, fichas nem quando eram entrevistados para a revista *Icomi Notícias*, mas suas ações

e condutas ecoaram e conseguiram dizer o “não dito” em documentos que falavam sobre eles, mas que não eram produzidos por eles e sequer para eles.

Sobre as condições de trabalho, concluímos que os primeiros anos do projeto Icomi no Amapá estavam longe daquela imagem de uma companhia disciplinadora adquirida a partir dos anos seguintes. Com o início da exploração mineral, em 1957, e com a implantação das *company towns*, em 1960, programas assistenciais de saúde, educação e lazer foram criados, e as condições de trabalho melhoraram consideravelmente. Todo esse aparato inexistia no período aqui estudado, pois a mão de obra se mostrava bastante volátil, e as instalações eram apenas provisórias. Dessa maneira, os primeiros trabalhadores tiveram que lidar com situações de acidentes e doenças do (e no) trabalho. Por meio das fotografias, observamos que os operários da companhia realizavam seus trabalhos com roupas e equipamentos inadequados para o serviço. Por outro lado, a partir dessa fonte, conseguimos trazer um pequeno vislumbre das condições de trabalho dos funcionários da mineradora em seus locais de serviço e, com relação aos registros de empregados, traçamos um perfil dos acidentados e dos acometidos por doenças. Em linhas gerais, identificamos que as estatísticas obedeciam ao mesmo perfil do universo amostral: homens jovens e solteiros, que em sua maioria migraram de outras partes da Amazônia (principalmente do Pará) e que exerciam cargos não especializados (braçais).

No caso dos acidentes de trabalho, mostramos que os serviços de desmatamento causavam problemas aos trabalhadores, como a presença de insetos peçonhentos, animais selvagens e o risco do próprio serviço, que obrigava a observância no corte das árvores em meio ao calor escaldante do dia. Nas dependências da mineradora, houve um número considerável de acidentes de trabalho entre carpinteiros e mecânicos. No trânsito, os acidentes envolvendo veículos também se encontram com frequência na documentação. Sobre essa questão, sugerimos que a ausência de operadores de máquinas pesadas no Amapá e os altos custos para mobilizar esses profissionais de regiões longínquas criou um contexto em que profissionais não-especializados puderam ocupar esses postos e que esse processo, conhecido como “aprender na prática”, tenha contribuído com o índice de acidentes. Porém, indo além do acidente enquanto um ato criado apenas durante o acontecimento, estudamos o processo de adoecimento e fadiga, enfatizando que as longas jornadas e a alta exigência do corpo do trabalhador causavam problemas em seu organismo. Isso resultava na busca de formas de lazer para lidar com a fadiga e o cansaço diário, sendo o consumo de bebidas alcóolicas a principal alternativa dos trabalhadores icomianos.

As doenças, por outro lado, eram problemáticas e causavam muito desconforto entre as autoridades governamentais e a direção da Icomi. Desde a década de 1940, com a instalação do Território Federal do Amapá, a malária, a tuberculose e outras doenças causavam muitas vítimas tanto na população local quanto nos trabalhadores da companhia. Dentre essas doenças, a malária representava o maior perigo ao projeto de exploração mineral no Amapá e, por conta disso, foi preciso combater com mais afinco. Dessa forma, com a finalização das *company towns* e dos hospitais, foi possível criar uma divisão de saúde interessada na erradicação do mosquito da malária no Amapá, utilizando recursos já conhecidos (como o DDT) em conjunto com recursos inovadores (sal cloroquinado). Apesar disso, a malária não foi erradicada do Amapá, como o jornal do governo afirmou com tanta certeza na década de 1950, pois o mosquito ainda seria um problema de saúde pública até o final desse século. Mesmo assim, é notável que pelo menos a Icomi conseguiu controlar a incidência dessa endemia nas suas cidades a partir da década de 1960.

Por fim, muitos dos primeiros funcionários não tiveram a oportunidade de permanecer na companhia e presenciar o término da infraestrutura básica ou tiveram contato com Serra do Navio e Vila Amazonas. Mesmo assim, esses trabalhadores pioneiros acabaram deixando seus últimos rastros na documentação empresarial. Alguns saíram para nunca mais voltar, outros foram demitidos (ou se demitiram) por conta de uma série de problemas de ordem pessoal ou coletiva. Apesar disso, as fontes utilizadas neste trabalho ainda estão abertas para que antigos trabalhadores (ou membros da família) apareçam e solicitem os documentos necessários para o processo de aposentadoria da previdência social. Outros, infelizmente, nunca apareceram e nunca aparecerão para solicitar o acesso aos seus documentos pessoais, pois acabaram perecendo por meio de acidentes e doenças. Seja como for, suas informações permanecem no arquivo de uma mineradora que deixou seus últimos registros no mundo após meio século de exploração de manganês em Serra do Navio. E se houve uma primeira viagem da locomotiva, em 1957, também houve uma última que selou de forma definitiva a “era da Icomi” no Amapá.

FONTES

- **Banco de dados:**

ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por função - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por idade - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por nacionalidade - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por região - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

ACIDENTES de trabalho registrados durante o projeto Icomi, por sexo - (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

BENEFICIÁRIOS dos trabalhadores da Icomi (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

COMPARAÇÃO salarial entre braçais e lavadeiras da Icomi com o salário-mínimo nominal e real (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por função - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por idade - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por região - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por sexo - (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por taxa de doenças (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

DOENÇAS do trabalho registradas durante o projeto Icomi, por taxa de doenças (1949-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

ESTADO civil dos trabalhadores da Icomi (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

EVOLUÇÃO histórica do salário médio de braçais e lavadeiras da Icomi (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

FORÇA de trabalho da Icomi (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

FORÇA de trabalho da Icomi, por sexo (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

IDADE dos trabalhadores da Icomi (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

ORIGEM da mão de obra icomiana, por região (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

PRINCIPAIS causas de demissão na Icomi (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

TEMPO de serviço dos trabalhadores da Icomi admitidos entre 1948 e 1956: banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

TRABALHADORAS da Icomi, por função (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

TRABALHADORES (homens) da Icomi, por função (1948-1956): banco de dados preparado por Marlos Vinícius Gama de Matos.

- **Periódicos:**

400 MIL Dormentes serão utilizados pela ICOMI na construção da Estrada de Ferro. *Amapá*, Macapá, p. 1;4, 7 fev. 1954.

CHEGARÁ hoje a esta capital o Presidente Juscelino Kubitschek. *Amapá*, Macapá, n. 800, p. 1;6, jan. 1957.

EM destaque: "Bijoca". *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 7, jul. 1965.

EM destaque: "Seu" Américo. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7, jul. 1964.

EM destaque: Barnabé. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 7, dez. 1964.

EM destaque: Bicelli. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7, jul. 1964.

EM destaque: Duarte. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7, mar. 1964.

EM destaque: Francisco. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7, fev. 1964.

EM destaque: Gemaque. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7, ago. 1964.

EM destaque: Geremias. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 7, abr. 1965.

EM destaque: Henrique. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, p. 7, ago. 1964.

EM destaque: Josino. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7, jan. 1964.

EM destaque: Maneca. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9, maio. 1964.

EM destaque: Pará. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 24, maio. 1965.

EM destaque: Paulo Reis. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 7, nov. 1964.

EM destaque: Rubens. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 25, jun. 1964.

EM destaque: Trevisani. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7, jan. 1964.

EM destaque: Walter. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 7, fev. 1965.

ESTÃO SENDO RESOLVIDOS os problemas de saúde e saneamento no Amapá. *Amapá*, n. 207, fev. 1949. p. 3;5.

FOME, chuva e reclamações na viagem presidencial ao Amapá. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, jan. 1957.

MELHORANDO AS CONDIÇÕES de saúde no Território Federal do Amapá. *Amapá*. n. 12, 09 jun. 1945. p. 8.

O MANGANÊS será a segunda maior fonte de dolares do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 25.055, p. 8, jan. 1957.

O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ visto através observações do Dr. Paulo Antunes. *Amapá*, n. 1, mar. 1945. p. 3.

OS NOVOS Salários mínimos. *Amapá*, Macapá, n. 357, p. 1, jan. 1952.

PRÊMIOS para novos estáveis. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 4-8, maio. 1964.

SÃO MUITO SATISFATÓRIAS as condições de clima e de saúde no Território Federal do Amapá. *Amapá*. n. 507, 04 fev. 1954. p. 1.

- **Documentos do acervo da Icomi no Amapá – Icomi/AP:**

GOMES, Justino Nogueira. Dispensa de Enfermeiro. In: ICOMI/AP *Ficha do funcionário R. Anjos*. Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário R. Santos*. Serra do Navio: [s.n.], 1950.

ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário M. Moreira*. Serra do Navio: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário G. Silva*. Serra do Navio: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário D. Conceição*. Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário L. Monteiro*. Serra do Navio: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário R. Macena*. Serra do Navio: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Autorização de ausência. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário R. Menezes*. Macapá: [s.n.], 1952. fl. 5.

ICOMI/AP. Contrato de alocação. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário Almerindo Mamede*. Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Dados sobre a casa construída por Raimundo Coelho Leite. In: ICOMI/AP. *Ficha do funcionário Raimundo Coelho Leite*. Serra do Navio: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. *Divisão de Saúde*: Relatório anual de 1970. Amapá: Macapá. 1971.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Carmo*. Macapá: [s.n.], 1950.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário B. Nogueira*. Macapá: [s.n.], 1953.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário E. Rodrigues*. Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário F. Santos*. Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário J. Silva*. Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário L. Silva*. Macapá: [s.n.], 1950.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário M. Silva*. Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário V. Chagas*. Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Aquimé*. Macapá: [s.n.], 1952.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Araújo*. Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. da Silva*. Macapá: [s.n.], 1953.

ICOMI/AP. Observações. In: ICOMI/AP. *Registro do funcionário A. Queiroz*. Macapá: [s.n.], 1952.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário A. Souza.* Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário B. Jesus.* Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário B. Moraes.* Macapá: [s.n.], 1950.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário B. Silva.* Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário C. Dorneles.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário C. Lima.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário C. Lima.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário C. Silva.* Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário E. Conceição.* Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário F. Costa.* Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário F. Costa.* Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário F. Miranda.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário Francisco Pastana.* Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário J. Araújo.* Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário J. Cordeiro.* Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário J. Moreira.* Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário J. Miranda.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário J. Machado.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário Joaquim Holanda.* Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário L. Amoras.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário M. Brito.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário M. Cavalcante.* Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário M. Carlixto.* Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário M. Leão.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário M. Menezes.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário M. Santos.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário N. Souza.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário Oldemar Santos.* Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário P. Brito.* Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário P. Conceição.* Macapá: [s.n.], 1956.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário R. L. Jesus.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário R. Monteiro.* Macapá: [s.n.], 1954.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário S. Silva.* Macapá: [s.n.], 1952.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário S. Souza.* Macapá: [s.n.], 1955.

ICOMI/AP. Observações. *In: ICOMI/AP. Registro do funcionário Vitório Rodrigues*. Macapá: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Pedido de assistência médica. *In: ICOMI/AP. Ficha do funcionário M. Matos*. Serra do Navio: [s.n.], 1951.

ICOMI/AP. Pedido de assistência médica. *In: ICOMI/AP. Ficha do funcionário R. Andrade*. Serra do Navio: [s.n.], 1951.

- **Demais documentos da Icomi:**

GUSMÃO, Hermelino Herbster. *Programa de saúde integrado ao complexo de infra-estrutura social*. 25 anos na Amazônia: 1961-1985. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 1990.

ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1983.

- **Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá:**

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1446, caixa 83, 1961.

Sindicância policial para apurar o acidente que veio a causar a morte do operário J. Pinto. Processo nº 1360, caixa 261, 1955.

- **Memórias, discursos, relatos e outras obras:**

ARTHOUS, T. A verdadeira redenção do Amapá e sua transformação em Estado da federação. *In: NUNES, J. G. Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 65-69.

BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens Ilustres do Amapá*. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1997.

BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Fortaleza: Premium, 2008.

CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Macapá: Rumo, 1962.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Há um sentido profundo de brasilidade na obra que se realiza. *In: NUNES, J. G. Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 57-59.

MATOS, B. D. Bandeirantismo da Amazônia. *In: NUNES, J. G. Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 171-176.

NUNES, Janary Gentil. *A verdade sobre o manganês do Amapá*. Macapá: Do Autor, 1959.

NUNES, Janary Gentil. *Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012.

SILVA, Roberto Gama e. *A quinta-coluna no setor mineral: O entreguismo dos minérios*. Porto Alegre: Tchê!, 1988.

VARGAS, Getúlio. Discurso sobre o rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 259-262, 1942.

- **Fotografias:**

DORMENTES sendo fincados na ferrovia do Amapá. Disponível em: <http://santanadoamapa.blogspot.com/2018/05/1955-e-o-avanco-na-construcao-da.html>. Acesso em: 23 jul. 2021

JABLONSKY, Tibor. Barracões da administração da Indústria e Comércio de Minérios S.A-ICOMI em Porto Platon (AP), 1953. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49637>. Acesso em: 10 jul. 2021.

JABLONSKY, Tibor. Construção de barracões para operários em Serra do Navio (AP). 1953. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49613>. Acesso em: 10 jul. 2021.

JABLONSKY, Tibor. Vista da construção do porto de Santana em Macapá (AP). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=49643>. Acesso em: 11 jul. 2021.

TRABALHADORES fixando dormentes na Estrada de Ferro do Amapá. Disponível em: <http://santanadoamapa.blogspot.com/2018/05/1955-e-o-avanco-na-construcao-da.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

- **Censos e relatórios:**

AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá*. IBGE. Macapá, 110 p. 1954.

AMAPÁ - SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Amapá*. IBGE. Macapá, 112 p. 1957.

CAPEL. *Estudos de desenvolvimento regional (Territórios Federais)*. Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Rio de Janeiro, 98 p. 1959.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Manganese in Brazil*. Langley: Office of Research and Reports, 1953.

DORR II, John van Nostrand; PARK, Charles F.; PAIVA, Glycon de. Manganese deposits of the Serra do Navio district, Territory of Amapá, Brazil. In: WRATHER, W. E. *Geologic*

Investigations in the American Republics. Washington: United States Government Printing Office, p. 1-50. 1949.

IBGE. *Recenseamento geral de 1950*. IBGE: Rio de Janeiro, 265 p. 1957.

NUNES, Janary. Gentil. *Relatório das atividades do Govêrno do Território Federal do Amapá, em 1944, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 153 p. 1946.

SPVEA. *Perspectiva do primeiro Plano Quinquenal e concepção preeliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Brasil: SPVEA, 28 p. 1954.

- **Decretos, decretos-lei, lei:**

BRASIL. Decreto n. 28.162, de 31 de maio de 1950. *Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a convencionar a revisão do contrato para estudos e aproveitamento de jazidas de minério de manganês existentes no mesmo Território*, Rio de Janeiro, DF, 31 maio. 1950. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28162-31-maio-1950-327332-republicacao-60673-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Decreto-lei n 5.812, de 13 de setembro de 1943. *Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. Rio de Janeiro, DF, 13 set. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-republicacao-66333-pe.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. Decreto-lei n. 9.858, de 13 de setembro de 1946. *Dispõe sobre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá.*, Rio de Janeiro, DF, 13 set. 1946. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1950-11-14;1235>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 1.235, de 14 de novembro de 1950. *Autoriza o poder executivo a dar garantia do tesouro nacional a empréstimo a ser contraído pela empresa "Indústria e Comércio de Minérios S.A. ICOMI"*, Rio de Janeiro, DF, 14 nov. 1950. Disponível em: <<https://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:lei:1950-11-14;1235&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.gov.br%2Flegin%2Ffed%2Flei%2F1950-1959%2Flei-1235-14-novembro-1950-363571-publicacaooriginal-1-pl.html&exec>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Imagens do trabalho feminino no Brasil: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968)*. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ARMUS, Diego. Excesos, fadiga laboral y enfermedad. Buenos Aires, 1880-1950. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 11-26, 2015.

BRAGA, Marigildo de Carmo. *Moléstias profissionais e doenças do trabalho*. São Paulo: Aries, 1964.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 65-84, 2015.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Tradução de Estela Abreu e Cláudio Santoro. 16. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 62.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 185-186.

BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. 1994. 120 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 1994.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 103-137.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico*. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Cinema: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 401-417.

CAROLA, Carlos Renato; FELIPE, Giovani. A “banalidade do mal” socioambiental na história da indústria carbonífera catarinense: acidentes, sofrimentos e mortes na segunda metade do século XX. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 99-123, 2015.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorepresentação dos caboclos da Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 431-475, 2013.

CARTWRIGHT, Frederick; BIDDISS, Michael. *As doenças e a história*. Lisboa: Europa-América, 2003.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900-1930). 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Anpocs*, v. 7, n. 19, p. 1-13, 1992.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico, 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DWYER, Tom. *Vida e morte no trabalho: acidentes do trabalho e a produção social do erro*. Tradução de Wanda Brant e Jo Amado. Campinas: Unicamp, 2006.

DA SILVA, Renato; HOCHMAN, Gilberto. Um método chamado Pinotti: sal medicamentoso, malária e saúde internacional (1952-1960). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2011.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010 [1845].

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Economia e cultura (1930-1964). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 11.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 10.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas, (Ceará, anos 1950)*. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FERREIRA, Pollianna. Pimentel. *A educação na Amazônia do "Ouro negro": o programa educacional da Icomi no Distrito de Santana (1960-1984)*. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FURRET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 49-63.

GALLO, Óscar. Acidentes de trabalho na Colômbia. Doutrina, lei e jurisprudência (1915-1950). *Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 13, p. 129-149, 2015.

GALLO, Óscar. Luz sobre el fenómeno de un corazón aparentemente infatigable. La fatiga de la clase obrera en Colombia, 1898-1946. In: GALLO, Oscar; CASTAÑO, Eugenio. *La salud Laboral en el siglo XX y el XXI: de la negación al derecho a la salud y la enfermedad*. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2016. p. 237-238.

GALLO, Óscar; VALDERRAMA, Jorge Márquez. Alcoholismo, enfermedad social y trabajo en Colombia, 1861-1969. In: GONZÁLEZ, Patricio Herrera; ANDRADE, Juan Carlos Yáñez. *Alcohol y Trabajo en América Latina, siglos XVII - XX*. Experiencias económicas, políticas y socioculturales. Valparaíso: América en Movimiento, 2019. p. 98.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GONZÁLEZ, Patricio Herrera; ANDRADE, Juan Carlos Yáñez. Introducción. In: GONZÁLEZ, Patricio Herrera; ANDRADE, Juan Carlos Yáñez. *Alcohol y Trabajo en América Latina, siglos XVII - XX*. Experiencias económicas, políticas y socioculturales. Valparaíso: América en Movimiento, 2019. p. 9-11.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santana. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios; 1875-1914*. Tradução de Sieni Campos e Yolanda Toledo. 20. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

JOSHI, Chitra. Além da Polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: Segunda República (1930-1945)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 229-273.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 5-32, n. 2, 1999.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Unicamp, 2013.

LOBATO, Sidney. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019.

MORGAN, David L. *Integrating qualitative and quantitative methods: a pragmatic approach*. Los Angeles: Sage, 2014.

NUNES, Elke. *O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 à 1975*. Macapá: Unifap, 2014.

NUNES, Elke. *Mineração de manganês no Amapá: Controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973*. 2018. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2018.

PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

PAZ, Adalberto. Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950. In: AMARAL, Alexandre et al. *Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011. p. 461-480.

PAZ, Adalberto. Caboclos, extrativistas e operários: a formação da mão de obra industrial na Amazônia nos anos de 1940. *Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, p. 171-187, jan./jun. 2013.

PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PAZ, Adalberto. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2017.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 109-128.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

PORTO, Jadson. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. *Revista Presença*, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2000.

PORTO, Jadson. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. 2002. 206 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil: 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores [Dei morbis artificum diatriba]*. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016 [1700].

RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: Comunidade urbana na selva amazônica*. São Paulo: Pini, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: UnB, 2008.

RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v. 9, n. 1, p. 119-130, junho. 2006.

SCHWEICKARDT, Julio. César. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011

SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História. In: OLIVEIRA, T. B. (org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: UEPB, 2015.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: Controle social, exploração e precarização durante a ditadura empresarial-militar brasileira. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 151-173, 2015.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital: Acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Jundiaí: Paco, 2019.

SILVA, Anderson. *A Civilização do Manganês: o cotidiano dos trabalhadores da Vila Serra do Navio, Amapá*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SILVA, André Cândido da. A origem da cloroquina: uma história acidentada. In: *Café História – história feita com cliques*. Publicado em 25 mai. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-origem-da-cloroquina/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, Carlos Ernani. *Exploração e degradação social dos trabalhadores na Amazônia: O fim do projeto ICOMI*. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, Maio/Agosto 2014.

SILVA, Maria Elisa Lemos. *Entre trilhos, andaimes e cilindros: Acidentes de trabalho em Salvador, 1934-1944*. 1998. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 1998.

SILVA, Maura Leal da. *A (onto)gênese da nação nas margens do território nacional: O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)*. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre. et al. *Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá*. Belém: Açai, 2011. p. 95-113.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Rômulo. *Experiências femininas nos mundos do trabalho de Serra do Navio e Vila Amazonas (1960-1985)*. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

SPERANZA, Clarice. Imagens do ofício: representações fotográficas das minas de carvão gaúchas e de seus trabalhadores. In: DROPPA, Alisson. et al. (Orgs.). *História do trabalho revisitada: justiça, ofícios, acervos*. Jundiaí: Paco, 2018. p. 209-230.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012. v. 2.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VÁSQUEZ, María Fernanda. Degeneración, criminalidad y heredo-alcoholismo en Colombia, primera mitad del siglo XX. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 338-353, abr./jun. 2018.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.